

Noticia biographica,
do autor dos Elementos
da Practica Formularia.

Quanto frequentemente a
Universidade de Lo
aimbra conheci o doutor
Paviz, e delle posso assim
escrever. Soube ser natu
ral da Villa de Almoura na
provincia de Alem Tejo, e
vi a Terceira Collegial no Colle
gio de S. Pedro das mesmas
Cidades, e foy substitui
to na Faculdade de La
nom. A opiniao da sua
ciencia avultava, e se re
putava; a sua condutor
civil e religioso náo so
fria censura. Sua estor
tura

tura, a cingia da medicina;
porém obteve em estremo, e
onão recomendava; e só
sim o outro dote de que
era ornado, de conheci
mento scientifico; de bon
dades, e de maneira deli
cada, com o todo distincto
em, e em si se reconheci
doem.

Dizem qd o seu me
recimento litterario, con
tra as boas partes qd possuia
he. grangeando emuliz
e qd esty negligencia m'o co
rião o perderão. Os ho
mens de merecimento
náo se expõem; e

as almas viz a baixas o não
pauzadas, e sem o joar der
náo repouzadas. Sendo em
genho franco, amigo dos
ordem, e do melhoramento
social do homem foi facil
em creer as ventagens que
promettia o Francese em
seu Escripito. Supondo q
elles se deviam realisar co
a entrada ~~da~~ do exercito
Francese em 1807, talvez
deste indicio de alegria
o Japonezitas seos
emulos p^o a criminares
reputados. o do partido
dos Francese; poram por

estes seos não tiveram o ben
náo delle consequencia fu
netos p^o o dito M. Deniz.

Em 1808 o Doi
vira repelio de si o Fran
ces q^o degeneração em ver
dugo do Portuguez q^o tam
bem o haviais acollido; e
então o corpo Academico
expressando Minerva scien
tificas, degnio Pallas per
seira, organizando-se em
Devirao elibitao, com pre
tendendo toda a tria e
uma de q^o se cotinua co
por. O Dr. Deniz tam o offi
cial de bulterio de serviço em
hua das compas hio; de J. pa
torio

factories, e seguiu a mesma
vida e trabalho até os ini-
migos das justicias serem ex-
pulsos.

Estes factos são testemu-
nha de maior exerceção em
abono do patriotismo do Dr.
Leniz, e q' destruction e confu-
são, e calumpnias, e embustes
de seus rivais, e contrarios.

A vantagem do
exercito anglo-ameritano
sobre o de elle nem se ver-
ra, do Busaco por elle se signi-
ficou a Bataille; por en-
q'ual não foi o de Sempres em
depois vindo a victoria do exer-
cito sobre elle, e o exer-
cito

cito combinado evacua-
do a p' se retirar a Linha
sobre Lisboa. Tudo fugio,
tudo se queria salvar, e tou-
do foi desordenado, e confu-
são. O Dr. Leniz pela sua
obesidade não montava a
cavallo; deitava-se noalley
e não a havia, come-
nhar em carro de bois
est' arriscado, por q' de
certo iria ser victima
da solda de ca Francica
debandada sin' q'illage,
e talvez o matassem; e
oim elle se oulta len-
te não se livra de de-
emboa.

Neste

Neste apertado conflicto e
gráo das tempo a reple
xião elle Dr. Deniz, e contra o pro
veitaraõ hum expediente q
utilizaraõ, e dalheo de se
rem mortos nas entradas da
cidade pelos Francesez. Na
terrasõ-le ao hospital da Uni
versidade, e incubasão co
mo serventuarion de humo
e como taõ nos por dia diu
foraõ considerador. Chegano
aproveitoi, e os Francesez re
paritaraõ aquelle edificio,
e os Franculo della porq taõ
bem lhe era util aos seos
doentes e feridos.

Lassado

O sobre salto das entradas do
exercito Francez, e conveci
da a pessoa do Dr. Deniz, e
uma ostidãõ reputaçãõ
e calidãõ, os Francesez em
carregatãõ do governo civil
daquelle cidade, og de
responsabreos com dãte, ficãõ
serventuarion e estrangeiro,
e como melhor o governo
heio a, circumstancia, e
pẽthoras em q se taõ.

Retornãõ os Fran
cez e aimbem o Coronel Inglez
Frank, e fiãda o governo
do Dr. Deniz, e estabele
cem-se a antiga authori
dade, e estaõ de orden
do

da Regencia abrem de-
votas gellas contra os Afrance-
zados, e em hua d'ellas ficou
o Dr. Peniz pronunciado a
prisão e Livramento. Sen-
tença esta em q' teve menor
parte a Justica do q' a ven-
gança, satisfazendo-se p' o
este modo a antiga adior de
familia do Juiz devonante
contra o pronunciado de q'
os mais bem acredita. Os
boatos q' corria em Cam-
bras a este respeito.

Desade-
se o Dr. Peniz, e com niti-
pen

pendio da Corporação a que
pertenciam, e como faccionista
emalevolo o remeteram as
cudras do Relacão do Porto
onde foi recolhido, e
detido. Neste local findo
o d'ella, e mal fadado como
são todas as prisões de
vagas q' se des civilisado
o Dr. Peniz não tanto pela
idade, como pelo desgor-
to e prisão falgas au-
to de concluir o seu
Livramento.

Este foi o pos-
thumo, por em glorioso ex-
memorias do Dr. Peniz, se-
do de clareado innocente,
e

e isengto do q se lhe ar
guia, e esse dadeiro Portuguez
e não inimigo da Patria que
lhe dá o bico. Talvez se
viesse um não fosse jul
gado pelo q diz; por em elle
era morto, o lugar q des
via era vago, outro po
dia nelle ser provido, e
ser inimigo já o não te
mido, nem o invejoso.

Está a sorte que
frequentemente opprime
o homem de merecimento
e em especial nas oscila
ções politicas em q o furo
do partido dominân
te sacrificia cruelmente

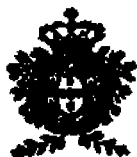
3

os que appellidos inimigos
seu, quando estalarem em
outras forças acerrimas
factores do partido q ho
je perseguem, bande
ando-se com o que voga
aqui de cima.

Boalhe q o pre
zente tempo em Portugal
não offerece tanto, e
torn repetidos exem
plos do q deixamos
escripto!

ELEMENTOS
DA
PRATICA FORMULARIA:
OU
BREVES ENSAIOS
SOBRE A PRAXE
DO
FORO PORTUGUEZ.
E S C R I P T O S
NO ANNO LECTIVO DE 1807 PARA 1808
PELO FALECIDO
DOUTOR JOSÉ IGNACIO DA ROCHA
PENIZ,
LENTE DA CADEIRA DA FORMA JUDICIAL NA UNIVERSIDADE
DE COIMBRA.
PUBLICADOS POR SEU IRMAÕ
VICENTE IGNACIO DA ROCHA PENIZ.

T O M O I.



LISBOA. M. DCCC. XVI.

NA REGIA TYPOGRAFIA SILVIANA.

Com Licença da Meza do Desembargo do Paço.

RECITADA PELO AUTHOR A 12 DE OUTUBRO
DE 1807.

Tomo I.

A

ii-

(a) Estat. do **Curs.** Jurid. tit. 3. cap. 8. §. 3. e seguintes. cap. 9. §. 8. e seguintes. tit. 6. cap. 4. §. 4. e seguintes.

tivos, que ainda retardão seu influxo no Foro Patrio; a ordem, que seguirei nas lições da Cadeira.

Esta materia interessando por si mesma a todos os Juristas, interessa mais particularmente aos que no anno lectivo terei a honra de contar por ouvintes. Eu a compendiarei quanto me for possível: porém como o muito até agora se não disse em pouco, fallarei de cada objecto sem abusar da urbanidade attenciosa, com que ferei ouvido.

Certos em que as paixões affugentáráo da terra a Justiça primitiva, respeitemos ao menos a sua sombra, que nos offerece a Lei civil no exercicio do Juizo contencioso. O Cidadão, que retarda, atropella, ou impede a sua marcha regular, substitue o arbitrio á certeza, a anarchia á segurança, e á proferidade o desalento da indigencia. E que mais se atreveria a fazer o declarado inimigo da ordem social?

Modificai, alterai, paralizai os passos da Lei na pratica da Justiça distributiva, quem poderá dizer que os contractos seráo fielmente executados? que a herança paterna passará a legitimos herdeiros? que a innocencia não será opprimida, e o crime protegido? assim discorria Cicero, como homem público (b), na presença do Senado Romano; e como particular (c), ensinando a seu filho as obrigações do bom Cidadão.

Esta verdade, asseverada pelo Orador Jurisconsulto, não he mais desconhecida a quantos com intenções puras faudaõ o templo da Legislação. Ninguém hoje ignora, que apenas a pratica da Lei he contaminada, o Foro cobre do respeitavel manto da Jus-

Justiça o abutre, que a devora: cessáráo as declamações contra o poderoso, que atrevida, e impunemente se arrosta contra a sanção penal: findáráo as inúteis compaixões sobre o mísero desvalido, que a dispendio da razão, e dos costumes, sollicita a benevolencia de quem o julga: os Sabios de todas as Nações reconheceráõ em fim, que a corrupção na Ordem Judiciaria, lentamente anniquilla a industria, entorpece o trabalho, semêa a intriga, eterniza a trapaça, e suffoca o germen de todas as virtudes sociaes.

Se a boa fé abandonou os contractos, se os juramentos falsos prostituem o Juizo, se o Estrangeiro trata com o Natural por condições, que amortece o Estado, he porque a pratica do Foro vigia, ou adormece com os olhos fitos no semblante dos contendores, em vez de os fixar em sua justiça.

A sciencia, a inteireza, a responsabilidade são as columnas, sobre as quaes se firma o santuario da Justiça distributiva. A praxe he filha da theorica: o Advogado, o Juiz, que ignoraõ os princípios da Jurisprudencia depurada, que desprezaõ o continuo desenvolvimento da intelligencia das Leis; bem longe de acertarem com a pratica, fazem della hum jogo do acaso, combinavel sómente com o favor, ou aversão.

Quando os Estatutos da Universidade exigem nos Cursos Juridicos o conhecimento do Direito Natural e das Gentes, os Elementos do Direito Civil Romano, Canonico, e Patrio, a Hermeneutica Juridica, e o exercicio de sua applicação; por certo não se propozeraõ, que o Jurista promovesse, ou administrasse a Justiça sem confrontação da equidade natural, sem discernimento da bondade absoluta, ou relativa da lei, sem attenção á sua applicação, determinada no Codigo, que nos governa.

A ii

Epi-

(b) Orat. pro Cæcina.

(c) Lib. 3. de Offic.

Epicteto, escravo Frigio, de quem as maximas occupárao o throno dos Cezares no governo de Marco Aurelio, perguntava ao Pretor da Grecia: *E sabes tu julgar? Acaço aprendeste a sciencia, que requer o teu emprego? Tenho a nomeação, e patente de Cesar, ella me basta* (respondeo o Pretor.) Mas o Filosofo continuava: *E pode ella dar-te a Jurisprudencia que te falta, e a que se faz indispensavel no exercicio do teu cargo?*

A sciencia que abre, e facilita a intelligencia das leis, não infunde o amor da Justiça, que deve presidir á sua applicação. Todos fomos obrigados a ter probidade; mas o Sacerdote da Justiça orna-se a mais da inteireza.

Constituido pelo Soberano para dar exactamente a cada hum o que he seu no exercicio das funções judiciarias, elle deve revestir-se do caracter imparcial das Leis: a oppressão, o interesse, a avariza, predominem os corações dos litigantes, armem laços reciprocos para maneatarem os braços da Justiça; o homem público não participa nas desordens e paixões, que elle por officio deve reprimir, e julgar. De outro modo nada ganhárao os homens na constituição social: o Juiz feito parte, renovaria na civilização os horrores do barbarismo, e faria lembrar com saudade os tempos calamitosos, em que a medida das forças fysicas decidio a moralidade da aggressão, e defeza.

A melhor lei, dizia Baccon de Verulamio, (d) he a que menos deixa ao arbitrio do Juiz: o melhor Juiz he o que menos deixa ao seu proprio arbitrio. Com razão solidissima o Augusto Fundador da Universidade qualificou de sacrilego attentado, a

te-

(d) De Augment. Scient. Lib. 8. tit. 1. Aphorism. 46.

remeridade do Funccionario público, que se atreve a restringir, ou ampliar a pratica das leis por seus proprios, e particulares dictames, constituindo-se Legislador, e fazendo seu o deposito, que lhe foi confiado para bem de todos (e).

Infeliz por extremo o genero humano, se não existissem continuamente adoradores da Justiça, que a conservaõ pura em seus corações! Nunca será crescido o número desses poucos, a que serve de recompensa o testemunho louvavel da propria consciencia. Desconheceria porém muito o imperio das paixões quem sustentasse, que o interesse pessoal não he capaz de fazer cultivar a virtude, quando resulta ao cultivador commodo, ou incómodo infallivel no seu modo de existir, ou figurar.

Pouco importa ao Estado, que o Julgador tenha inteireza por amor da Justiça, por honra do cargo, por interesse do seu adiantamento pessoal. Exista a integridade na pratica de julgar; e tanto basta ao bem da sociedade: mas a existencia deste bem social será sempre muito precaria, quando o Juiz não for responsavel dos abusos da sua authoridade.

Os Codigos Romanos, pela sabedoria das suas leis, governaõ ainda hoje a Europa civilizada. Os Proconsules, que regeraõ a Lusitania, haviaõ-se applicado a conhece-las, e executa-las: porém como a responsabilidade dos seus julgados equivaleo a nada, o Foro converteo-se em latrocínio, a justiça degenerou em palavra sem significação; e nas invasões dos Povos do Norte, os Lusitanos preferiraõ a pobreza segura entre Barbaros, á liberdade precaria entre Romanos.

O

(e) Estat. dos Curs. Jurid. tit. 6. cap. 6. §. 13, e §. 14.

O Rei Chinsdavindo completou o Código dos Visogodos com muita parte do Theodosiano. Por elle devia formalmente regular-se a sentença do Magistrado: entretanto a responsabilidade cercou-se de tantas difficuldades na pratica, que o arbitrio occupou o lugar da Lei, o Foro passou de arbitrario a tyrannico, e a massa da Nação já não conhecia Patria, quando os Arabes invadirão as Hespanhas.

A funesta experiencia não foi perdida para os refugiados nas Asturias, suas Leis mais grosseiras, que as dos Visogodos, tiveram melhor execução. Zampiro, Bispo de Astorga, na Chronica dos Reis de Leão ao an. 879. attesta, que dous Commissarios Reaes, maduramente escolhidos, visitavaõ o Reino cada seis mezes; congregavaõ a Conselho a Povoação, nelle fazião julgar os litigios segundo a disposição da Lei; no fim do anno davaõ conta da commissão na presença dos Estados do Reino; e alli mesmo recebiaõ o prémio da imparcialidade, ou o castigo corporal da prevaricação.

As Leis, que D. Affonso V. Rei de Leão promulgou a Portugal em 1012. e confirmou seu genro D. Fernando Magno em 1050, não diminuíraõ, antes augmentáraõ mais a responsabilidade dos Juizes. O Rei pessoalmente examinava em cada Povoação o comportamento das Juntas Judiciarias, e a imparcialidade das decisões. O resultado, que se derivou de taõ sério exame, foi a observancia da lei, e a inteireza no Juizo contencioso.

Quando se contempla a legislação, de que usava Portugal no tempo do Senhor Conde D. Henrique, he difficil conceber, como sendo taõ imperfeita, assim mesmo tranquillizava os Povos, e seus direitos. Não aventuremos conjecturas, se queremos certificar-nos do grande nexo, que firmava esta administração:

In-

Interroguemos testemunhas oculares; e D. Pelagio (f) Bispo de Oviedo nos responderá, que a vigilancia, e actividade de D. Affonso VI. Rei de Leão, Castella, Galliza, e Portugal, sem ajudar-se de leis estranhas conseguiu, que proprietarios, caminhanes, Nacionaes, e Estrangeiros, viajassem por todo o Reino com inteira segurança de seus bens; que a mulher de qualquer idade, ou condição, podesse caminhar por desertos, ou povoados, carregada de ouro, ou prata, sem o menor receio de roubo, affronta, ou insulto.

Seguirão o mesmo systema nossos primeiros Reis. Complicada era ainda bastantemente a Legislação Patria no tempo do Senhor Rei D. Pedro I. Foraes, Doações, Prescripções, Concordatas, Leis geraes, Direito Civil Romano e Canonico, Partidas de D. Affonso X. de Castella, dictavaõ as decisões dos Juizes: porém a responsabilidade seguia-se tanto de perto á prevaricação, que os dez annos de Reinado daquelle Principe foraõ chamados dez dias de segurança, e de triumpho da Justiça distributiva.

Voltemos nossas vistas para a época do Direito Romano renascido na Europa. O Código de Theodosio restava, até misturado nas Collecções de Canones; porque entre as Nações barbaras o Clero vivia segundo a Lei Romana. A fermentação geral das Cruzadas, alargando a esfera dos conhecimentos Europeos, o fez mais conhecido na Escola de Bolonha, que Pepo regia no principio do Seculo XII. Irnerio com melhor methodo, aprendido em Constantinopla, ensinava nesta Escola em 1128. Nas ruinas de Roma em 1137. apparecem as Pandectas de Justiniano: Irnerio lhes ajunta Glosas interlineares até

(f) Chronica.

até ao anno 1140. em que morreo; compõe a fórmula de todos os instrumentos públicos, e funda a Escola dos Interpretes Glosadores.

Ricardo Anglo, Interprete do Decreto de Graciano, foi o primeiro, que escreveu sobre a ordem do Juizo: sua Summula foi imitada, e augmentada por Pileo, Professor de Direito Civil em 1170: he Pileo o inventor das Questões Problematicas, a que deo o nome de Sabatinas, e Author de huma Summula das Acções, e Accusações: Odo compoz sobre os Libellos: João de Deos formou a Pratica dos Advogados, dos Juizes, e dos Juizos: Aretino publicou a Introducção para servir aos Causidicos, e Foro Ecclesiastico: Gui de Droveda, Inglez, abriu caminho aos Praxistas Reinicolas, ordenando a Forma dos Juizos, segundo as Leis Municipaes da Cidade de Oxford: Placentino, Professor em Montpellier no an. 1196. fez tres livros dos Juizos, Acções, e Accusações: Rofredo, que vivia em 1215. dictou as Fórmulas dos Libellos; estas, e a Ordem Judicial de Pileo obtiverão a primazia no foro até 1271.

Os Praxistas desta Escola derivarão a pratica da intelligencia da lei: aonde ella faltava, recorrerão aos principios da equidade natural, que não os enganou em suas decisões. Esta grande foi a authoridade que adquirirão os Interpretes Glosadores, que ella servia de regra na composiçã das Leis.

O S. P. Innocencio III. Glosador em Bolonha com o nome de Lothario, formou grande parte das suas Decretaes pela opiniaõ dos Glosadores, que reputava de melhor intelligencia; seus Successores não se desviarão das mesmas pizadas. O Cap. *Inhaerentes* 1. *de jurament. calumn.* adoptou aquelle juramento. nas causas criminaes, seguindo a opiniaõ de

de Bulgaro contra Martinho. O Cap. *Dilectus* 18. *de offic. jud. ordin.* fez a Lei Diocesana diversa da Lei da Jurisdicção, abraçando a Glosa de João Huggucio, antigo Interprete do Decreto de Graciano. He frequente nos Tratados, e Contractos dos Soberanos do Seculo XII. e XIII. achar-se a renúncia ao beneficio das Glosas, e das Summulas dos Interpretes Juristas. (g)

Quanto da Escola dos Glosadores transpirou na Legislação do Senhor D. Affonso II. mostra simplicidade, solidez, e bom sentido na Ordem do Juizo, igualdade nos contractos, satisfação da parte vencedora, soccorro dos naufragos, e segurança de seus bens, vigilancia contra a vindicta privada, e contra a amortização das aquisições nos corpos de maõ morta.

Em 1239. Francisco Accurcio Florentino, juntando em hum só corpo as Glosas, que até entrão vagavaõ dispersas, fechou a Escola dos Interpretes Glosadores; e abriu a dos Tradadistas, que se chamou Accurciana. O fundador interpretou as Leis por sentenças breves, succosas, e demonstrativas: Cujacio estimou em muito seus trabalhos Juridicos, e Gravina assegura, que se a barbaridade do tempo tivesse permitido a luz da historia, e a elegancia da frase, Accurcio não haveria deixado parte alguma da Jurisprudencia para ser explanada, e aperfeiçoada pelos Juristas modernos.

O forte dos Accurcianos applicou-se a formar Compendios, que incluiaõ a doutrina do texto, entendida pela Glosa; a confrontação das diversas intel-
Tom. I. B tel-

(g) Leibnitz Cod. Diplomat. Part. 1. N. 93. e tom. 1. secç. 5. cap. 2. §. 4. letra b.

Rittershus: De Different. Jur. Civil. & Can. Proem. in fin.

reiligencias dos Interpretes; a refutação das que pareciam menos bem fundadas; e a sustentação das sentenças, que deveriam ser abraçadas. O partido da equidade, que na Escola dos Interpretes Glosadores havia seguido Bulgaro, continuou a ser cultivado pelos Accurcianos: occupando as Escolas Juridicas da Italia, e da França, elles diffundiram theorica, e pratica, de que se não envergonha a razão natural.

Foi Praxista Accurciano em 1256. João de Blanaffio, Professor de Bolonha, que notou, e addicionou a Forma dos Libellos de Rofredo, e Commentarios sobre as Acções, e sobre a Ordem Judiciaria. Seguiu a mesma empreza até 1265. Odofredo, compondo Tratados singulares das Formulas das Acções, da Ordem dos Juizes, e da Arte dos Notarios.

Quanto até ao anno 1271. havia escrito os Praxistas da Escola dos Interpretes Glosadores, e Accurcianos, compilou Guilherme Durand, Professor de Bolonha, na Pratica, que intitolou *Speculum*. João André a illustrou pelos Opusculos dos Glosadores Praxistas, que ainda existiam em 1348. Outro Professor de Bolonha, Jacob de Belviso, em 1330. dictou Pratica das Causas Criminaes.

Accurcianos eram os Jurisconsultos Dino e Riccardo Petronio, que ordenaram o Livro VI. de Bonifacio VIII. e que por declaração autentica refrearam as opiniões encontradas, que dividiam o Foro. Accurcianos eram os Estudos de Bolonha, e Paris, quando appareceu a Ordem Judiciaria do Senhor D. Affonso III. e quando o Senhor D. Diniz em 1290. fundou a Universidade, e instituiu o Processo Portuguez na lingua vulgar. As utilissimas Leis deste Monarca, e dos Senhores D. Affonso IV. D. Pedro I. e D. Fernando sobre a agricultura, adminis-

tra-

tração de Justiça, e authoridade Real attestam a sensata doutrina, que então reinava nas Escolas, e influia no Foro.

Imputa-se aos Accurcianos o excessivo respeito da Glosa, que no Foro era o idolo dos Juizes, e oraculo dos Advogados. Porém Cyno Pistoriense, derradeiro Jurisconsulto, que fechou a Escola em 1336. ensinava, que a Glosa sem Lei era edificio sem alicerce.

Em Bartolo, que morreu no anno 1355. principia a Escola do seu nome; respeitou elle ainda o Texto e a Glosa; mas seus Discipulos transgrediram essas ballizas. Desde então a Dialectica dos Arabes, que enredava as outras sciencias, penetrou na Jurisprudencia; a verbosidade tomou posse dos pontos claros, vã profusão estendeo-se nos lugares communs, e a parcimonia reinou somente no que era difficil entender.

Impacientes os Bartolinos por offuscar a memoria dos Juristas, que os haviam precedido, erigiram a presumpção em sabedoria, e metafysicas subtilidades em genuina intelligencia das Leis. Poucos foram os comedidos, que em seus prolixos commentarios prezassem a sciencia dos antigos Juristas, e tratassem de os imitar.

Entre estes João Pedro Ferrario, Professor de Bolonha em 1400. deo a Formula dos Libellos, que se chamou Pratica Papiense, por ser feita sobre os Estatutos de Pavia. Os Advogados viram nella hum Compendio, que lhes poupava trabalho; e não tardaram em declara-la dominante no Foro. Baldo, que morreu em 1404. compoz a Pratica Civil, Criminal, e Municipal; e formou hum Tratado sobre as cautelas do Foro, e dos Contractos. Antonio de Butrio, contemporaneo de ambos, ordenou os Re-

B ii

per-

pertorios do Direito Civil, e Canonico, de que se fez uso até á renovação de melhores Estudos.

A confusão, que produzia no Foro as opiniões dos innumeraveis Doutores Bartolinos, entumecidos de arguciosas minucias, e inculcados pelos pomposos titulos de *Monarcas de todo o Direito*, e *Sóes esplendidissimos da Jurisprudencia Universal*, criou a authoridade da Opinião commun. Conveio-se geralmente nas Escolas, e nos Juizos, que vencesse a opinião, que contasse maior número de Doutores, que a seguia.

Não tardára logo os Bursatos, Vilalupos, Turfanos, Galganetos, Rosenthalios, Tiraquellos a formar *Theouros das Sentenças communmente recebidas*, *Espeihos das Opiniões Usuaes*, e *Communifimas*; entulhou-se o Foro com escolios de remissões a cada palavra Juridica; e na lista das opiniões mais seguidas apparecera até os Doutores, que as havia combatido: o número decidia o litigio, e não o estudo dos seus escritos. Para dar trégoas a esta guerra intestina, conveio-se por fim em que no Direito Civil prevalecesse a opinião commun da Glosa abraçada por Bartolo, e que no Direito Canonico vencesse a Glosa adoptada por Joáo d' Anania, Professor das Decretaes em Bolonha em 1455. e conhecido pelo nome de Arcediago.

Finalizou a reputação da Escola Bartolina em Jason Mayno, ultimo Jurisconsulto, que a conservou até 1519. Seus successores, destituídos inteiramente dos estudos, que distinguira as Escolas precedentes, formára do limo Bartolino a pedantesca balbucencia dos Rabulas.

Contava hum Seculo a Escola Bartolina, quando no Foro Patrio apparecera as Ordenações do Senhor D. Affonso V. Sua Forma Judiciaria trabalhosa,

lhosa, complicada, incoherente, não offerece unidade no processo, nem responsabilidade nos frequentes, e previstos desvios dos executores da lei: entretanto lá se exige ainda, que o Advogado em pública Audiencia sustente de viva voz os direitos do seu cliente; por este meio a Advocacia conferava ao menos aptidão, e reputação.

Naturalmente a Ordem do Juizo correio a eternizar, e embrulhar os processos. Tentou reformala o Senhor D. Manoel nas Ordenações, que publicou até 1521. Não produzindo effeito esta reforma, outra foi imaginada pelo Senhor D. Joáo III. em 1524: experimentou-se dous annos pelos Juizos da Corte, antes de ser sancionada para todo o Reino em 1526. Era muito defeituosa a Forma judicial do Senhor D. Affonso V. produzida no outono da Escola Bartolina; e como poderia ser completas as reformas dos Senhores D. Manoel, e D. Joáo III. geradas no inverno, que a extinguiu?

Por 1517. começa em André Alciato o gosto da Jurisprudencia, entendida pela Critica, e pela Historia; e soccorrida pela erudição. Quatro contemporaneos a ensinárao: Emilio Ferreto nas Universidades de Pisa, e Valença junto ao Rhodano; Budé na de París; Antonio de Gouvêa, nosso natural, nas de Tolosa, Cahors, Grenoble, e Turim; Alciato nas de Pavia, Avinhão, Ferrara, e Burges, aonde se domiciliou, e perpetuou a sua doutrina. Ali a bebo Cujacio, que augmentando-a de mais brilhante lustre, lhe fixou o nome de Cujaciana. Alciato, primeiro restaurador da sã Jurisprudencia, não cultivou sómente a sua theorica; elle formou huma Pratica Forense, que não passando de Summula, péza muito mais, que a dos grossos volumes, que lhe precederao.

Co-

Começava a Escola da Jurisprudencia depurada, quando o Senhor D. João III. transplantava das Universidades da França as sciencias, que pretendia crescessem na Universidade de Coimbra. Varia foi a fortuna da nova plantação: as postillas dos Lentes de Leis Gonçalo Vaz Pinto, Gabriel da Costa, Ayres Pinel, de algum modo imitão ao nosso Gouvêa, discipulo de Emilio Ferreto. As postillas dos Lentes de Canones João Morgovejo, Bartholomeu Philippe, Christovão João, em nada se assemelhaõ ao gosto e critica de Antonio Agostinho, discipulo de Alciato.

Nos Estatutos de 27 de Dezembro de 1559. sem dúvida se propunha o Soberano, que as lições do Magisterio influissem na pratica do Foro; mas como os abusos, erigidos em sciencia, não se deterraõ em poucos annos, era necessario, que dous Reinados se animassem do espirito do instituidor.

Qual fosse a indole Forense no tempo do Senhor D. João III. descobrem as breves notas, que sobre a fórma dos Libellos publicou Gregorio Martins Caminha no anno 1549. Exposto o facto, appropriava-se-lhe a lei, ou capitulo especifico do Direito Romano, ou Canonico, a intelligencia da Glosa, o Doutor que a havia explanado: na falta do Direito commum recorria-se á Lei Patria, ou á opiniaõ commum, que prevalecia no Foro. Eis-aqui em seu vigor o succo do bom tempo da Escola Bartolina.

Do mesmo Caminha se conhece, que os Praxistas de maior reputação eraõ Guilherme Durand, Angelo, irmão de Baldo, João de Ferrara, Hypolito de Marsiliis, que ensinou em Bolonha no anno 1525. Palacios, André Alciato, que viveo até 1550.

Na menor idade do Senhor D. Sebastião foraõ sub-

subtraídos os Estatutos do Senhor D. João III. e soplantados por outros de 1565: repetio-le a pérfida suppressão para terem lugar os Estatutos de 1592. roborados por D. Philippe II. de Castella. Estas frequentes mudanças preparavaõ apressadamente a perda dos Estudos da Universidade, e a extincção das luzes no Reino, meditada e sancionada pelos Estatutos de 1598. e Reformaçaõ de 1611.

Reduzio-se o ensino da Jurisprudencia Civil, e Canonica a Glosas, Bartolo, e Abbade Panormitano. Para comprovar a opiniaõ commum formava-se o catalogo dos Doutores, que a seguiaõ, principiando pelos mais antigos, e acabando em dous, ou tres dos mais modernos: os Lentes Juristas foraõ interditos de advogar, ou julgar (b); e por este modo os Estatutos pronunciaraõ a solemne sentença de divorcio entre a theorica e a pratica, e entregaraõ o Foro ao arbitrio dos fados.

No tempo, em que florescia a Escola Cujaciana entre as outras Nações, no tempo, em que ella melhorava seus institutos civis, e preparava a Escola da Lei; he entaõ que as portas lhe saõ fechadas na Universidade, e começa no Foro Patrio a Escola dos Casos julgados, ultima e infecta distillaçaõ da poeira Bartolina.

Alvaro Valasco, Lente da Universidade em 1556. abraçou a Jurisprudencia theorica e pratica: escreveu a *Praxe das partilhas, e collações entre herdeiros: Questões de Direito Emphyteutico, e Consultas de Casos julgados na Casa da Supplicação*. Os dous livros das Consultas, saõ ainda formados segundo a indole da Escola Bartolina, ajuntando a ca-

(b) Estatutos de 1598. liv. 2. tit. 27. §. 26. e liv. 3. tit. 18.

cada Consulta a decisão da Casa da Supplicação, fundamentada na opinião commun.

Com intelligente sobriedade ordenou Duarte Nunes de Leão em 1560. e 1569. o *Repertorio*, *Addições*, *Anotações dos cinco livros das Ordenações do Senhor Rei D. Manoel*; e compilou as Leis Extravagantes dos Senhores D. João III. e D. Sebastião.

Ferida mortal recebeu o Foro, quando Antonio da Gama, Desembargador do Paço, substanciou as Decisões da Casa da Supplicação por mandado do Senhor Rei D. Sebastião; menos era necessario para que sobre fracos estudos tomasse ascendente a authoridade authentica dos Casos julgados. A facil compilação foi continuada, já estensa, já abbreviada, por Melchior Phebo, Jorge de Cabedo, Manoel Mendes, Gabriel Pereira. Estes cinco Promotores da Escola dos Casos julgados, muito desiguaes na Jurisprudencia Bartolina, conformava-se ainda na feita da opinião commun.

Ao tempo, em que Gabriel Pereira escrevia seus *Tratados De Manu Regia*, compunha Francisco Salgado em Castella os *De Regia Protectione*; e desde 1577. eraõ publicos em França os *De Sacra Politia Forensi*, publicados por Chopin. Mas que differença nos Publicistas das tres Nações? Renato Chopin, cincoenta annos antes de Pereira, entendeu perfeitamente o assumpto, que explanava: Salgado, nos Direitos dos Reis de Hespanha, assegurava os de todos os Soberanos em materias Ecclesiasticas: Pereira em pontos, que se decidem por princípios incontrouersos, determinou-se por Casos julgados; e sem critica ou selecção de doutrinas, entregava o recurso á fatalidade do probabilismo.

Mendes formou a Pratica Lusitana, depois de pu-

publicada a Curia Filippica por Hevia Bolanos. Pouco ou nada aproveitou ao nosso Reinicola a brevidade, clareza, e solidez, que fazem ainda hoje recommendavel o Praxista Hespanhol: assim mesmo destituida daquellas boas qualidades, a Pratica de Mendes he a melhor do Foro Patrio. Seu Repertorio das Ordenações Filippinas, impresso em 1604. sahio logo com os princípios do contagio, que havia de perder totalmente o Foro: sobre algumas Ordenações aponta com parcimonia poucos Praxistas Reinicolas, as Partidas de Castella, e os Mascardos, Tiraquellos, e semelhantes, nascidos, e alimentados no lodo, em que por fim se convertera a Escola Bartolina.

Guardou menos moderação Martim Alvares de Castro, addicionando o Repertorio de seu Pai; e o estrago Forense cresceu com o escolio das Remissões. Acabou de o completar Jeronymo da Silva Corte-Real, sugerindo a cada palavra o consenso, e dissenso de todos os Praxistas Nacionaes, e Estrangeiros, por méras citações nominaes: quando lhe faltáraõ Praxistas, substituiu notas particulares dos Senadores, que elle só conhecia.

Por tão cômoda Jurisprudencia foi facil á Parte requerer contra o disposto na Lei; ao Advogado patrocinar sem attenção ao direito; e ao Juiz decidir, atropellando a prova dos Actos. A mais expressa, e terminante Ordenação tem Praxista Nacional ou Estrangeiro, que a contradiga; Senador, que atteste sua inobservancia; Aresto, que mude a sua intelligencia; e a balança da Justiça inclina para o arbitrio do Juiz.

Na Escola dos Interpretes Glosadores tratava-se da intelligencia do Direito, na dos Accurcianos procurava-se nas Glosas o sentido claro da lei, na dos

Tomo I.

C

Bar-

Bartolinos as opiniões communs partião ao menos da authoridade dos Juristas, que por seus escritos, e públicas Prelecções, havião grangeado nome, e reputação entre os sabios do tempo; mas na Escola das Remissões, e Casos julgados, a authoridade vinha de homens, que, evitando até a presença das Partes, affoutamente decidiaõ no Sacello dos Tribunaes: o Público sim os conhecia por Juizes; porém não affiançava a sua boa, ou má intelligencia; e muito menos a sua moralidade, ou integridade.

Não era mais consolatorio o ensino da Jurisprudencia. Ao passar pela memoria o triste quadro da pobreza Juridica, a que chegou entre nós no Seculo passado a Lição, e a Praxe, seja-me permitido usar das cores da verdade, com que Guido Pancirolo (i) Professor em Padua, descreveo a Universidade de Bolonha pelos annos de 1580. No tempo de Bartolo, refere Pancirolo, os Estudos Juridicos principiavaõ a 4 de Outubro, e findavaõ a 7 de Setembro: o Curso era de quatro annos; e nelles se passavaõ, e estudavaõ todos os Corpos de Direito com as suas Glosas. Quando se escureceo a Escola Bartolina o Curso Juridico foi de cinco annos: começou a mania de refutar as opiniões dos outros, primeiro que o Professor estabelecesse a sua: dous mezes se consumiaõ na exposição da Rubrica geral do titulo: igual espaço na explicação de hum texto; e finalizava o anno lectivo, tendo apenas o Professor commentado cinco leis, ou capitulos; e deixando seus ouvintes na incerteza da verdadeira opiniaõ, que deveriaõ abraçar.

Existindo nas Escolas theorica unicamente consumidora de tempo, e vazia de conhecimentos pro-

proveitosos, seguia-se naturalmente no Foro, como observa Gribner (k) pratica sem principios, e sem vinculo, que a chamasse á ordem da sua instituição. Reduzio-se o officio de advogar, e julgar ao mais commodo, e menos laborioso: as Collecções das *Resoluções varias*, das *Discepções Selectas*, das *Observações Selectissimas*, poupáraõ estudo, e combinação das leis, e apromptáraõ advogados, e juizes, sem dispendio dos livros, e sem trabalho de os ler. A direcção do processo foi entregue ao Escrivaõ do Auditorio que mais habilmente soube dictar, e suggerir hum termo.

Com a perda da Jurisprudencia, sentio-se logo a perda do Foro, e a impossibilidade de o restaurar. Faltava Escola Juridica; e quiz-se, que nas Consultas da Magistratura fossem preferidos os Bachareis mais letrados: a *Reformação da Justiça*, diminuindo a segurança pessoal do Cidadão, descansou no arbitrio irrelponsavel do Juiz, para proceder a prizaõ antes de culpa formada; prohibio-se o perdaõ, ou dispensa na Residencia do Ministro; e não se assegurou a liberdade no depoimento, ou a diminuição da influencia do Magistrado indicante: ameaçou-se o Desembargador, que visitasse a quem não fosse seu Collega; e não se previo, que a incivilidade, junta ao exercicio de julgar, nutre rude usania na ordem, e empeiora a administração da Justiça: pelo attractivo das esportulas, e não pelo rigoroso dever do cargo, apressou-se a expedição dos feitos, sem se amparar a rectidão dos despachos. Finalmente desde 1598. até 1612. lembráraõ innumeraveis miudezas, segundo a ordem do dia, mas esquecêraõ

C ii

sem-

(i) De claris legum Interpretib. lib. 2. cap. 4.

(k) Opusculor. Jur. Publ. Civil. & Canonic. tom. 4. sect. 2. & sect. 3. Hallæ Magdeburg. 1722.

sempre os pontos capitaes, que deverião regenerar as lições na Universidade, e a inteireza, e responsabilidade nos Executores da lei.

A 18 de Agosto de 1769. restabeleceo o Senhor Rei D. JOSE' a observancia da Legislação Patria, restituindo a authoridade da Glosa do Chanceller contra a sentença infractora da Ordenação; decretou que a interpretação authentica, formada maduramente por Magistrados, instruidos no facto, e no direito, fosse sancionada pelo Soberano; proscrita a Escola Bartolina, substituiu-lhe a da Lei; na falta desta chamou a Ração Natural, as Leis Romanas, que nella se fundão, e as das Nações civilizadas, que nos avezinhaõ.

Desde oCodigo dos Visogodos até ao Filippino, as Legislações exigirão a observancia litteral da lei: apezar da terminante disposição, os desvios do Juiz, e Advogado passáráõ a ser habituaes.

Cortadas pouco a pouco as arvores da Feudalidade, as Legislações, formadas na Europa depois do Seculo XII. amassáráõ Costumes Feudaes com Direito Romano; das folhas, que subsistirão dispersas, ignoráráõ-se os troncos, e as raizes; quiz-se achá-las nos Digestos, eCodigo, que as desconhecíãõ: eis-aqui os Executores das leis tão perplexos, como seus Compiladores; eis-aqui perdido o fio da Jurisprudencia, e em seu lugar substituido o arbitrio, e a confusão.

Os Oraculos do Foro caláráõ-se em Modestino, as Escolas Juridicas de Constantinopla, Beryto, e Roma perdéráõ a sua gloria, os Glosadores, e Accurcianos muito fizeraõ, forcejando para a equidade natural; porém os Bartolinos, e depois delles os Empyricos, na falta da Jurisprudencia depurada, vagáráõ pela caprichosa. Com esta se criou o Foro Pa-

Patrio, nesta se abysmou, e envelheceo, perpetuando abusos, que só o tempo, acompanhado de melhores estudos, poderá desferrar, ou melhorar. Quanto haveria sido feliz a Europa (observa Gotfrido Mascovio (1)) se a Escola Cujaciana se tivesse apostado do Direito Romano logo, que elle appareceo no Seculo XII! A civilização vagarosa nos Codigos Nacionais, tomaria progressos rápidos, e marcharia sem tropeço a par do throno augusto da Justiça.

Nulla era a reforma do Foro sem a dos Estudos Juridicos, que só o podem melhorar. Não ignorava o Immortal Fundador da Universidade, que o direito da força entre Cidadãos de hum mesmo Estado, fórma o distinctivo da barbaridade; que sentenças arbitrarías, diversamente proferidas em hum, ou muitos Juizos, annuciáõ a oppressão, ou dissolução do vinculo social; que o vigor, e observancia exacta da lei, affiançaõ a duração perpétua da prosperidade pública, e tranquillizaõ nos Povos seus litigios vacillantes. Guiado por tão luminosos princípios lançou por fundamento destas Escolas a Filosofia da mais pura Jurisprudencia; deo-nos em sua cultura a perfeição dos conhecimentos, que adornáõ as virtudes sociaes; habilitou-nos para indagar com discernimento claro, as partes componentes da Legislação Patria; patenteou-nos a fórma de ajuizar com certeza sobre a moralidade, ou immoralidade dos Funcionarios Públicos na administração da Justiça distributiva; fez-nos em fim conhecer, que se o Foro não respeita o Sacro Palladio, que imparcialmente assegura, protege, defende, e vinga a honra,

(1) Not. ad Cap. 175. De ortu, & Progressu Jur. Civil. Jan. Vincent. Gravina.

ra, a vida, e os bens dos Cidadãos, a desordem não tem limites, e faz da sociedade o patrimonio dos poucos, que tem parte na execução das leis.

Em tudo teve conformidade o systema do Augusto Fundador. O Codigo Patrio mereceu pela primeira vez Professor, que o explicasse; e a Pratica Formularia recebeu o delineamento, que a deveria dirigir nas Lições, e fazer proveitosa no Foro. Se a Providencia o chamou a melhor vida, antes de ver fazoados os frutos da sua benéfica plantação; teve ao menos a certeza, de que a sã Jurisprudencia, que fazia raiar, e prosperar em nossas Escolas, regenerando as Legislações dos Povos, que a cultivava, regeneraria tambem o Foro Portuguez.

Na illustrada Jurisprudencia da Universidade de Burges concebeo o Chancellor do Hospital o projecto das boas Leis, que honraráo em França o Reinado de Carlos IX. O Chancellor Lemoignon, que não perdeu de vista os planos daquelle sabio; e exacto Magistrado, os subministrrou a Luiz XIV: elles serviráo em grande parte a ordenar a Reformaçaõ do Procêssõ Civil de 1667.

No fim do mesmo Seculo Frederico IV. Rei de Dinamarca, refundio o Codigo da sua Naçaõ; e formou o que se fez recommendavel pela disposiçaõ das materias, clareza, e brevidade na expressaõ, presteza na ordem Judicial, e responsabilidade nos Julgadores. Affrouxou sua observancia no Reinado de Christierno VI. e os Procêssos degenerárao promptamente na multiplicidade, e protelaçaõ, até que Frederico V. por leis providentes o fez de novo executar.

Para os Estados de Saboia, e Piemonte Victor Amadêo, Rei de Sardenha, compilou em 1729. o Codigo do seu nome, que expellio do Foro os abusos,

fos, que o deturpavao. No anno 1734. o Senador Crunelion organizou o Codigo Civil e Militar da Suecia; e approvado pelos Estados Geraes do Reino no Governo da Rainha Ulrica Leonor, começou a praticar-se com proveito dos Povos em 1736.

Por hum Projecto, começado a executar-se na Pomerania em 1739. principiou as experiencias Legislativas Frederico o Grande, Rei da Prussia: seguiu-se a publicação do Codigo em 1751. recopilado pelo Chancellor Cocceio. Apesar da simplicidade da sua Ordem Judicial, a protelaçaõ continuava a enredar o Foro, e a disparatar as Sentenças. Entaõ o Providente Rei fechou os Auditorios aos Advogados ignorantes, ou Vampiros da substancia dos Clientes; e confiou a administração da Justiça a Ministros sabios, e incorruptiveis: o Codigo marchou entaõ sem desvios. Pouco satisfeito ainda o Legislador com esta providencia do momento, quiz huma que fosse duravel. Em 1781. encarregou ao Chancellor Cremer a fórma de Processar mais simples, e de responsabilidade mais segura. Com as novas emendas, e algumas addições appareceo pela segunda vez o mesmo Codigo, mandado observar pelo Rei Frederico Guilherme no an. de 1794.

Catharina II. que ambicionou todo o genero de gloria, propoz-se tambem a de Legisladora do vasto Imperio da Russia. Communicando a projectada Legislação a Frederico o Grande, he digna de memoria a resposta do sabio Rei. *As melhores Leis (escrevia elle) não tem força, quando falta Escola de sã Jurisprudencia, que instrua, e prepare os Advogados, e Juizes, que as devem executar.* Sem o fundamento lembrado por Frederico Grande, promulgou a Imperatriz Catharina o seu Codigo em 1776: era elle capaz de accelerar a civilizaçaõ, e prof-

prosperidade dos vassallos do Imperio, se não fosse mal observado nos seguintes Reinados.

O genio, que dirigia o Imperador José II. o levava a imitar os grandes Legisladores do Norte. He obra do seu Reinado o Codigo Criminal dos Estados hereditarios da Casa d'Austria, publicado em 13 de Janeiro de 1787. em breves paginas tem o merecimento de apresentar pela primeira vez a justiça enlaçada na humanidade.

Sem receio das reflexões, enviadas por Frederico Grande á Imperatriz Catharina, propoz-se a Augusta Rainha, Nossa Senhora, refundir a Legislação Patria, e formar hum novo Codigo: para este fim criou em 31 de Março de 1778. a Junta de Ministros escolhidos, que desempenhassem o plano, dictado pela mais illustrada sabedoria. Negocios de maior urgencia suspendêrao tão gloriosos trabalhos, que hum dia fará continuar, e ultimar a paternal providencia do Augusto PRINCIPE, que nos rege: em quanto não gozamos felicidade tão suspirada, conheçamos que o Foro he capaz de reforma.

Na Confederação Helvetica a ordem Judiciaria não consente os vermes roedores, que em muitas outras Nações carcomem a cadeira da Justiça; os litigios usuaes tem prompta expedição: Quando o pleito offerecia complicações o Conselho Supremo do Cantão nomeava tres Assessores escolhidos, que conciliassem as Partes; no desprezo da conciliação procediao os Commissarios ás provas, imprimia-se o facto, o Relator, nomeado por turno, o expunha no Auditorio em dia certo, os Assessores alli mesmo o decidiao, sem que o público duvidasse da intelligencia da Lei, ou da inteireza dos Juizes.

Em Hespanha a Sentença he publicada em dia certo, presentes as partes, e não o póde ser em
ou-

outro diverso dia: o Relatorio do Juiz ao tribunal he fiscalizado, emendado, e feito público pelas partes, até pela impressão, antes do dia da decisão: os Adjunctos não formaõ renções no feito para serem vistas, ou seguidas por seus Collegas, e vorando, fundamentaõ a decisão: he rarissimo haver motivo de recorrer a Revista por injustiça de Sentença de suas Chancellarias, ou Relações.

Facilmente se distinguem hoje as mãos, que prevalecêrao na organização das Legislações actuaes. Essas em que predominárao Advogados e Magistrados, concentrárao, quanto foi possível, o Auditorio em hum só Juiz; evitárao a publicidade; cercárao-se do silencio, do segredo, e da impunidade; e confiárao tudo na boa fé do Julgador: porém as Legislações, em que obtiveraõ preponderancia Juristas, conhecedores dos homens, e das leis, fizeraõ o Auditorio público, estabelecêrao o Juiz acompanhado e aconselhado, quizeraõ sua boa fé vigiada, seu arbitrio responsavel; e por huma prudente desconfiança sobre os abusos do Foro, acertárao melhor na administração da Justiça.

Em nosso Foro hum principio nobre, e generoso, inclina sempre o Juiz para o partido da honra, e da rectidão. Este Principio tutelar descobre-se nas Leis, que tem por objecto a felicidade da grande familia do Estado: o Legislador, obrando alli como Pai, não olhou com indifferença para o bem individual de cada hum de seus filhos. A magestosa frase da Lei, não offerece entaõ antinomias; e aonde falta sua expressaõ, deduzem-se as consequencias tão liberaes, e acertadas, como o genio do Legislador.

Outro principio interessado, e exclusivo, trabalha por surprender a Justiça: gerou-se no tempo
Tomo I. D. das

das execuções Militares, quando a anarchia feudal estreitando o Monarca, e abafando a Nação, formava Estados no Estado; e attrahia a hum ponto os bens, e a liberdade de quantos comprehendia a circunferencia de cada pequeno circulo. Foraes, Privilegios locaes, Doações particulares, Posses immemoriaes, são ainda a escuma desse pélago, que inundou as Cidades, e os campos: activo de sua origem repugna ao exame, e publicidade de titulos, amontôa pretensões, dobra difficilmente a fórmulas legaes, e rompe as barreiras da ordem geral do Juizo.

Queremos nós, que o Foro seja dominado pelo principio nobre, e generoso, que o deve presidir? usemos da restauração, que decretou o Senhor Rei D. JOSE na theorica da luminosa Jurisprudencia, e na pratica segura da Lei: he vergonhoso ao Jurista aconselhar, ou julgar sem primeiro ver a prova, confrontada com a Legislação terminante: embora se encontre ella nos diversos volumes das Collecções; o trabalho não he impossivel, e facilita-se cada vez mais pelo uso: os officios de advogar, e julgar são encargos de homens entendidos, e applicados, e não entretenimento de pedantes ociosos.

Falta por ventura a Lei Patria, apropriada ao ponto do litigio? O Direito Natural; bem cultivado, aprompta imparcialmente a decisão, que não falta em haver sido abraçada nos Codigos Romanos; ou em outro de Nação, que nos iguala, ou excede em civilização. Alegra-se o sabio, achando nos escritos de outro a prova de suas opiniões, muitas vezes, indifferentes ao bem público; e não sentirá prazer o Magistrado, quando descança sua hesitação no voto approvado, e acrisolado pela experiencia de Seculos, e de Nações?

Con-

Convenho, em que o recurso a leis estranhas não carece de inconveniente: porém quando a Legislação Nacional falta a devida extensão, faz-se indispensavel o recurso. Não he sem exemplo as Legislações limitadas melhorarem pelo conhecimento, e pratica de outras mais extensas, e aperfeçoadas: a ignorancia nunca se corregio a si mesma, e sempre suppõe desnecessario tudo o que ella não conhece.

Procura-se justiça no Foro por titulos authenticamente legitimados? Saiba conhece-los, e respeita-los o Advogado, e o Juiz; porém não torça a Pratica para dar-lhes execução, e extensão, que a Lei expressamente não facultou. Accommettem o Foro pretensões equivocadas, sem outra authenticidade de que o pó de Cartorios privativos, e innacessiveis? Use o Julgador da critica prudente, dê lugar ao desenvolvimento, não attraia o Cidadão pacifico e laborioso, e poupe á Justiça o labéo de Parte.

Este comportamento he o unico digno da magestade da Lei, da inteireza da Magistratura, e da marcha imparcial do Foro. Atropellar o processo, assustar o litigante, e decidir a contenda pelas clausulas geraes de *vistos os Autos, e Disposições de Direito*; desacredita o Foro, e manifesta a impericia, ou venalidade do Julgador.

A Pratica tem systema que a une, fim a que se encaminha, e regras que a dirigem; o Foro as usa, e não as ensina. Que seria da Jurisprudencia theoretica, se ella recebesse a sua luz pelas Sentenças proferidas nos Feitos? Não admiremos pois os estragos do Foro Patrio, ha dous Seculos abandonado ás diversas pretensões dos Advogados, Sollicitadores, e Escrivães, ora permittidas, ora favorecidas, ora

D ii

igno-

ignoradas pelo Julgador. O ensino scientifico, he quem até hoje gozou o singular privilegio, de chamar pouco a pouco os homens á ordem, e á razáo; fazendo-lhes conhecer por facil methodo, o que sem elle corria com indifferença.

Altamente o previo, e acautelou o Immortal Restaurador de nossos Estudos, estabelecendo na Cadeira Synthetica de Direito Patrio as Lições da Pratica Formularia. A multiplicidade de objectos, entregues a essa Cadeira, impedio o desempenho desta repartição: trinta e mais annos passárao, amortecidos para o melhoramento da Jurisprudencia Practica, ainda que sempre vivos para a diffusão da theorica. Era reservada a S. A. R. a gloria de completar na Universidade, o importante projecto de seu Augusto Avô; e foi criada a Cadeira, que separadamente ensina a Fôrma Judicial.

Por minhas Lições não tenho authoridade para reformar a Pratica do Foro, assim como as Lições das Cadeiras theoreticas não emendaõ as Allegações dos Advogados, e as Sentenças dos Juizes: reduz-se a minha obrigação a guiar meus ouvintes por systema pratico, fundado na Lei, na Razaõ Natural, e no Direito Supplementario. Os Estatutos me prohibem ensinar, o que já se acha aprendido; por tanto nada repetirei de quanto fez objecto das Cadeiras theoreticas, subsidiarias, ou Elementares.

Faltando Compendio Nacional, e Estrangeiro, formado no plano dos Estatutos, repartirei a theorica da Pratica Formularia em oito Divisões (m).
Ca-

(m) Ainda que o Author na Oração Inaugural promette dar oito Divisões; com tudo nos Elementos da Pratica não se encontraõ mais que seis, como se verá a depois pelo contexto da Obra. (Nota do Editor.)

Cada huma Divisão comprehenderá as materias entre si mais analogas, distribuidas por Titulos, e paragrafos, fundamentados na Lei, nos Praxistas de que ella foi tirada, nos Reinicolas que a entenderaõ, e Estranhos acreditados no Foro de todas as Nações. A Summula da theorica Formularia occupará as Lições, e Sabatinas desde Outubro até Março: em Abril e Maio as Lições se reduzirão a Exercicios escritos e vocaes sobre actos, causas, e incidentes usuaes no Foro.

Summula, e breves exercicios da Pratica Formularia, não fôrmaõ perfeitos Praticos, bem como os Compendios das Cadeiras theoreticas não constituem consummidos Juristas. Porém na Universidade aprendem-se princípios, que diffundidos no Reino, fôrmaõ Sabios, melhorando a Nação.

Juristas, que me acompanhareis nos trabalhos litterarios do presente Anno Lectivo, applicai a Jurisprudencia theoretica ao desenvolvimento da pratica, de que pende a segurança legal de nossos Concidadãos. Se a Providencia vos destina Magistratura, ou Advocacia; lembrai-vos de que as Lições desta Cadeira tem por objecto comprir, e não atraçoar as Leis; conhecei, que o arbitrio, deixado ao Julgador, he o arbitrio regulado pela sabedoria, e boa Fé, e nunca o sugerido pela ignorancia, e oppressão: a calumnia, a vingança, o interesse, disfarçados na capa da Lei, ah! não deturpem as obrigações do homem público.

Dignos entaõ de occupar honrosamente a Cadeira da Justiça; correspondereis ás Intenções Augustas de S. A. R.; e satisfareis aos desvelos incançaveis, com que o Illustrissimo e Excellentissimo Senhor Bispo Conde, Reformador Reitor, promove o vosso aproveitamento.

E L E-

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

ELEMENTOS

DA

PRATICA FORMULARIA.

DIVISÃO I.

*Conhecimentos communs ao Exercicio da Juris-
dicção Contenciosa, e Voluntaria.*

TITULO I.

*Da Pratica Formularia, e objecto de sua
theorica.*

§. 1.

A Jurisprudencia Pratica abraça (a) a Euremática, e Formularia.

§. 2.

A Eurematica (b) mostra as Leis mais notaveis, que são Capitaes; e assento proprio das materias, que

(a) Estat. liv. 2. tit. 6. cap. 3. §. 54. 56. 58.

(b) Cit. Estat. tit. 5. cap. 3. §. 40. 41. tit. 6. cap. 3. §. 56. 57.

que se tratao em cada titulo das Ordenaçoẽs, ou Corpos de Direito: indica as Cautellas; e subſtancia as Formulas, que ſe derivaõ deſſas Leis. Aponta os Eſcriptos dos Doutores, que as illuſtraõ. O deſenvolvimento da Eurenatica pertence aos Profeſſores das Cadeiras Sintheticas de Direito Romano, Canonico, e Patrio.

§. 3.

A Formularia he a propria da Cadeira da Ordem Judicial. (c) Comprehende o uſo das Acçoẽs, e Excepçoẽs: a noçaõ dos Officios praticos do Profeſſor de Direito, do Interprete da Lei, do Advogado, do Juiz, e do Relator: a conveniencia das Clauſulas, e Formulas nos actos Judiciaes, e extrajudiciaes: a marcha dos Procẽſſos Forenſes, e ſuas diverſas eſpecies.

§. 4.

O Complexo das Regras, que dirigem eſtes diverſos Ramos, (d) forma a theorica da Praxe Formularia, que precede ao Exercicio Forenſe vocal, e por Eſcripto.

§. 5.

A Theorica da Pratica Formularia facilita ao Jurista a execuçaõ das Leis. Suppõe ſabida previamente a Jurisprudencia Eurenatica. Aproveita dos principios ſcientificos, aprendidos nas Cadeiras ſubſidiarias, Elementares, Sintheticas, e Analiticas; e por

(c) Eſtat. liv. 2. tit. 6. cap. 3. §. 51. 52. 56. cap. 4. §. 3. 7. 8. 12.

(d) Eſtat. citad. tit. 6. cap. 4. §. 7.

por iſſo naõ os repete, nem forma Tratados Juridicos (e)

TITULO II.

Inconvenientes, e Causas da Incerteza da Pratica.

§. 6.

LOgo que a Lei he preterida, ou desprezada no Foro, a ſegurança peſſoal, e a propriedade real vacillaõ na incerteza; e a Pratica da Juſtiça toma a forma, que agrada ao arbitrio do Juiz (a).

§. 7.

Quando a ſabedoria da Legislaçaõ exactamente faz praticar a Lei, nada parece mais facil do que dar a cada hum o que he ſeu. Nada porẽm he mais difficil, quando os abusos Forenſes transfórmaõ impunemente a Pratica da Juſtiça no inverſo da ſua Inſtituiçaõ (b).

§. 8.

A Lei he ſempre muda, e ſem actividade, em quanto a Pratica lhe naõ dá o movimento, que a
Tomo I. E faz

(e) Bacon de Verulamio *De Dignitate & Augmentis Scientiarum* lib. 8. Aphorisma 87.

(a) Cicero *oration. pro Caccina. De Officiis* lib. 3.

(b) Pagano Profeſſor de Direito Criminal na Universidade de Napoles *Conſiderations ſur la Procedure Criminelle*, chap. 3. 4. 5. Bernardi *Nouvelle Theorie des Loix civiles* chap. 2.

faz viver. Este movimento communica-se por Fórmulas Forenses, adequadas aos fins, que se propõe a Lei. Juizes, Advogados, e Officiaes são os órgãos da communicação da Lei com o Povo. Se a communicação he fiel, o Foro tem uniformidade em sua Pratica; e o Povo segurança na administração da Justiça. Se a communicação he infiel impunemente o Foro he variavel, e as Sentenças dependem do arbitrio do Juiz, e não da imparcialidade da Lei (c).

§. 9.

A Legislação Patria exige no Advogado, e Juiz Letrado o testemunho authenticico da Sciencia Juridica, e da morigeracao; e no Juiz Leigo a probidade, e bom sentido, que o fação amar a Pratica da Justiça.

§. 10.

Para segurança da uniformidade da Pratica, e boa administração da Justiça, determinou a Lei Patria, que o Juiz, e Advogado fossem responsaveis do abuso, ou desprezo da Lei, com suspensão do cargo, e nullidade do acto (d).

§. 11.

Esta garantia durou pouco mais de trinta annos depois da promulgação do Codigo Filippino. Por Assento (e) da Casa da Supplicação de 28 de

No-

(c) Pagano cap. 5. Oldendorpio *Actionum Forensium Progyrnasata* in proemio *Classium*: apud Dionys. Gothofredum in *Praxi Civili* tom. 2. lib. 2. tit. 1. col. 39. letra D. Francofurti ad Mœnum an. 1591.

(d) Ord. liv. 1. tit. 5. §. 4. tit. 48. §. 7.

(e) Collecção dos Assentos N. 58.

Novembro de 1634 ficáraõ os Desembargadores absolvidos da responsabilidade. Por Estillo (f) da Casa da Supplicação a sentença condemnatoria em custas contra Juiz Inferior, tem sempre a clausula expressa, ou tacita de poder ser embargada dentro em trinta dias depois da sua notificação. Por Ordenação do liv. 1. tit. 48. §. 15. o Advogado com Procuração geral não he responsavel ao seu cliente do prejuizo, que lhe causa.

TITULO III.

Officiis Praticos do Professor, e do Interprete.

§. 12.

O Professor de Direito nas Regras da Hermeneutica Juridico-Patria mostra os estorvos, que desviaõ as Leis do seu verdadeiro sentido: fazem opinativa a Jurisprudencia: multiplicaõ os litigios: tornaõ vacillantes os animos dos Juizes: occasionaõ sentenças contradictorias, proferidas em hum mesmo Auditorio; e inutilizaõ na Pratica os esforços da mais sabia, e providente Legislação (a).

E ii

§. 13.

(f) Joaõ Martins da Costa *Estillos da Casa da Supplicação* Olisipone 1692. pag. 188.

(a) Estat. liv. 2. tit. 6. cap. 5. §. 8. Domat *Loix Civiles dans leur Ordre Naturel*, livre preliminaire *Des Regles du Droit* tit. 1. sect. 2.

§. 13.

O Interprete, analisando a Lei, descobre seu espirito pela natureza, fim, e occasião, que a motivou. O exame destes factos o conduz aos casos, e circumstancias, em que a Lei tem applicação, e observancia, segundo a intenção do Legislador, que a promulgou (b).

TITULO IV.

Officios Praticos do Juiz.

§. 14.

EM qualquer Estado Social o Juiz tem Officios genericos para com o Soberano, Litigantes, Advogados, e Officiaes de Justiça (a).

§. 15.

Seus Officios para com o Soberano lhe confiaõ a execução da Lei, e nunca a Legislação. O Juiz he o zelador, e não o infractor dos direitos da Soberania, e de quanto constitue o Patrimonio Real. Quando litigio entre particulares tem consequencias gravativas de grande parte do Povo, o Juiz procede com prudente precaução, e até consulta o Soberano mediata ou immediatamente. (b) A salvação do Ef-

(b) Estat. liv. 2. tit. 6. cap. 5. §. 4. cap. 6. §. 23.

(a) Bacon *Sermones Fideles, Ethici, Politici, Oeconomici: sive Interiora Rerum* cap. 54.

(b) Bacon lug. citad.

Estado he sempre a primeira, e suprema Lei da sociedade civil, que o Juiz não deve perder de vista.

§. 16.

Para com os litigantes cumpre o Juiz Officios de prudencia, e humanidade, induzindo-os a composição, quanto permite a Questão duvidosa, sobre que versa o interesse particular dos mesmos litigantes (c). Não seja facil o Juiz em prevenir-se, e preoccupar-se por sugestões dictadas pelo odio, vingança, e interesse. Não receba com promptidão Accusações fugeridas por pessoas de pouca ou nenhuma probidade (d). He do seu dever não precipitar a sentença, não tolher os meios legitimos de usar cada hum do seu direito; e não favorecer no Juizo mais ao A. do que ao R. (e).

§. 17.

Quanto aos Advogados, deve o Juiz honra-los no Juizo pela probidade, e litteratura; e não pela sua afeição particular: trata-los como seus cooperadores no ministerio da Justiça: examinar, e fucar a medulla de suas allegações: evitar a suspeita do colluio, e de corrupção, não favorecendo os clientes de certo Advogado aos dispendios da Justiça dos clientes dos outros (f).

§. 18.

(c) Ord. liv. 3. tit. 20. §. 1.

(d) Durand *in Speculo* part. 2. cap. 1. *De Preparatoriis Judiciorum*.

(e) Bacon no lug. citad.

(f) Id. no lug. citad.

§. 18.

Escrivães, e Officiaes executores da Justiça escandalosos, e corruptos, apenas são soffridos pelo Juiz, fórmao o opprobrio do Foro, e da reputação do Magistrado. Por elles se multiplica, e perpetua os litigios; e se exhaure o Povo da sua subsistência. Reduzi-los a seus devidos emolumentos: fazel-os praticar verdade, fidelidade, segredo, e exactidão: reprimi-los de toda a violencia, que lhes não for expressamente ordenada: eis-aqui os Officios do Juiz relativos geralmente aos Officiaes do seu Auditorio (g).

TITULO V.

Officio Nobre, e Mercenario do Juiz.

§. 19.

O Juiz no exercicio de suas funções exerce Officio Nobre, e Mercenario. O Nobre consiste no desenvolvimento da Jurisdição voluntaria, obrando de seu proprio movimento, ou a requerimento de parte, quando a ninguem se segue prejuizo; ou sempre, que o exige a necessidade Pública, ou grave prejuizo na demora. O Mercenario serve a Accção, que se deduz a Juizo contencioso com adversario certo (a).

§. 20.

(g) Bacon no lug. citad. *Droit Public* liv. 2. tit. 5. lect. 2. 3. 4. 5.

(a) Oldendorpio in *proæm. Class.*: apud Dionys. Gothofred. in *Prax. Civil.* tom. 2. lib. 2. tit. 1. col. 40. 41. 42.

§. 20.

He do Officio Nobre do Juiz o prompto socorro contra qualquer violencia, obrada, ou ameaçada perpotentemente contra a vida, liberdade, honra, ou bens de qualquer individuo da sociedade civil. O Juiz então usa de seu Officio Nobre atalhando, inhibindo, assegurando, restituindo até sem ouvir o aggressor. Mas sua determinação tem sempre a clausula expressa ou tacita, de que feita a restituição, o Mandado se resolva em simples citação. Se o aggressor se sentir gravado, ou prejudicado allegue em Juizo contradictorio a justa causa, que teve para usar do facto.

§. 21.

Pertence ao Nobre Officio do Juiz a Restituição da Fama, a Reintegração da Filiação, da Legitimação, Emancipação, e Tutella, em que não ha parte prejudicada, que impugne estes actos: acudir ao provimento e subsistencia do filho, mulher, e semelhantes inexoravel, ou barbaramente opprimidos pelo Pai, Marido, que os priva dos meios de existir: depositar as pessoas, que correm algum risco no poder daquelles, a que a Natureza, ou a Lei havia confiado a sua guarda, e segurança: acautelar o descaminho dos bens dos Cidadãos, a que a necessidade urgente não deixa regresso para deliberar, e escolher outro meio. Porém logo, que cessa o perigo, que motivou a prompta providencia, também cessa a obrigação do Officio Nobre do Juiz.

§. 22.

§. 22.

O Mercenario versa todo sobre a Acção deduzida, e ventilada em Juizo contencioso. Neste Officio, a Lei he a norma do Juiz tanto pelo que pertence aos preparatorios, como pelo que pertence aos termos, que segue o litigio. Então mesmo quando alguma coisa he deixada ao arbitrio do Juiz, esse arbitrio regula-se pela equidade Natural, ou pela melhor averiguação da verdade controvertida. He assim que o Juiz prorroga ao R. o tempo da prova, que era difficil apromptar na Carta de Dilação assignada. He assim, que até sem requerimento do R. o Juiz de officio rejeita a pertença do A. quando do seu Instrumento, documento, ou titulo probante apparece a innocencia do R., ou a falta de obrigação para vir a Juizo. He assim, que antes de proferir sentença definitiva, póde abrir a conclusão do Feito para ouvir a parte gravada, ou lezada em seus direitos.

TITULO VI.

Officios do Relator, e Adjuntos.

§. 23.

Quando o Juiz expõem o Feito perante Com-Juizes, faz o officio de Relator. Seu Relatorio he humma summaria, mas substancial analyse do processo, que deve conter o facto com as circumstancias, que o aggrava, ou diminuem: a qualidade e merecimento das provas; e o resultado seguro da jul-

justiça, ou injustiça de cada hum dos litigantes com a Lei expressa, que lhes he applicavel (a).

§. 24.

O Adjunto ou vota por escripto, a que se chama *tenção*; ou vota de viva voz. Quando vota por tenção incumbem-lhe as mesmas obrigações que ao Relator. Quando vota de viva voz deve examinar o Feito; e incumbem-lhe as mesmas obrigações, que a hum exacto Juiz (b).

TITULO VII.

Officios do Advogado.

§. 25.

O Ministerio do Advogado versa essencialmente sobre as funcções de Conselheiro, e Defensor de seus clientes. Como Conselheiro he elle o primeiro Juiz da causa, que vai a começar; porque a elle se dirige o cliente para expôr o facto, e consultar os meios de haver, e prosseguir seu direito. Como Defen-

Tomo I.

F

fen-

(a) Estat. liv. 2. tit. 6. cap. 4. §. 12.

(b) Domat *Droit Public* liv. 2. tit. 6. sect. 1. §. 4. sect. 2. §. 2. Nas Audiencias ou Relações d'Hispanha a tenção do Juiz Relator nas Causas importantes he contraminutada pelas partes, impressa, e distribuida; e he julgada a Causa em dia certo, motivando os Adjuntos de viva voz o seu voto: Dou *Instituciones Del Derecho Publico General de Espana* tom. 6. lib. 3. tit. 2. cap. 9. §. 2. pag. 177. Pratica quasi semelhante he a dos Cantões da Confederação Helvetica: *Real Science du Gouvernement* tom. 2. sect. 8. §. 114.

fenfor o Advogado he o mediador da verdade, e da justiça entre o Juiz e o cliente (a).

§. 26.

Quando o Advogado obra como Conselheiro do seu cliente, antes de começar a Acção examina o facto, e qualidade da sua prova: averigua a Acção, e precavê a Excepção que a poderá dilatar, ou inutilizar; e em consequencia de suas averiguações, e combinações aconselha com madureza; e dirige a causa com acerto, e segurança (b).

§. 27.

Quando o litigio, sobre que he consultado, contém injustiça manifesta contra o Direito Natural, ou Positivo o Advogado não deve aceitar o seu patrocínio. Se a justiça do litigio he duvidosa pela natureza da prova, ou pela obscuridade do Direito o Advogado não o dissimula ao cliente. Seja a causa justa, ou duvidosa o Advogado em seu patrocínio escrupulosamente deve evitar a mentira, ou artificio, e nunca surprender a justiça. De outro modo compromette a probidade, a honra, e a nobreza da Advocacia (c).

§. 28.

(a) Domat *Droit Pub.* liv. 2. tit. 6. sect. 1. ao artigo 2. nota (b).

(b) Estat. liv. 2. tit. 6. cap. 4. §. 12. *Sihrykio Tractatus De Actionib. Forensib.* sect. 1. *Membrum* 1. §. 5. 6. 7. 8. 9. 10.

(c) Domat *Droit Pub.* liv. 2. tit. 6. sect. 2. article 5. nota (s).

§. 28.

Como Defensor de seu cliente o Advogado representa de mediador da verdade, e da justiça da causa; e não das paixões, que ordinariamente occupam os adversarios entre si. No exercicio desta obrigação o Advogado abstem-se de injurias, e de insultos; e de quanto offende a justiça, a decencia, e o respeito do Auditorio (d).

§. 29.

Professor de Direito, Interprete da Lei, Juiz, Relator, Adjunto, Advogado quando a Pratica differ da Lei, devem seguir a Lei, e reprovár a Pratica (e). Todos são obrigados a não transgredir os inpreteriveis limites de seus Officios; e a evitar o temerario e sacrilego attentado de ampliar, ou restringir a Pratica das Leis por seus particulares, e proprios dictames, como se fossem arbitros da Legislação.

TITULO VIII.

Utilidade Pratica do conhecimento das Acções.

§. 30.

AS Acções são o exercicio do Direito, que a Lei dá a cada Cidadão para deduzir, e prosequir em Juizo contencioso sua justiça contra todo, e qualquer que o perturbe no uso da propriedade

F ii pes-

(d) O citad. Domat no citad. liv. tit. e sect. artig. 5.

(e) Estat. liv. 2. tit. 6. cap. 6. §. 13. 14.

peſſoal, ou real (a). Os Romanos as ſugeitárao a Formulas impreteriveis. Eſta eſcrupuloſa obſervancia teve a utilidade de fixar o eſtado da Queſtao, conteſtar a cauſa em poucas palavras ſem debates, ou protelações; e obrigar os litigantes a ſer exactos, e a inſtruir com precificação o ſeu direito, e provas antes de as offerecer, e deduzir em Juizo (b). O Foro d'Inglaterra ſegue ainda o uſo Romano, tendo Formula apropriada para cada Acção.

§. 31.

As Formulas ſolemnes dos Romanos deſterrárao ſe do Foro de todas as Nações do Continente da Europa. No Foro Patrio a Acção recebe ſe no Juizo de qualquer modo, que ella poſſa ſubſiſtir, ſem que ſeja adeſtriſta a certa, e determinada Formula particular (c). Mas apezar deſta liberdade exiſtente no Foro Portuguez, o Advogado, e o Juiz devem conhecer as Formulas das Acções; pois que deſte conhecimento reſulta ſaberem na Pratica, o que he eſſencial em cada huma para deduzir ſe, e provar ſe (d).

§. 32.

O Advogado do A. antes de começar o litigio confronta o facto, ou o direito com a Acção compete-

(a) Bernardi *Nouvel. Theor. des Loix Civiles* chap. 22. *Des Actions*.

(b) Pilat *Traité des Loix Civiles* 2.^a part. chap. 12. *Des Proces Civils* pag. 82. até 85. da Edição de Haia, e Londres 1774.

(c) Ord. liv. 3. tit. 20. §. 5.

(d) Eſtat. liv. 2. tit. 6. cap. 4. §. 12.

petente. Conhecida que ſeja a Acção ſepara a Queſtao do Direito da Queſtao de Facto, e de ſuas circumſtancias; e por eſta ſeparação, e indagação deſcobre na Acção, ou na Equidade Natural o meio mais facil, breve, e ſeguro para deduzir o litigio. O Advogado do R. procede a ſemelhante ſeparação, e indagação para achar a Excepção eſpecifica; e por ella dilatar, ou inutilizar a pertença do A. (e)

§. 33.

Quando o Juiz conhece por ſi meſmo, o que he eſſencial na Acção, ou Excepção, regeita de Officio, ou a requerimento de Parte, quanto diſcorda do Direito, ou da Equidade Natural; e não entertem por ſeu officio litigios injustos, e caprichoſos. He por eſte conhecimento que elle deve regeitar o Libello inepto, a Excepção frivola; e quanto ſe dirige a protelar no Foro a vexação, a oppreſſão, e o eſpirito de chicana (f).

TI-

(e) Samuel Strykius *Traſtat. de Actionib. Forenſibus* ſect. 1. Memb. 1. §. 1. 2. 3. 4. 5. Wittebergæ 1769 in 4.^o

(f) Ord. liv. 3. tit. 20. §. 16.

TITULO IX.

Uso das Acções Pessoaes, Reaes, Mixtas, Prejudiciaes, Cambiaes, e que não podem ceder-se a outrem.

§. 34.

AS Formulas sollemnes das Acções cessarão de ser exigidas rigorosamente em 343, e 428 por determinações dos Imperadores Constancio, Theodosio e Valentiniano; mas subsistirá sempre os nomes, e expressões das Acções, que se offercião no Foro (a). O S. P. Alexandre III. em 1160. declarou que a pertença ou litigio podia ser admittido em Juizo sem declaração do nome da Acção (b). Os Juristas da Escola dos Interpretes, Accurcianos, e Bartolinos continuáram a separar, e especificar as Acções (c); mas prevaleceo a Decretal do S. P. Alexandre III. no Foro de todas as Nações (d).

§. 35.

As Acções, que occupão o Foro, se procedem de delictos ou quasi delictos são Criminaes; se procedem de contractos, e direitos de propriedade, ou uso-fructo são Civis. Quando se deduz no Foro o di-

(a) L. *Juris* 1. e *Nulli* 2. Cod. lib. 2. tit. 58. *De Formulis & Interpretationibus Actionum sublati.*

(b) Cap. *Dilecti* 6. §. lib. 2. tit. 1. *De Judiciis.*

(c) Estat. liv. 2. tit. 6. Cap. 4. §. 5.

(d) Sthryk. *Tract. De Act. Forens.* sect. 1. Memb. 1. §. 1.

direito, que compete por virtude do contracto a Acção Civil he Pessoal: quando se pede o dominio de huma coisa a Acção he Real: quando se pede o dominio por virtude de contracto a Acção he Mixta; porque participa da natureza da Real, e da Pessoal (e).

§. 36.

A Acção Pessoal differe da Real 1.º em que a Acção he unida á pessoa obrigada, segue-a sempre; e até passa a seus herdeiros: entretanto que a Acção Real segue unicamente a coisa em qualquer maõ, que se ache; quem possue essa coisa se pertende eximir-se do litigio, não tem mais que abandona-la. Differe 2.º em que a Acção Pessoal conclue sempre, que a Parte obrigada seja condemnada a fazer, ou dar o que se pede: e a Acção Real conclue sempre contra a coisa para que seja declarada pertencer áquelle, que a pede. A Acção Mixta conclue contra a Parte para a restituição dos fructos, e interesses desde a injusta occupação; e conclue contra a coisa para ser entregue, ou declarada pertencer áquelle, que a vendica (f).

§. 37.

Quando se controverte o Estado da pessoa como livre ou servo, solteiro ou casado, secular ou Ecclesiastico, Clerigo ou Frade, Cidadão, ou Estran-

(e) Año e Rodrigues *Instituciones Del Derecho Civil de Castilla* lib. 3. tit. 4. §. 1. Edición 6.ª Madrid 1805. pag. 261.

(f) Francisco de Boutaric *Explication de l'Ordonnance de Louis XIV. sur les Matieres Civiles* tit. 17. *Commentario ao Artigo 1.* Edição de Paris 1743. pag. 147.

trangeiro, parente ou estranho, izento ou súbdito, a Acção he Prejudicial; porque prejudica a todo o conhecimento ulterior, a que não pôde passar-se antes de julgada definitivamente (g). No Foro Patrio esta Acção rege-se por Direito Romano (h).

§. 38.

As Acções Cambiaes tem fôrma particular no modo de serem deduzidas em Juizo, conceber o Libello, documenta-lo, e tempo de produzir a prova original. Dellas deve ter conhecimento o Advogado, e o Juiz para se conformarem com a Pratica estabelecida nas Praças Commerçiantes (i).

§. 39.

Entre as Acções Pessoaes, Reaes, e Mixtas ha Acções que não podem ceder-se: taes são as da coisa litigiosa; as que se fundão em Direito Público secular, ou Ecclesiastico, Feudal, ou Civil, que induz privilegio especial, e pessoal. (k).

§. 40.

(g) Heinecio *Elementa Juris Civilis* lib. 4. tit. 6. §. 1142.
1143. *Pascalis Institutiones Juris Civilis Lusitani* lib. 4. tit. 5. §. 6. 7. Ord. liv. 3. tit. 11. §. 4.

(h) Ord. liv. 3. tit. 50. §. 1. Commentadores ao liv. 2. tit. 10. §. 2. *De Ordine Cognitionum*.

(i) Vid. Heinec. *Elementa Juris Cambialis* cap. 7. sect. 1. 2. 3. tom. 13. Neapoli 1766. in 8.^o

(k) Vid. Stryk. *Dissertat. De Juribus & Actionibus non Cessabilibus* cap. 6. ad calcem tractatus *De Actionibus Forensibus*.

§. 40.

Os Praxistas Reinicolas mais antigos, que nos restaõ foraõ da Escõla Bartolina; e tratáraõ das Acções accommodadas ao Foro. Delles o melhor he Caminha, que na Fôrma dos Libellos, aponta a cada hum o que se faz essencial na prova da Acção (l). Do costume dos Civilistas declararem no Libello o nome da Acção; e da regra de não ser exigida essa declaração por Direito Canonico, e Patrio, procedeo a Cautela dos Praxistas escreverem no principio do Libello = *Pelo melhor modo de Direito = E se cumprir.* = E no fim delle = *Petit admitti omni meliori Juris modo = e = Fama Pública.*

TITULO X.

Uso das Excepções.

§. 41.

Assim como o A. deduz sua pertençaõ em Juizo pela Acção; assim o Réo a exclue pela Excepção. Toda a Excepção he Defesa, mas nem toda a Defesa recebe no Foro o nome de Excepção. Este nome he apropriado á Defesa, que o R. deduz principalmente para excluir a Acção do A. Por ex., por obrigação litteral o Réo constituiu-se devedor de certa quantia: dentro de dois mezes o A. offerceio em Juizo a Acção litteral contra o R.; este

Tom. I.

G

que

(l) Praxista da Escõla Cujaciana he Pascoal, que deve consultar-se sobre as Acções na Obra *Institut. Jur. Civil. Lusitan.* lib. 4. tit. 5. per tot.

que não recebo a quantia de que se constituiu devedor, oppõem dentro de dous mezes a Excepção *Non numerata pecuniæ* (a).

§. 42.

A Legislação Patria reconhece Excepções Prejudiciaes, que no Foro devem regular-se pelo Direito Romano (b): Dilatorias, Pessoaes, e Reaes, a que deo forma de proceder (c); e Peremptorias, que também seguem outro procedimento (d). Os Praxistas fazem lembrança das Excepções que participam da natureza das Dilatorias, e Peremptorias, a que chamao Mixtas, ou Anomalias; porém differença nas especificação dellas (e).

§. 43.

(a) Rolandinus Rodolphinus, *Summa Artis Notariae*. part. 3. cap. 9. Rubrica *De Exceptionibus* Lugduni 1565 pag. 608.

(b) Ord. liv. 3. tit. 50. §. 1. in fin.

(c) Cit. liv. tit. 49. per tot. confrontado com o tit. 20. §. 9.

(d) Cit. liv. tit. 5. no proem. confrontado com o tit. 20. §. 15.

(e) Os antigos Praxistas seguindo a Durand. in *Speculo De Exceptionibus* §. 1. n. 5. contao por *Anomalias* as que não tem regra fixa no tempo em que hão de ser deduzidas no Feito; e entre ellas dizem ser tal a Excepção de Excommunhão: vid. Anacleto ad lib. 2. Decretal. tit. 25. §. 1. n. 21. 22.

Os Praxistas modernos chamao *Anomalias* as que pelo successo, e procedimento da Causa são Dilatorias, ou Peremptorias; e dizem que pertence a esta classe a Excepção de *Beneficio da Ordem*, que o fiador oppõem, para que primeiro se faça execução nos bens do principal devedor. Se os bens deste chegão para inteiro pagamento, a mencionada Excepção he Peremptoria; senão chegão, he entao Dilatoria: vid. Boutaric *Explicat. de l'Orden. de Luis XIV. sur les Mat. Civ.* tit. 9. Comment. ao Art. 1. pag. 64.

§. 43.

Ainda que as Excepções Dilatorias, e Peremptorias se regulao na sua classe por forma geralmente estabelecida na Lei; ha com tudo Excepções, que tem forma especial em sua deducção, e procedimento. Desta classe he a Suspeição posta a Julgador subalterno (f), ou posta a Dezembargador, que despacha em Relação (g): a Excepção Declinatoria do Foro, se a Jurisdicção for prorogavel (h).

§. 44.

Póde a Excepção offerecer-se em Juizo sem preceder Acção proposta pelo A. Neste caso a Excepção procede por forma de Queixa; e o Excipiente, que a propoe faz as vezes de A. A Legislação Patria offerece o exemplo no caso da diffamação do Estado de qualquer Cidadão (i). Usa-se frequentemente no Foro para assegurar que taes prédios, ou taes pessoas não são obrigadas a taes ou taes encargos e prestações, que delles se costuma, ou pertende exigir. (k).

G ii

TI-

(f) Ord. liv. 3. tit. 21. e 22.

(g) Assento de 9 de Outubro de 1659, outro de 3. de Novembro de 1673, Decreto de 3. de Março de 1650. Coll. 2. ao liv. 3. das Ord. tit. 21.

(h) Ord. liv. 3. tit. 49. §. 2.

(i) Ord. liv. 3. tit. 11. §. 4.

(k) He doutrina de Cujacio abraçada por João da Costa in lib. 1. Decretal. tit. 31. commentar. ad cap. 16. Luterix Parisiorum pag. 191. 192.

TITULO XI.

Formulas, e Formalidades.

§. 45.

Formula he o acto, de que se reveste a Lei no exercicio da sua applicação. Nella ha coizas essenciaes, e accidentaes (a).

§. 46.

He effencial que a Formula substancie e comprehenda a natureza do negocio de que se trata, e seus requisitos notaveis (b). Quando a Lei a prescreve sobpena de nullidade do acto he effencial o seu seguimento sem alteração.

§. 47.

He accidental na Formula conceber-se com maior ou menor perfeição, e pureza de estillo; e sem a tenaz adhesão, que a cada palavra della attribuem os Tabelliães, e Advogados, que ignorão em que consiste a sua força e propriedade.

§. 48.

(a) Domat, *Droit Public* liv. 4. pag. 225. até 228. no tom. 5.

(b) Estat. liv. 2. tit. 6. cap. 3. §. 56.

§. 48.

Na citação por exemplo, he effencial fazer-se por Official Público para isso determinado: conter o nome do R. do A.: aonde são moradores: o motivo da citação; e a que Juizo he o chamamento: se deve apparecer pessoalmente, ou póde por Procurador. A Formula ou Certidão deve conter estes requisitos; mas he indifferente a pureza da locução (c).

§. 49.

A *Formalidade* reveste o acto para fazer prova em Juizo da sua verdade, e validade. Diz-se Authentica e de rigor, a estabelecida por Lei para que o acto possa ter fe judicial, ou extrajudicialmente. He indifferente a Formalidade, que póde ser omitida sem nullidade do acto (d).

§. 50.

He por exemplo, Formalidade rigorosamente determinada, que a Carta Testemunhavel seja concertada com outro Escrivão, ou Tabellião (e). He indifferente semelhante concerto, quanto a Lei expressamente o não determina. Testamentos, Doações, Contratos, Documentos para sua validade, e authenticidade tem Formalidades, que rigorosamente devem ser observadas sobpena de nullidade.

T I.

(c) Ord. liv. 3. tit. 1. §. 5. Domat, *Droit Publ.* liv. 4. tom. 6. pag. 227.

(d) Domat, *Loix Civiles* tom. 3. liv. 3. tit. 1. sect. 3.

(e) Ord. liv. 1. tit. 24. §. 10. 25.

TITULO XII.

Clausulas.

§. 51.

A *Clausula* he como huma breve sentença, incluindo o que se faz por ella para conservar ou derogar Direito que já se tem, ou se espera ter, ou se transfere em outrem (a). Divide-se em *Consuetudinaria*, e *Insolita*.

§. 52.

Diz-se *consuetudinaria* aquella que ordinariamente se usa no acto da natureza, a que se junta a *Clausula*. Suppõe-se que o Official Público, rogado para fazer o Instrumento, deve lançar nelle as *Clausulas* do costume, ainda que não lho advirta as partes. Quando o Official Público omitio essas *Clausulas*, assim mesmo se reputa escriptas; ainda que não possa mais juntar-se ao Instrumento, estando o acto completo, e vulgarizado sem ellas (b).

§. 53.

He *consuetudinaria* por exemplo, a *Clausula* de que o *Tabellião* recebe o direito pelo ausente: que o vendedor entregará ao comprador a coisa vendida:

(a) Bartholomei Bartazolli Ferrariensis *Tractatus Clausularum Instrumentalium*, Clausula 4. Glossa 29. n. 1. Francofurti 1599.

(b) O citad. Bartazolli Claus. 4. Glof. 34.

da: que o defenderá de quem pertender reivindicar o dominio ou posse: que os contratantes obriga todos seus bens moveis, e immoveis ao complemento do contrato: como estas *Clausulas* são da natureza dos contratos de Doação, Venda, e Obrigação reputa-se expressas, ainda que dellas não faça menção o Instrumento (c).

§. 54.

Clausula insolita he aquella que expressamente deve declarar-se no Instrumento; e que nunca se entende comprehendida na *Clausula consuetudinaria*. Por exemplo, na *Clausula* de obrigação de bens moveis, e immoveis, não se comprehendem os Direitos, Acções, Fideicommissos, e Bens Enfyteuticos, se delles se não fizer expressa menção (d).

§. 55.

Seja a *Clausula* solita, ou insolita, geral ou especial, chama-se *Protestativa*, quando tem por objecto conservar direito que vai a ser violado por força maior (e).

§. 56.

A *Clausula Protestativa* contra o facto do Juiz não dá direito novo áquelle que protesta; mas confere-

(c) Id. Claus. 12. Glof. 1. n. 1. e Glof. 2. Claus. 26. Glof. 1.

(d) Id. Glof. 2.

(e) Ord. liv. 3. tit. 36. §. 1.

serva-lhe o que já tem com tanto, que não se contradiga pelo facto que se consentio, ou approvou (f).

§. 57.

Aproveita fóra do Juizo a Clausula Protestativa para muitos casos no Foro: por exemplo, para impedir a venda do penhor, que excede muito á divida: para perpetuar a Excepção *Non numeratæ pecuniæ* á menor parte dos crédores contra o acordo enganoso, ou doloso da maior parte (g).

§. 58.

Na Clausula final do Instrumento resolvem-se todas aquellas, que pelo corpo do Instrumento com ella tem analogia (h).

TI-

(f) Ord. liv. 3. tit. 36. §. fin. Strykius, *Dissertat. Juridicar.* vol. 3. Disputat. 23. cap. 5. n. 6. 7. 8. 9.

(g) Ord. liv. 3. tit. 78. §. 7. 8. liv. 4. tit. 51. §. 2.

(h) Rodolphini *Summa Artis Notariæ* cap. 8. pag. 553.

Sobre as Clausulas dos Instrumentos escreveu Bartazolli, Gomes *De Clausulis Contractuum variis*, Dionys. Gothofred. *in Prax. Civil.* tom. 2. lib. 2. tit. 14. pag. 1856. e seguintes, Gomez Bayo, *in Prax. Ecclesiastica, & Seculari*, part. 3. lib. 1. cap. 3. *De omnibus Clausulis Rescriptorum* pag. 116. e seguintes. Lugduni 1671.

TITULO XIII.

Cautelas.

§. 59.

A Providencia ou prevenção, que usão os pactoantes para excluirem de seus contratos o damno de seus bens, ou direitos, chama-se *Cautela*. He *Legitima*, quando não repugna á Lei: he *Cavilosa*, quando se encaminha a fraudar a Lei, ou a illudir o direito dos outros pactoantes (a).

§. 60.

A Cautela Legitima diz-se *Necessaria*, ou *Abundante*. Reputa-se *Necessaria* a que promove o commodo, ou evita o damno: *Abundante*, a que assegura mais o direito do pactoante, e augmenta com maior evidencia, e extenção. Tal he por exemplo, a de que o Fiador se obrigue *in solidum* como principal pagador: que o arrendatario não deteriore a coisa arrendada, antes a conserve em bom estado, e a melhora racionalmente (b).

Tomo I.

H

§. 61.

(a) Strykio, *Supplementum Dissertationum* volum. 13. *Tractatus De Cautelis Contractuum Necessariis* sect. 1. cap. 1. n. 6. 7. 8. 9. 10.

(b) Citad. Strykio no lug. citad. §. 13.

§. 61.

Antes de celebrar contratos pessoas he providente Cautela indagar a qualidade da pessoa contratante. Por ex., se he mulher, casado, filho-familias, prodigo, furioso, bebedor, menor, mudo, surdo, cego, monge, fero; para que segundo as diversas condições, e estados possa exigir-se primeiro as competentes authorizações (c).

§. 62.

Nos contratos de bens de raiz deve preceder a sua celebração o conhecimento da materia, e objecto do contrato. Por ex., se he sobre prédios Ecclesiasticos, Públicos do Conselho, Proprios da Coroa, Vinculados, Emphyteuticos, Doraes, pertencentes a menores, hypothecados especialmente a outrem. A mesma Cautela ou averiguação deve preceder sobre moveis e direitos, alienaveis, ou inalienaveis, ou prohibidos por Lei. As solemnidades e previas licenças fazem então parte das Cautelas proveitosas (d).

§. 63.

A Formação do Instrumento litteral he tambem sujeito á Cautela das solemnidades da Lei, sem erro nas pessoas dos pactantes, na materia do contrato, e na possibilidade da execução, e cumprimento: não conter dúvida alguma sobre o consentimento espontaneo dos interessados. Quando o Instrumento he celebrado de noite, deve declarar a razão. He

(c) Citad. Strykio cap. 2.

(d) Citad. Stryk. cap. 3.

He tambem Cautela, que evita muitas dúvidas na execução de seu cumprimento, declarar-se que satisficando-se embaraço na interpretação de alguma Clausula, se faça a interpretação a favor racionavel d'elle, ou daquelle pactoante (e).

§. 64.

Na renuncia de Direitos cumpre acautelar-se que a especial produz mais effeito, que a geral: que ha direitos, acções, e excepções que por nenhuma Cautela se renuncia; outros que só expressamente; outros em que só vale a renuncia, constando pelo Instrumento, que o renunciante foi expressamente certificado do beneficio; ou direito, que lhe competia se não o renunciasse. De outro modo obsta sempre contra a Cautela a regra, de que he supposto não renunciar ao beneficio, ou direito de que se ignora o proveito, e extensão (f).

§. 65.

Sejaõ quaes forem as Cautelas no Foro Patrio, pelas quaes se façaõ em Autos renuncições, fianças, cauções, louvamentos, pactos, convenções, procurações *Apud acta*; os termos lavrados pelo Escrivaõ, devem ser no mesmo dia agnados pela parte, a que prejudicaõ, sobpena de ficarem nullos (g).

H ii

DI-

(e) Citad. Stryk. cap. 5.

(f) Citad. Stryk. cap. 5.

(g) Ord. liv. 1. tit. 24. §. 21.

DIVISÃO II.

Processos, e suas Diversidades.

TÍTULO I.

Processo Natural.

§. 66.

A Razaõ Natural, que detesta a guerra de homem a homem, persuade ao offendido, que antes de obter a indemnisação por violencia, tente primeiramente os meios de amigavel compensação. Quando estes não produzem effeito a mesma Razaõ Natural quer, que o offendido, e aggressor concordem no arbitrio de homem imparcial e intelligente, que decida a controversia (a).

§. 67.

Perante o Arbitro o offendido expõem o facto da aggressão, e o damno, que ella lhe causou. Se o Aggressor confessa não ha necessidade de mais prova para a decisão: se nega faz-se indispensavel a prova por parte do offendido.

§. 68.

(a) Este tit. he substanciado de Samuel Puffendorf. *De Jure Naturali & Gentium* lib. 3. cap. 13.

§. 68.

Quando o Aggressor em vez de confessar puramente, ou negar, repõem motivo, que desculpa, ou diminue a gravidade da aggressão, he necessario proceder-se á prova dessa desculpa, ou diminuição.

§. 69.

Quando existe a prova intrinseca, e inseparavel da natureza dos factos deduzidos, he superflua outra alguma prova. Logo que essa não existe, he ella substituida pela prova litteral, ou testimonial, com tanto que qualquer dellas seja imparcial. He imparcial o Documento feito ou approved por ambas as partes, e reconhecido por verdadeiro antes, ou depois da contenda. He imparcial a prova de testemunhas, que não são racionavelmente contraditadas; e que declaraõ contestes os factos, que presençearão.

§. 70.

Da prova confrontada com os factos deduzidos fôrma o Arbitro a decisão, applicando-lhe a Lei Natural, ou a Equidade, que lhe he apropriavel. Se a prova he inconcludente, ou duvidosa a Lei Natural, ou a Equidade não condemnaõ. Se antes da Sentença algum dos contendores compromette a decisão no juramento do outro, a prestaçã do juramento decide o litigio.

§. 71.

He nenhuma a decisão do Arbitro, que discorde do facto concludentemente provado, ou da Lei Natural, que lhe for applicavel. A corrupção, par-

cialidade, ou ignorancia do Arbitro são qualidades contradictorias da inteireza, e intelligencia, que se propozerao os contendores, quando o escolheraõ, e authorizáraõ para seu Juiz.

§. 72.

A sentença justamente proferida termina a commissão do Arbitro, e constitue o vencido na obrigação de satisfazer ao julgado sem contenda de facto. Quando o vencido recusa satisfazer, o vencedor he authorizado a usar da força, ou de reprefalia até indemnizar-se.

TITULO II.

Processo Conciliatorio, e Arbitral.

§. 73.

O Espirito de socego e amizade, que deve reinar entre Cidadãos de hum mesmo Estado, ainda quando seus interesses os sepáraõ, fez sempre desejar que A. e R., antes de se implicarem nos incommodos de hum litigio, procurassem os meios de conciliação (a).

§. 74.

(a) A Legislação dos Athenienses encarregava aos Magistrados mais authorizados, persuadir aos litigantes compõem-se pelo Juizo Conciliatorio, antes de recorrerem ao Contencioso.

A Igreja abraçou por muitos Seculos a Audiencia Episcopal com o mesmo fim.

Os Cantões Suíços adoptáraõ igual systema nas Causas Civis, que offereciaõ complicação.

§. 74.

Os primeiros Praxistas, que escreverao depois do Seculo XII. reconhecerao quanto era decoroso aos Magistrados conduzir os litigantes a concordia; e por ella evitar-lhes trabalhos, homizios, e despesas inuteis; principalmente quando o direito das Partes parecia duvidoso na prova, ou na Lei. Os Codigos recommendaraõ aos Juizes este dever como de honestidade, e não de necessidade (b).

§. 75.

Por Seculos não apreciaraõ os Legisladores o bem, que resultaria ao Estado, que promovesse, e fannccionasse os casos, e fórma, em que necessariamente o Processo Conciliatorio deveria preceder ao Contencioso. Em 1788 o Codigo Civil de Trento começou a abertura deste Processo, que foi utilmente aplanada por diversas Nações (c), e seguida nas Controversias de interesse privado, em que o Público não tem parte (d).

§. 76.

(b) Guilherme Durand, *Speculum* part. 2. cap. *De Præparatoriis Judiciorum*.

Ord. Affonsina liv. 3. tit. 20. §. 5.

Ord. Filippina liv. 3. tit. 20. §. 2.

(c) Veja-se, *Considerations sur la Procedure Criminelle* par Mr. Pagano *Preface* de Mr. De Hillerin pag. 69. e seguintes.

O Processo Conciliatorio usa-se em França, Italia, Dinamarca, e Suecia com evidente diminuição dos pleitos em cada anno.

(d) *Project. de Code de Procedure Civile*, Part. I. liv. 2. tit. 1. pag. 7. Paris 1804.

§. 76.

Na Legislação Patria he permitido ás Partes comprometterem-se em Juizes, que decidaõ seu litigio. Entaõ o Procêssõ Arbitral segue o Regimento, que o Compromisso, e a Lei determinaraõ (e).

§. 77.

No Procêssõ Conciliatorio como no Arbitral os Juizes ainda que sejaõ amigaveis *Mediadores*, e formem sua decisaõ mais sobre a *Equidade Natural*, que sobre o *Rigor de Direito*, naõ preferem o bem da paz á exactidaõ da Justiça. De outro modo sua escolha, e decisaõ fomentaria as discordias, e divisões, que se pertendem evitar. (f).

§. 78.

Mas se o Procêssõ Conciliatorio, e Arbitral naõ seguem exactamente o rigor de Direito, nem por isso se desviaõ da equidade do Procêssõ Natural, nem sacrificãõ a Justiça, e suas fórmãs essenciaes ao falso motivo do bem da paz (g).

T I-

(e) Ord. Liv. 3. tit. 16.

(f) Domat, *Droit Public* Liv. 2. tit. 7. sect. 1. §. 3.

(g) Citad. Domat, sect. 2. §. 2. 3.

TITULO III.

Conformidade do Proceßo Natural com o Social. (a)

§. 79.

NO *Proceßo Natural* se funda o *Social*, abraçado por todas as Nações Civilizadas. O Arbitro escolhido voluntariamente, e authorizado pelos Contendores para o Proceßo Natural he no Social o Juiz certo, constituido, e authorizado pelo Soberano para ouvir, conhecer, e decidir o litigio com a madureza, e imparcialidade da Lei.

§. 80.

A presença do R. ao facto proposto pelo A., sua confissão, defesa, ou negação no Proceßo Natural, he a citação, libello, contestação por negação, ou por contrariedade, excepção peremptoria no Proceßo Social.

Tom. I.

I

§. 81.

(a) Este Titulo he substanciado de Pascoal, *Institution: Jur. Civil*, *Lustan*. lib. 4. tit. 7. §. 4. 5., confrontado com Martini, *Positiones De Jure Civitatis* Part. 1. cap. 6. §. 129. §. 130. §. 131.: Davies, *Institutiones Jurisprudentie Universalis* Sectio 5. §. 732. Edição 6.^a Jenae 1764: Domat, *Droit Public* liv. 4. no tom. 5. pag. 233. e seguintes: *Clementina Sape contingit de Verborum Significatione*,

§. 81.

O espaço de tempo indispensável para ser produzida a prova no Processo Natural, corresponde no Social ás Dilações probatorias. A prova inherente aos factos deduzidos he a Prova evidente, e a Presumpção *Juris & Jure*: a Prova por escripto he a authentica, ou reconhecida pela parte contraria: a testemunhal he a que depõem de sciencia certa, e que não tem contradicção legal.

§. 82.

O Juramento, em que a parte se compromette no Processo Natural, he no Social o Juramento, que põem termo ao incidente, ou ao negocio principal, em que se exige.

§. 83.

O racional espaço de tempo, que o Arbitro Natural toma para confrontar as provas dadas com os factos deduzidos, he no Processo Social a conclusão, que se faz ao Magistrado para o mesmo exame, e confrontação. A conformidade da Sentença com o facto provado he a applicação da Lei Civil ao litigio controvertido.

§. 84.

A Decisão do Arbitro Natural he nulla quando contradiz o facto provado, ou Lei Natural. No Processo Social a sentença do Juiz, que he dada por falsa prova, falsa causa, peita, preço, contra di-

direito expresso, nunca passa em Julgado, ainda que não seja appellada. (b)

§. 85.

O Recurso contra o Julgado, que não se admite no Processo Natural, he subministrado no Social pela Appellação a immediato Superior até ao Soberano. A commissão do Arbitro Natural expira pela promulgação de sua sentença. No Processo Social pela interposição da Appellação suspende-se a Jurisdição do Juiz sobre o litigio appellado, que excede a sua Alçada. (c)

§. 86.

No Processo Natural o vencido satisfaz voluntariamente ao Julgado. Por sua repugnancia usa o vencedor da força, ou da represália. No Processo Social o vencido satisfaz em tempo certo, e voluntariamente pela entrega, ou pelo deposito Judicial. No caso de repugnancia o vencedor usa da penhora, e execução.

§. 87.

Replicas, Treplicas, Accumulações, Excepções e Questões, que não pertencem immediatamente ao estado da *Questão* controvertida, são mais do Direito Judiciario Positivo de cada sociedade civil, do que do Judiciario Natural. (d)

I ii

T I.

(b) Ord. liv. 3. tit. 75., confrontada com o liv. 1. tit. 5. §. 4.

(c) Ord. liv. 3. tit. 70. §. 6. 7.

(d) Davies, *Institut. Jurisprud. Univers.* Sect. 5. cap. 2. schol. ad §. 733. pag. 422.

TITULO IV.

*Diversidades no Processo Judicial; e qual he
Processo Ordinario.*

§. 88.

Diz-se *Processo* a Contestação levada perante Juiz a requerimento regular de Parte. Se tem por objecto propriedade, ou direito o Processo he *Civil*; quando se dirige a reparação, e castigo de algum delicto o Processo he *Criminal*. (a)

§. 89.

A substancia do Processo Natural he a mesma no Social de todas as Nações Civilizadas; mas ha muita differença no accidental. Forma-se o *Processo* dos actos Judiciaes, prescriptos na Lei, e seguidos successivamente perante o Juiz competente para esclarecimento da verdade no ponto controvertido; e para evitar a confusão, e a tropellação da Justiça dos Litigantes. (b) A ordem Judicial, que se usa no Foro Civil das Nações actuaes deriva-se das Decretaes, e não das Leis Romanas. (c) Entretanto desque existe *Foro* he na Pratica *Regra* fundamental, e impreterivel, que Juiz não profira Sentença an-

(a) Encyclopedie Methodique: *Jurisprudence*, na palavra = *Procès*. =

(b) Cavallari, *Institution. Jur. Canon.* Part. 3. Cap. 20. §. 6.

(c) Cavallar., no citad. Cap. §. 13.

antes de proceder conhecimento legal, e permanente. (d)

§. 90.

Os Antigos Praxistas classificão o Processo Social em *Pleno*, *Plenissimo*, *Extraordinario*, *Summario*, *Summarissimo*. (e) Os Modernos em *Ordinario*, *Summario*, *Summarissimo*, *Executivo*, *Verbal por Escripto*, e *simplesmente Verbal*. (f) De todos usa a Legislação Patria nos casos por ella determinados. Quando o Juiz inverte, ou pretere a ordem de qualquer Processo classificada na Lei, o Processo he então *Tumultuario*.

§. 91.

Ao Processo Pleno chama-se no Foro Patrio Processo Ordinario. Guarda elle a ordem do Juizo determinada por Ordenação do Liv. 3. tit. 20; e não he permittido ao Juiz inverter, preterir, ou alterar a sua solemnidade. Ao Processo *Plenissimo* corresponde no Foro Patrio o Processo Criminal Ordinario, regulado pela Orden. do Liv. 5. tit. 124. Os actos successivos, de que se forma, são tambem de rigorosa observancia.

§. 92.

(d) Durand, *Speculum* lib. 1. particula 1.^a tit. 1. n. 21. *De Officio omnium Judicum.* Lei 2. Cod. lib. 7. tit. 44. *De Sententiis ex periculo recitandis.*

(e) Durand, *Speculum* lib. 1. particula 1.^a tit. *De Summaria Cognitione.*

(f) Dou, *Instituciones Del Derecho Publico General de España* tom. 6. Cap. 1. §. 7. 8. 9. 20.

§. 92.

O Processo Plenissimo differe do Processo Pleno, 1.º em que as Provas, que haõ de servir á Sentença condenatoria devem ser terminantes, e clarissimas: 2.º em que a Sentença da primeira Instancia sempre deve ser appellada para a Instancia superior immediata: 3.º em que nelle se admite prova idonea de testemunhas, e documentos naõ só depois da Conclusão da Causa; mas até depois da Sentença. (g)

TITULO V.

Processo Summario.

§. 93.

NO Foro Romano da Republica livre havia litigios, de que o Pretor conhecia *Summariamente*. (a) No Governo dos Imperadores os Presidentes das Provincias conheciaõ das quantias modicas sem multiplicar os actos, e despezas: ouviaõ as partes, e suas provas huma só vez, decidiaõ por escripto, ou sem elle, segundo o requeriaõ os Litigantes; e por suas Sentenças adoptavaõ mais a Equidade Natural, que o Rigor de Direito. A mesma fórma de procedi-

(g) Durand, *Speculum* lib. 1. particula 1.ª tit. *De Summar. Cognitione*.

(a) Lei 5. §. 8. D. de *Agnoscentis & Alendis liberis*: Lei 15. de *Re judicata*.

dimento era estabelecida para o Juizo Episcopal entre os seus subditos. (b)

§. 94.

Abraçada nas Decretaes a Legislação Romana, os Antigos Praxistas formáraõ della o Processo Semi-pleno; a que se dá o nome de *Summario* para ter lugar nos litigios modicos; e nos que naõ admittem demora. Elles o apropriáraõ á *Acção ad Exhibendum*: á posse *ventris nomine*: ao procedimento *in notoriis*: ao petitorio de alimentos, legado, liberdade, e semelhantes. (c)

§. 95.

Ha neste Processo Libello, Contestação da li-de, Excepções, breves Dilações Probatorias: todos os espaços de tempo saõ mais abbreviados que no Processo Pleno ou Ordinario. As provas saõ ao menos Semi-plenas; e a Sentença abraça mais a Equidade Natural que o Rigor de Direito. (d)

§. 96.

O Processo Semi-pleno dos Antigos Praxistas he no Foro Patrio o *Processo Summario*, a que a Lei naõ assignou outra alguma especial qualificação. A elle pertence o petitorio de alimentos, legado, liber-

(b) Cap. 3. da Novella 17. Collat. 3. tit. 4. : *Præfatio* da Novella 83. Collat. 6. tit. 11. : *Authent. Cod. lib. 7. tit. 44.*

(c) Durand, *Speculum* lib. 1. particula 1.ª *De Officio omn. Judicum*. tit. de *Summaria Cognitione* p. 59. e 60.

(d) Durand, no lugar citado.

herdade, despejo de casas, abertura e publicação de testamento, posse *ventris nomine*, posse de bens desamparados requerida pelo crédor do defuncto devedor; e semelhantes, que exigem brevidade; e que não tem particular classificação em *Summario*. (e)

§. 97.

No Foro Patrio este Processo tem Libello, Contestação da lide, Fiança ás custas, Juramento de Calumnia, Dilações Probatorias, Excepções, Contradições á barba, termo para dizer de Facto, e Direito. O espaço de tempo para cada acto he por ametade do que está estabelecido no Processo Pleno, ou Ordinario. Quando nossos *Praxistas* seguem, que no Processo Summario basta prova semi-plena; e que a Sentença póde julgar mais do pedido, com tanto que seja conhecido pelos actos: (f) devem entender-se pelos antigos *Praxistas*, que reputarão o Processo Semi-pleno, como Processo interino, e sua Sentença como não determinando o litigio; pois que ainda restava ao lesado recorrer ao Processo Pleno, ou Ordinario. (g)

T I.

(e) Vid. Ord. liv. 3. tit. 18. §. 3. até §. 10. e tit. 30. §. 3. no fim.

(f) Desta doutrina apparecem vestigios em Cabedo Part. 1. Decil. 72.

(g) Durand, no lugar citado.

TITULO VI.

Processo Summarissimo ou Verbal por Escripto, e simplesmente Verbal.

§. 98.

Quando a Lei Patria determina; que o Juiz proceda sem estrepito, nem figura de Juizo, de plano, pela verdade sabida, de pé, ou assentado, he o mesmo que declarar que o Processo não guarda solemnidades algumas do Processo Ordinario.

§. 99.

Em tal processo póde haver, ou não haver libello: não se faz mister contestação da lide: formam-se os actos dentro, ou fóra da Audiencia: recebe-se prova em qualquer estado da Causa até depois de conclusa para Sentença: profere-se esta havendo, ou não havendo conclusão: decide o Juiz no Auditorio, ou fóra delle. Eis-aqui o valor, e significação Juridica daquellas clausulas, que o Foro Patrio adoptou do Cap. *Sæpe contingit* 2.º de *Verbor. significat.* in Clementinis, e suas Glossas. (a)

Tomo I.

K

§. 100.

(a) Vejaõ-se a citad. *Clementina*, e suas Glossas; e confrontem-se com a Ord. do liv. 3. tit. 30. §. 1. 2. 3., tit. 48. no Proem. §. 1. 2. 5., liv. 4. tit. 24. §. 1., tit. 54. §. 4., tit. 58. no Proem. e §. 1.

§. 100.

Mas se deste simplicissimo conhecimento he excluida a Forma solemne, que ordena e liga o Pro-Processo Ordinario, nem por isso deve preterir-se a Forma substancial do Processo Natural. Saõ substanciaes no Processo Natural as *Defesas legitimas* do Réo. Nesta classe entraõ as Excepções racionavelmente bem fundadas quer sejaõ Prejudiciaes, Dilatorias, ou Peremptorias; as confissões, provas, juramento Decisorio, de calunnia, (b) ou outro legitimo; reconvenção de coisa e causa igualmente summaria. A estas substanciaes e legitimas Defesas chamaõ os Praxistas *Acta Causæ*. Subsistem igualmente como substanciaes as citações, fianças, e semelhantes, que os Praxistas designaõ pelo nome de *Acta Judicii*. (c)

§. 101.

Ainda que o Juiz deva proferir a sentença pela verdade sabida, essa verdade he a que elle sabe pela prova dos Autos, e conforme ao Petitorio; e naõ a verdade particular, que naõ existe provada competentemente. Determina-se o Juiz por provas plenas, e naõ julga *Ultra petita*, nem sobre coisas que a Lei manda ventilar em Processo Ordinario. (d)

§. 102.

(b) Em Causa sobre *Aposentadoria* naõ pôde pedir-se juramento de calunnia, nem fiança ás culpas: Decreto de 23. de Junho de 1792.

(c) Citad. Glossas, e Abbade Panormitano no Commentario sobre a citada *Clementina*.

(d) Ord. liv. 3. tit. 48. §. final: Cabedo Part. 1. Decif. 72. n. 3.

§. 102.

O Foro Patrio usa deste Processo nas Causas de Força Nova, (e) Deposito, Guarda, Roubo, Soldada, collimento de fructos, Injurias verbaes entre pessoas de condição ordinaria, contas Mercantis, causas Fiscaes, pertencentes a rendas, e tributos públicos, litigios sobre quantias de quatrocentos até mil réis, Vestorias Rusticas, e Urbanas feitas pelo Senado da Camara, Juizes Almotacés em Denunciação de nova obra, aposentadoria, condução, (f) repartição, esgotamento de agoas, repartição de maninhos, e baldios, adjudicação de pastagens ao Senhorio do terreno, avaliação de bemfeitorias, e despejo de herdades.

§. 103.

Das Causas mencionadas conhece o Juiz em Processo Verbal por Escripto. Consiste elle em fazer escrever pelo Tabellião, ou Escrivão, quanto as partes differem, ou seus Procuradores. Querendo provar seus ditos o Juiz lhes recebe logo a prova. Se pedem espaço de tempo em que a produzaõ, o Juiz lhes assina Dilação breve, e peremptoria, ouve

K ii

ve

(e) Por Assento de 16 do Fevereiro de 1786 se decidio, que nos *Interdictos Restitutorios* he absurdo julgar posse a favor daquelle, que pelo Processo se mostra naõ dever-lhe ser julgada a propriedade. Na Collec. N. 288. sobre a 2.ª Quest. vers. — até para —

(f) Alvará de 27 de Novembro de 1804: o mesmo Alvará dá forma á *Vestoria*; e da decisão só admite recurso para a Mesa do Desembargo do Paço, sem suspensão da Sentença.

ve tudo o que quizerem dizer de seu direito, e o manda escrever; e sem dar mais vista ás partes, ou a seus Procuradores profere a Sentença. Tendo as partes algumas contradicções notorias, e públicas contra as testemunhas podem aponta-las ao Juiz, quando o Processo for lido a final, sem que para este fim lhes seja vista concedida. (g)

§. 104.

O Procedimento simplesmente Verbal fórma-se nas Causas, que não exceedem a quatrocentos réis: nas que tem por objecto coimas de gados, infracções de Policia Municipal até quatrocentos réis de multa. O Juiz ouve as partes verbalmente, e suas próvas, sem processo algum escripto, e o Taballião, ou Escrivão faz assento no seu Portocollo de como o Juiz ouviu as partes sobre aquelle facto, e condemnou, ou absolveo. Este assento he assinado pelo Juiz, e delle se extrahê Mandado, que se executa. (b)

TI.

(g) Ord. do liv. 1. tit. 65. §. 7. vers. — *E passando a quantia de quatrocentos réis*, — confrontado com o §. 25, e liv. 3. tit. 30. §. 1.

(b) Ord. liv. 1. tit. 65. §. 7. vers. — *E no processar das ditas demandas*, — confrontado com o §. 23. e 73. vers. Verbalmente.

TITULO VII.

Processo de Assinação de dez dias.

§. 105.

Requerendo o A. a entrega de coisa certa, ou quantidade liquida a que o R. se haja obrigado por Escriptura Pública, ou Alvará por elle escripto, e assinado, como Pessoa Nobre; ou somente assinado como Pessoa qualificada, que costuma ter Secretario; o Juiz faz proceder á citação para que o R. em audiencia veja determinar, e correr dez dias continuos, e peremptorios, dentro dos quaes satisfaga, mostre ou allegue razão, que o releve. (a)

§. 106.

Esta mesma Aução tem lugar quando o A. pede em Juizo coisa que provém de virtude de sentença certa passada em julgado. (b) Corre igual disposição a Letra de Cambio protestada; e o Alvará feito e assinado por Negociante na quantidade certa, relativa a seu trato, e commercio. (c)

§. 107.

(a) Ord. liv. 3. tit. 25. no *Proem.* e tit. 59. §. 15.

(b) Veja-se a Ord. do liv. 3. tit. 25. §. 8. confrontada com Barboza nas *Remissões* á citad. Ord. e §., e com Pascoal *Institution. Jur. Civil. Lusitan.* lib. 4. tit. 22. §. 2. Da opinião de Barboza differe muito Gomes *Manual Practic.* Part. 1. cap. 41. n. 12. até 28., que deverá consultar-se.

(c) Lei de 20 de Junho de 1774. §. 42.

§. 107.

Quando se apresenta nesta Acção Alvará ou Conhecimento escripto, e assinado por pessoa, a cujo Alvará não deo a Lei tanta fé como a Escripura Pública, o Juiz manda citar o R. para que venha reconhecer em Audiencia o seu lavrado, e assinado. Se o R. reconhece hum e outro, ou sómente o final, o Juiz decreta os dez dias, como nas Escripturas públicas. (d) Se reconhece a assinatura, e nega que o lavrado da obrigação seja seu, ou por elle mandado fazer não tem lugar a Aução.

§. 108.

Determinou a Lei, que nos Alvarás, em que se não procede a assinar os dez dias sem preceder reconhecimento do R. o Juiz possa constringer a esse reconhecimento não excedendo a quantia a sessenta mil réis. (e) Tambem determina a Lei, que na obrigação condicional de cousa certa ou quantia liquida, não tenha lugar a assinação de dez dias antes de mostrar-se purificada a condição. (f)

§. 109.

(d) Ord. liv. 3. tit. 25. §. 9.

(e) Citad. Ord. §. 9. in fin. O que se entenda aqui por *Constringer* he o procedimento a comparação de letras, ou a informação de testemunhas: Dou *Derech. Publ. Gen. de Espan.* Tom. 6. lib. 3. tit. 3. cap. 2. sect. 2. §. 6. e 7. pag. 407. Que he *Estilo* contrario a Lei constringer reconhecimento do Alvará excedente a sessenta mil réis mostra Pascoal *Inst. Jur. Civil. Lusit.* lib. 4. tit. 6. §. 29. Que a comparação de letras he prova semiplena, e que sem confissão da parte não tem *Execução de dez dias*, mostra Pas tom. 1. part. 4. cap. 1. n. 28.

(f) Ord. liv. 3. tit. 25. §. 5.

§. 109.

Entre as proprias pessoas A. e R. que contrahiram a obrigação litteral he que sómente procede esta *Acção*. (g) Mas se ella he contrahida com o governo de alguma Corporação, a mudança das pessoas governantes, não muda a identidade da pessoa, que representa a Corporação. (h)

§. 110.

As Excepções Dilatorias tem lugar antes de assignados os dez dias, ou logo que se he citado para os ver assinar. Procede-se nellas pelo Processo Sumario; e sem que primeiro se achem finalmente julgadas, não começa a correr os dez dias da Lei. (i)

§. 111.

Assinados os dez dias, nelles deduz, e prova o R. as razões, que o releva da entrega, ou satisfação. Findo o decendio o Escrivaõ faz conclusos os Embargos; se o Juiz os recebe, e julga provados, o R. he relevado; se os recebe, e julga não provados, manda satisfazer ao pagamento; se os não recebe condemna o R. ao pagamento do constante da Escripura. (k)

§. 112.

(g) Cit. Ord. §. final.

(h) Vanguerve, *Practica Judicial* Part. 2. cap. 30. n. 7. e 8.

(i) Citad. Ord. §. 6., confrontada com Vanguerve *Pract. Judic.* P. 2. cap. 30. n. 30. 31.

(k) Citad. Ord., no fim do Procm.

§. 112.

Quando o Juiz condemna desprezando os Embargos, executa-se a Sentença sem que o A. preste fiança. Quando condemna, e recebe os Embargos, ainda que os julgue não provados o A. presta fiança para a Execução da Sentença. (l)

§ 113.

Se o R. nada oppôz nos dez dias, ainda pôde embargar na Chancellaria. Mas sem suspensão da Sentença conhece o Juiz de seus Embargos; e passa então esse conhecimento a ser regular da Ordem do Juizo. (m)

TI-

(l) Citad. Ord. e Proem., e §. 7.

(m) Citad. Ord. §. 3., confrontado com a Ord. do citad. liv. 3. tit. 20. §. 33.

TÍTULO VIII.

*Processo Executivo Mercantil por divida ao The-
souro Geral.*

§. 114.

AS causas, e dependencias, relativas á arrecadação de todos os Direitos, e bens da Coroa, seja qual for a sua natureza, pertencem privativamente ao Conselho da Real Fazenda. (a) Seu Processo Executivo, he por tanto Verbal por Escripto. (b)

§. 115.

A este Processo Verbal chama-se *Executivo*; porque começa logo pela penhora dos bens do devedor, sem preceder citação, nem audiencia do mesmo devedor. Dá-se-lhe o nome de Mercantil; porque seu fundamento he a conta corrente (*isto he deve, e ha de haver*) formada em presença dos Livros, e Registos originaes da Receita, e Despeza, segundo a pratica dos Negociantes na discussão, e ajustamento de contas de suas discussões, e parcerias. (c)

Tomo I.

L

§. 116.

(a) Decreto de 12 de Março de 1665, e Resolução Régia de Consulta de 28 de Novembro do mesmo anno, Collecção 2. 20 livro 1.º da Orden. tit. 10. n. 16. e 17.

Lei da Jurisdição Privativa do Conselho da Real Fazenda de 22 de Dezembro de 1761. tit. 1. §. 1. Decreto de 6 de Setembro de 1805 sobre Decimas.

(b) Citad. Lei e tit. §. 4.

(c) *Ordonnance du Commerce* (de Luiz XIV.) de Mars de

§. 116.

Faltando os Responsaveis a entrar no Theouro Geral em seus devidos tempos com as rendas, ou vencimentos pertencentes á Real Fazenda; o Inspector do mesmo Theouro expede Ordem Régia para proceder-se a suspensão do Cargo, e sequestro dos bens do devedor. (d)

§. 117.

Segura por este modo a Real Fazenda, o Inspector manda extrahir dos livros competentes, e pelo Contador da Repartição a conta corrente, e alcance da quantia liquida do Sequestrado: junta-lhes as Certidões da suspensão, e sequestro, que remette em maço fechado ao Procurador respectivo da Fazenda, para ser tudo presente ao Conselho no primeiro dia do Despacho. (e)

§. 118.

Logo que o Procurador da Fazenda recebe a conta corrente, e Certidões que a acompanha, manda autuar tudo pelo Escrivão, que o faz concluso ao Conselho no termo de tres dias continuos, successivos, e improrogaveis. (f)

§. 119.

1673. tit. 3. art. 10. e sua nota. No du Commerce de terre et de Mer tom. 1. pag. 115. até 117. Pariz 1800.

(d) Lei da Creação do Theouro Geral de 22 de Dezembro de 1761. tit. 13. §. 2. e 3.

(e) Citad. Lei e tit. §. 6.

(f) Lei da Jurisdição Privativa do Conselho da Fazenda tit. 3. §. 2.

§. 119.

Apresentados, que sejaõ os Autos, o Conselho affina dez dias continuos, successivos, e improrogaveis; e faz intimar ao Devedor, Socio, ou Procurador na Corte; e em sua ausencia por Editaes de dez dias, que no decendio affinado junte as quitações, e pagas que provem sua defeza. (g)

§. 120.

No fim dos dez dias probatorios o Escrivão faz os Autos conclusos ao Relator, que pôde conceder outros dez dias para que o devedor diga de facto, e de direito, sustentando seus documentos, e allegando sua justiça. Acabados esses dez dias o Escrivão torna a cobrar os Autos, e sem outro despacho continúa vista ao Procurador Fiscal. Este com sua resposta os apresenta ao Conselho, aonde propostos pelo Relator, são julgados em conferencia. (h)

§. 121.

Proferida a Sentença, intima-se ao devedor no termo de tres dias. Finalizando este prazo, correm logo mais cinco dias improrogaveis, dentro dos quaes pôde a parte embargar. No mesmo dia, em que os Embargos são offerecidos o Escrivão os faz conclusos, e remette ao Procurador Fiscal, que os entrega ao Relator. Presentes os Embargos ao Conselho, recebem-se, e julgaõ-se provados, ou rejei-

L ii

taõ-

(g) Citad. Lei e tit. §. 6., confrontado com o §. 9.

(h) Citad. Lei e tit. §. 6.

tao-se em conferencia dos Ministros da primeira Sentença. (i)

§. 122.

Os Embargos recebidos, e julgados provados suspendem, e annullaõ a Execuçãõ. Porém sendo rejeitados manda-se extrahir de todo o Processo Verbal a Sentença, ou Carta Executoria, com que deve proseguir a Execuçãõ até juntar-se aos Autos conhecimento authenticõ de haver sido satisfeito o Thesouro. (k)

§. 123.

Nos Embargos do Executado naõ se admittem outros documentos, que naõ sejaõ os de pagas, e quitaçõs liquidas, e puras. Havendo Opposiçãõ de terceiro senhor, e possuidor, naõ he admittida, sem que se apresentem os titulos, que legitimãõ a propriedade, e a posse. (l)

§. 124.

Apparecendo Credor, que pertenda entrar em concorrência com o Thesouro Geral, legitima-se primeiro em Processo Verbal escripto perante o Juiz Executor. Neste Processo o *Preferente* produz todos os titulos, e razõs, porque pertende preferir. O Escrivaõ que os autua, deve immediatamente continuar vista ao Procurador Fiscal. Lança este sua Resposta por Escripto, leva os Autos ao Conselho, e decide-se pela pluralidade de votos. (m)

§. 125.

(i) Citad. Lei e tit. §. 6.

(k) Citad. Lei e tit. §. 10. e 12.

(l) Citad. Lei e tit. §. 14.

(m) Citad. Lei tit. e §.

§. 125.

Se o *Preferente* mostra hypotheca especial, provada por Escriitura Pública, celebrada antes, que os Responsaveis fossem obrigados á Real Fazenda; ou apresenta Sentença semelhantemente obtida com pleno conhecimento de causa, e naõ de Preceito, ou fundada na confissãõ do Executado, he admittida sua preferencia, suspende a Execuçãõ, e levantado o sequestro e penhora. Naõ existindo algum destes dois casos o pertença *Preferente* he excluido *in limine*, como inhabil, e illegitimo contradictor para concorrer com o Real Erario. (n)

§. 126.

Duvidando-se no Thesouro Geral sobre o cumprimento de Papeis Correntes, e ainda de Sentenças para pagamentos, causada a dúbida por confusãõ, equivocaçãõ, ou erro de contas; o Juizo Revisorio pertence ao Conselho da Real Fazenda, e naõ á Meza do Desembargo do Paço. O Presidente do Thesouro, ou Erario faz vir perante si os Autos ou Papeis, manda examina-los por Magistrados, e Officiaes, que designa, e os faz sentenciar na sua presença com assistencia do Procurador da Fazenda. (o)

TI-

(n) Citad. Lei e tit. §. 14. e 15., confrontados com a Lei de 20 de Junho de 1774. §. 31 e 44.

(o) Alvará de 17. de Dezembro de 1790.

TÍTULO IX.

*Processo Executivo nas Primeiras Instancias por
divida á Real Fazenda.*

§. 127.

O Processo Executivo contra devedor da Real Fazenda he quasi sempre *Mercantil*, e sempre *Verbal Escripto*. Serve elle de fundamento ao Mandado Executivo, que precede o sequestro, ou penhora. (a)

§. 128.

Demorados os pagamentos pelos Rendeiros, ou Recebedores dos direitos da Coroa, e bens da Real Fazenda, os competentes Almojarifes, ou Intendentes, mandaõ extrahir nas respectivas Contadorias a conta corrente, e alcance da divida liquida. Sobre este documento authentico recahe o Mandado Executivo de sequestro ou penhora nos bens moveis, e de raiz do Cobrador, ou Rendeiro devedor. (b)

§. 129.

(a) Mostra-se da Orden. do liv. 2. tit. 52. e tit. 53. per tot. ; Barboza, *Remission. Doctor. ad Ordin. Reg.* lib. 2. tit. 53. ad §. 1.

(b) *Artigos das Sisas* Cap. 50. n. 1. no Systema dos Regimentos Reaes tom. 1. pag. 249. Vejaõ-se tambem nas Ordenações da Fazenda os cap. 173 e 176 do Titulo dos Almojarifes; e confrontem-se com o cap. 81. do Tit. dos Contadores das Comarcas.

§. 129.

A Ordenação havia permitido ao Rendeiro poder ser ouvido a embargar o sequestro ou penhora antes de effectuar-se, depositando primeiro penhores de ouro, ou prata, que bem valessem a divida. (c) Mas Leis posteriores deraõ a este procedimento fórma diversa, de que havia dado a Ordenação sem que mais fizessem menção de tal depósito. (d)

§. 130.

Os livros dos Escrivães das Alfandegas, Portagens, Sisas, e quaesquer outros direitos Reaes, fazem inteira, e cumprida fé entre a Coroa, e o Povo. (e) Desses livros se extrahem Roes authenticos, que se entregaõ aos Cobradores dos diversos Ramos para receberem dos respectivos devedores; e entregarem no cofre em cada quartel. Antes que finde o quartel daõ conta da cobrança effectiva; e da que não pode effectuar-se. De tudo se fórma auto escripto pelo competente Escrivão na presença do Juiz; e depois deste conhecimento he que tem lugar a expedição do *Mandado Executivo* contra os devedores, que faltáraõ ao pagamento das suas parcelas. (f)

§. 131.

(c) Ord. liv. 2. tit. 53. no *Proem.*

(d) *Regimento dos Contos* de 3 de Setembro de 1627. Cap. 75. 76. e 86. Systema dos Regimentos tom. 3. *Regimento das Sisas* cap. 5. e cap. 50.

(e) Ord. do liv. 3. tit. 59. §. 18. , confrontado com o tit. 60. §. 2.

(f) *Regimento dos Encabeçamentos e Sisas do Reino*, confirmado por Lei de 16 de Janeiro de 1674. cap. 72. , confrontado com o cap. 75. Systema dos Regimentos tom. 1. pag. 311.

§. 131.

O devedor de tributos, e direitos Reaes, averbado tal em livros authenticos, que fazem fé cumprida entre a Coroa, e o Povo, constitue-se em demora deixando passar dez dias sem pagar depois do vencimento. Passados esses dez dias, procede-se a Mandado Executivo para realisar o pagamento dentro de outros dez dias. (g)

§. 132.

Por cumprimento de Sentença obtida pelo Procurador Fiscal da Real Fazenda, passando a dita Sentença em julgado, procede logo a Execução, que no Reino deve regularmente findar no termo de dous mezes, sobpena de responsabilidade do Juiz Executor. O procedimento do sequestro ou penhora não se impede por Embargos do devedor. (h)

§. 133.

Nas contravenções de Direitos Reaes requeridas pelos Rendeiros contra os transgressores; não tem lugar o *Mandado e Procedimento Executivo*, sem que primeiro preceda o conhecimento Verbal Escripto, em que se prove a transgressão com audiência do devedor. O Rendeiro o faz citar para esse fim. Perante o Juiz prova-se especificamente a con-

(g) *Regimento das Decimas* de 9 de Maio de 1654. tit. 4. §. 2., confirmado pelo Alvará de 26 de Setembro de 1762.

(h) Ord. liv. 2. tit. 53. §. 10. confrontada com o tit 52 §. 2.

contravenção pelo auto authenticico da achada, ou por duas testemunhas, que a parte vê jurar, e pôde alli contradictar. O Juiz ouve as partes; e profere a Sentença; por observancia da qual procede o Mandado Executivo. (i)

§. 134.

Por divida á Real Fazenda penhora-se com especial ordem do Juiz, Alvará, ou Mandado Executivo, Sentença obtida em Juizo contradictorio, e passada em coisa julgada. Quando he feita por ordem especial do Juiz não excede a quantia de mil réis; e se a parte offerece Caução, o Porteiro penhorante suspende a Execução. Se a penhora he feita por Alvará ou Mandado Executivo, ou por cumprimento da Sentença em qualquer quantia, realisa-se effectivamente, e não se admite Caução.

§. 135.

Porteiro, Mordomo, Sacador, sem Escrivão, mas com testemunhas penhora até a quantia de mil réis sómente. Com as testemunhas se dirigem logo á presença do Escrivão, a quem daó fé da diligencia. O Escrivão forma Auto de penhora, e do deposito dos moveis em mão de visinho abonado e todos assinao os autos, que presencéarao. Excedendo a quantia de mil réis, he feita a penhora por Escrivão. (k)

Tom. I.

M

136.

(i) Lei de 19 de Janeiro de 1756.

(k) Ord. do liv. 2. tit. 52. no *Proem.* e §. 7., confrontados com a Ord. do liv. 3. tit. 89. no *Proem.* e §. 1.

§. 136.

Rendeiros, seus Parceiros, e Requeredores penhoraõ sem Porteiro, sem Escrivaõ, e sem mandado do Juiz em fragante descaminho dos Direitos Reaes, em que elles sãõ interessados. Neste caso, apprehendido o descaminho, vaõ com os transgressores, e testemunhas á presença do Juiz. Procede-se ao Auto da achada, inquerito de testemunhas, e audiência das partes em Processo Verbal Escripto; e o Juiz profere a decisão. Se julga a favor do Rendeiro, a Sentença he executiva na penhora ou embargo, e na pena do descaminho, naõ excedendo a Alçada do Juiz. (1)

TITULO X.

Processo Executivo por divida Privilegiada como Fazenda Real.

§. 137.

OS Particulares, ou Corporações, que tem Privilegio para executarem seus devedores em *Processo Executivo de Fazenda Real*, naõ podem por seus Mordomos, Porteiros, Sacadores, ou quaesquer outros Executores usar do Privilegio maior, do que a Real Fazenda. (a)

§. 138.

(1) *Artigos das Sisas* Cap. 23. no Systema dos Regimentos tom. 1. pag. 229.

(a) Ord. liv. 2. tit. 52. §. 9. confrontada com o *Proemio* do mesmo tit. e livro; e com a Ord. do liv. 3. tit. 76. no *Froem*.

§. 138.

Deste Principio corre 1.º: que naõ tendo os Privilegiados Contadorias, estabelecidas pelo Soberano, as contas correntes, naõ sendo confessadas, ou reconhecidas pelos devedores, naõ procedem executivamente: 2.º que naõ fazendo seus livros té cumprida entre elles e os devedores, naõ procede Executivo, fundado nas certidões extrahidas desses livros. (b)

§. 139.

Do mesmo Principio corre 3.º: que seus Juizes Executores de Provisão Régia, naõ excedem os poderes concedidos na Régia Provisão, que deve ser transcripta no Mandado Executivo, a qual se limita, e regula pela Ordenação, facultando o Procedimento executivo somente por dividas liquidas, procedidas de Sentenças passadas em Julgado com audiência do devedor. (c)

§. 140.

Segue-se 4.º: que commettendo o Soberano especialmente a algum Juiz a execuçaõ de coisa, de que se naõ tomou ainda Judicial conhecimento, esse Juiz Executor Commissario naõ procede executivamente antes de averiguar a verdade com audiência da parte contraria, proferir Sentença sobre o negocio principal; e passar em julgado essa Sentença. (d)

M ii

§. 141.

(b) Ord. do liv. 2. tit. 20., confrontada com *Pascoal Instit. Jur. Civil. Lusitan.* lib. 4. tit. 18. §. 5. e 6.

(c) Orden. do liv. 3. tit. 76. §. 1. e 2.

(d) Ord. citad. §. 3.

§. 141.

Segue-se 5.^o: que o Privilegio de seus Escrivães Executores, concedidos em Provisão Regia como Privativos das Execuções, podem sómente processar no concedido pela Provisão, e causas permitidas á Executoria de seus Juizes Executores; servindo-lhes de Regimento o dos Escrivães do Geral. (e)

§. 142.

De tudo resulta 6.^o: que o Privilegio de Fazenda Real, concedido a Particulares, ou Corporações para executarem seus devedores em Processo Executivo, se reduz a quantias liquidas, resultantes de Sentenças obtidas em Juizo contradictorio, e passada em coisa julgada contra os devedores; que a Practica contraria no Foro he abusiva da Lei, e oppressiva das partes. (f)

 TI-

(e) Citad. Ord. no Proem.

(f) Mostra-se, confrontado este tit. com o antecedente.

TITULO XI.

O Processo Executivo he odioso em Direito; e delle abusa o Foro para cobrança de pensões prediaes.

§. 143.

Começar o Processo pela penhora, antes de ser o R. citado, e ouvido de seu direito, repugna de tal forte ao Processo Natural, e Social, que apenas he permittido quando a Lei expressamente o determina. (a) Sempre que a Legislação Patria permite o *Processo Executivo* em penções de particulares, decretou logo o castigo contra o A., que delle usa temerariamente.

§. 144.

Por Exemplo: a Ordenação faculta ao Senhor da casa proceder á penhora sem citação nem audiencia do alugador, que não pagou no tempo estipulado. Forém se feita a penhora, o alugador mostrar que já havia satisfeito, o senhor he condemnado nos tresdobro, do que demandava, e a casa entregue ao desfructo do penhorado. (b)

 §. 145.

(a) Pascoal, *Instit. Jur. Civil. Lusitan.* lib. 4. tit. 9. §. 3., confrontado com Dou, *Derecho Public. Gener. de España* lib. 3. tit. 3. cap. 2. sect. 1. §. 43. tom. 6. pag. 404.

(b) Ord. do liv. 4. tit. 23. §. 3.

§. 145.

Sirva de Exemplo mais outra Ordenação. Perante o Ouvidor d'Alfandega, ou Juiz d'India e Mina demandando alguém soldadas, ou fretes marítimos; he citado o R. para ver jurar o A. Jura este serem-lhe devidos, e o R. não he ouvido sem que primeiro deposite no Juizo as soldadas, ou fretes jurados. Porém se depois do depósito Judicial, o R. mostra que havia pago, o A. he condemnado nas custas em dobro, emenda, e satisfação, preso logo, e os Autos remetidos á Relação para ser-lhe imposta a pena de perjurio. (c)

§. 146.

A Ordenação annullou o contrato, pelo qual se prometteisse, que não fazendo, ou entregando alguma coisa em tempo certo, fosse logo feita execução nos bens, sem preceder citação, ou audiencia do Executado. (d) Permittio hum Alvará nos contratos de arrendamento estipular-se a *Clausula Depositaria* para não ser o arrendatario citado, nem ouvido sem primeiro segurar a divida, e o Juizo. (e)

§. 147.

- (c) Ord. do liv. 1. tit. 52. §. 12, confrontado com o §. 1.
 (d) Ord. do liv. 4. tit. 72., confrontada com a Ord. do liv. 3. tit. 63. §. 5., e com a Ord. do liv. 2. tit. 1. §. 13.
 (e) Alvará de 18 de Janeiro de 1614. Collecção 1. 20 liv. 1. das Ord. tit. 78. n. 1.

§. 147.

Os Praxistas da Eschola dos Arestos, fundarão a Ordenação no Alvará, e plantarão no Foro a opiniaõ commum de que o arrendatario, emphyteuta, foreiro, e censuario podiaõ renunciar a citação, obrigar-se a executivo, a prisão, e a depósito Judicial, e sujeitar-se a execução sem Sentença de quantidade certa, ou liquida. (f)

§. 148.

Prevaleceo no Foro a opiniaõ commum; e os arrendamentos, emprazamentos, afforamentos, e reconhecimentos nos tombos abundarão de *Clausulas Depositarias*, e de *Renuncias de citação*. (g) Em breve sem mais exame, nem differença, fez-se usual o Processo Executivo por encargos territoriaes; e o Foro não reconheceo a este respeito outra casta de Processo. (h)

§. 149.

De nada valem hoje as *Clausulas Depositarias*; renuncias de citação, reconhecimentos de sujeição a Executivo sem preceder discussão, e Sentença passada.

(f) Veja-se em Jeronymo da Silva Pereira, *Repertorio das Ordenações do Reino* nas palavras — *Citação não póde renunciar-se* — nota (l) tom. 1. pag. 94. Lisboa 1749.

(g) Acha-se a cada pagina nas Escripturas de afforamentos, emprazamentos, arrendamentos, reconhecimentos de tombos, e suas chamadas *Sentenças de Desfrinça*.

(h) Mostra-se de Mendes, *Prax. Secular*. lib. 3. cap. 22. §. 4. De *Clausula Depositaria* n. 30. e suas 17. Excepções nos seguintes numeros.

fada em julgado de quantidade, ou quantia liquida. A Lei annullando condições, que derupavaõ os contratos no Estado Social, de certo não se propoz, a que o Foro Patrio, até mesmo sem taes condições, perpetuasse a proscripta vexação. (i)

§. 150.

Quando não existe Pública Escriptura do arrendamento dos bens de raiz, inferior a sessenta mil réis, o Processo bem longe de Executivo, começa pela prova do contrato, e divida, por testemunhas, produzidas em Juizo contradictorio. (k)

§. 151.

Por encargos de afforamento, emprazamento, ou censo de bens Ecclesiasticos, até na mais pequena quantia, não ha Processo em Juizo sem que se apresente, como prova substancial, a Escriptura Pública da obrigação. (l) O mesmo he determinado por encargos de emprazamento, ou afforamento de predios profanos, que excedem o valor de quatro mil réis. (m) A Escriptura, como prova que a Lei exige, he lavrada por Taballião em suas Notas, e assinada pelas partes e testemunhas. (n)

§. 152.

(i) Lei de 31 de Maio de 1774.

(k) Ord. do liv. 3. tit. 59. §. 23., confrontada com o §. 4.

(l) Orden. do liv. 4. tit. 19. no *Proem.* vers. = *E em Contrato Emphyteutico.* =

(m) Ord. do liv. 3. tit. 59. no *Proem.*, confrontada com o §. 4.

(n) Citad. Ord. no *Proem.*, confrontada com a Ord. do liv. 1. tit. 78. §. 4. 5. e 6.

§. 152.

Quando com aquella prova substancial o senhor directo judicialmente requer do senhor util os encargos constantes do contrato por ambos celebrado, o Processo que lhe compete, he o de *Affinação de dez dias.* (o) Se porém seu Requerimento he destruido daquella prova substancial, deve recorrer ao Processo do Juramento Decisorio, conhecido no Foro por *Aução d' Alma.* (p)

§. 153.

Sem Escriptura Pública do contrato, como prova substancial, não se presume emprazamento, afforamento, ou censo, segue-se por consequencia, que não pôde ser ouvido em Juizo o senhor directo, que allega por unico titulo a posse de cobrar. (q) O *predio reputa-se livre como o homem em quanto se não mostra ser servo.* (r)

§. 154.

O reconhecimento do senhor util no tombo do senhor directo, refere-se indispensavelmente á Escrip-
Tom. I. N ptu-

(o) Ord. do liv. 3. tit. 25. §. final.

(p) Ord. do liv. 3. tit. 59. §. 5.

(q) Mendes, que no Foro Patrio foi hum dos primeiros Introdutores da Eschola dos Arestos, chegou a conhecer esta verdade in *Prax. Secul.* lib. 3. cap. 21. n. 56. vers. = *in contrarium tamen* = até ás palavras = *ad solvendum in futurum* = pag. 84. Coimbrae 1739.

(r) Pascoal, *Institut. Jur. Civil. Lusitan.* lib. 4. tit. 6. §. 17. vers. = *Naturalis Libertas.* =

ptura Pública do contrato, lavrada em as Notas do Taballiaõ, e naõ em o tombo do senhor directo. De outro modo a divida cahiria = *in conditione sine causa* =; e por tanto reprovada por Direito, e inadmissivel a procedimento no Foro. (s) A Legislaçaõ Patria determinou que o Instrumento referente naõ proceda em Juizo sem que seja apresentado o Instrumento referido. (t)

155.

O senhor directo prefere a todos os credores para haver de seus Inquilinos, e Emphyteutas, os foros, e encargos do predio afforado, ou emprazado. (u) Porém sua legal hypotheca tacita naõ lhe concede Executivo para o pagamento antes de citado, convencido, e julgado o devedor. (x)

156.

Nos encargos territoriaes, exigidos por Foral, constitue o Foral a Direito Público Especial da Freguezia, Villa, Cidade, e seu termo entre o Donatario, e o Povo; pois que ambos se obrigáõ ao seu exacto cumprimento. (y) Ao Governo Municipal,

(s) Pascoal, *Inst. Jur. Civil. Lusitan.* lib. 4. tit. 5. 10. e 11. e sua nota.

(t) Ord. do liv. 3. tit. 60. no *Proem.*, e §. 1.

(u) Lei de 20 de Junho de 1774. §. 38.

(x) Ord. do liv. 4. tit. 3. no *Proem.*, confrontado com Gregorio Martins Caminha *Forma dos Libellos*, libello *inferreñiana in rem*; — que se chama *tacita hypothecaria*, notas a - b - c - d.

(y) Mostra-se do termo de acceitação, lavrado no fim

pal, (z) e ao Corregedor da Comarca (aa) incumbio a Legislaçaõ Patria vigiar sobre a sua observancia, e reprimir as alteraçõs, fomentadas pelo Senhorio por qualquer titulo de posse immemorial. (bb) O Processo, que o Foral estabeleceo para cobrança dos encargos he o mesmo, que estabeleceo contra o Donatario, que exige mais do que o mesmo Foral lhe concede. Esse Processo he o verbal escripto, e naõ o Executivo. (cc)

157.

Se o Donatario naõ tem Foral; mas sómente Régia Doaçãõ confirmada, (dd) naõ he permitido mais do que o expresso no seu titulo; e de nenhuma sorte augmentar os encargos, ou imposições. (ee) O Processo para sua cobrança, quando naõ he determinado na Régia Doaçãõ, he o da Real Fazenda

N ii

da

do Exemplar, que se entregou ao Concelho, e que se guarda em seu Cartorio.

(z) Ord. do liv. 1. tit. 66. §. 14. e liv. 2. tit. 4. 5. §. 36.

(aa) Ord. do liv. 1. tit. 58. §. 15.

(bb) Ord. do liv. 2. tit. 27. §. 5., confrontada com Pascoal *Inst. Jur. Civil. Lusitan.*, lib. 1. tit. 7. §. 16., e sua nota; e lib. 3. tit. 6. §. 7.

(cc) Acha-se em todos os *Foraes* do Senhor Rei D. Manoel no tit. — *Pena do Foral*.

(dd) Para o Donatario usar em Juizo, ou fóra delle do concedido na Doaçãõ, deve mostra-la confirmada de Rei a Rei: Alvará de 24 de Março de 1623, de 20 de Fevereiro de 1638, outro de 24 de Setembro de 1655. coll. 1. ao liv. 2. das Ord. tit. 38. n. 1. 2. 4.: Pascoal, *Inst. Jur. Civil. Lus.* lib. 2. tit. 3. §. 32. 33. 34.

(ee) Ord. liv. 2. tit. 45. §. 34. e 35.: Pascoal, *Inst. Jur. Civil. Lusitan.* lib. 2. tit. 3. §. 4. n. 5.

da na Sentença, que passou em coisa julgada em Juízo contraditório, (ff) e não o Executivo sem o R. ser primeiro citado, e convencido.

TÍTULO XII.

Processo no Juramento Decisorio, chamado no Foro Aução d'Alma.

§. 158.

Querendo o A. deixar no *Juramento* do R. quantia, qualidade de contrato, ou outra qualquer coisa, em que ambos sejaõ interessados, requer ao Juiz a citação para que o R. venha prestar o seu juramento em Juizo. (a) Citado o R. pessoalmente por Escrivão, e não por Edictos, (b) he esperado até á segunda Audiencia, seja qual for a quantia sobre que versar o juramento. (c)

§. 159.

O Direito Romano permittio, que o A. mudasse de Aução antes de ser deferido o juramento ao R. (d) Abraçou igual disposição o Direito de Hes-

(ff) Ord. liv. 2. tit. 53. §. 10., confrontada com o tit. 52. §. 2.

(a) Ord. liv. 4. tit. 52.: Pascoal, *Inst. Jur. Civil. Lusit.* lib. 4. tit. 9. §. 12. e sua nota, confrontada com Dou, *De-rech. Public. Gener d'Espana* lib. 3. tit. 2. cap. 10. sect. 6. §. 2. 3. 4. 5. 7. 8. 9. 10. tom. 6. pag. 254. e seguintes.

(b) Ord. liv. 1. tit. 49. §. 1.

(c) Decreto de 10 de Maio de 1790.

(d) Lei 6. §. fin. de *Jurejurando*.

Hespanha. (e) Segue a mesma liberdade o Foro Patrio, (f) não sem opprobrio do R., e ludibrio do Juizo. (g)

§. 160.

Jurando o R. não ser devedor, ou obrigado, ao que se deixa em seu juramento, o Juiz o absolve da demanda, e condena o A. nas custas. Mas se não jurar o R., o juramento he prestado pelo A.; o Juiz por Sentença condena o R. na obrigação jurada, e nas custas, (h) e faz expedir = *Mandado de solvendo* = para inteiro pagamento. (i)

§. 161.

(e) Afso e Rodrigues, *Instituciones Del Derecho Civil de Castilla* lib. 3. tit. 7. §. 2. pag. 275. Madrid 1805.

(f) Ord. do liv. 3. tit. 1. §. 7.

(g) Mendes in *Prax. Secular*. lib. 3. cap. 1. §. 1. n. 9. aconselha ao A. que não deixe jurar o R., e mude de Aução, quando o vir determinado ao juramento. Adoptou seu conselho Gomes no *Manual Practico* Part. 1. cap. 16. n. 11.

Seguem outro estratagemas alguns Juizes fazendo primeiro perguntas capciosas ao R. para darem por ella prova ao A., no que obraõ mal, e com parcialidade manifesta.

Os Advogados acautelados requerem ao Juiz, que as partes se obriguem por termo a estarem pelo Juramento. Melhor expediente tomou oCodigo dos Francezes no Artigo 1362; ordenando que a parte, que desere ou refere o Juramento á outra parte não pôde mais retractar-se, logo que o adversario está prompto a jurar.

(h) Ord. do liv. 3. tit. 59. §. 5. e 8.

(i) Do liv. 3. tit. 66. §. 2.

§. 161.

O R. que não tem razão para saber a verdade do facto, ou que sobre elle não tem certeza, não he obrigado a prestar o juramento, nem a consentir que o seu adversario jure: por tanto deve logo ser absoluto da Instancia. Igualmente não deve prestar-se juramento ao A., que não tem razão para saber a verdade da coisa controvertida, ainda que o R. recuse prestar o juramento. (k)

§. 162.

Quando o Juiz constrange o R. a que jure, não devendo jurar; ou manda prestar esse juramento ao A. nos casos, em que o Direito prohibio que elle jurasse; a parte prejudicada pôde usar de Recurso contra a Sentença. He destes casos, que se entendem as Appellações em Aução d'Alma, de que fallão os Praxistas Reinicolas sem as especificarem.

§. 163.

O Padeiro, Taberneiro, Carniceiro, que a alguém confiárao pão, vinho, ou carne, são acreditados em seu juramento, como unica prova, até á quantia de mil réis dentro do anno em que confiárao estes generos. (l)

§. 164.

(k) Ord. do liv. 3. tit. 59. §. 6. e 7.

(l) Ord. do liv. 4. tit. 18.

§. 164.

As Excepções Dilatorias de Incompetencia de Juizo de A. e de R. tem lugar na Aução d'Alma, como em todas as Summarias, e Summarissimas, apezar da vacillação dos Praxistas Reinicolas, que seguírao a Eschola dos Arestes. (m)

TITULO XIII.

Ordem Judiciaria, Judicial, Tumultuaria.

§. 165.

A Forma estabelecida pelo Soberano para se ordenar, e julgar o Processo tem por objecto a segurança Pública, e a segurança Privada na administração da Justiça. A que tem por objecto a segurança Pública chama-se *Ordem Judiciaria*, e faz parte do Direito Público do Estado; a que tem por objecto a segurança Privada, chama-se *Ordem Judicial*, e entra na classe do Direito Civil da Nação. (a)

§. 166.

Constitue a *Ordem Judiciaria* a citação do R., o Libello ou pertença do A., a contrariedade ou

(m) Taes são Mendes in *Prax. Secul.* lib. 3. cap. 1. §. 1. n. 11. : Gomes *Manual Pratico* Part. 1. cap. 16. n. 57.

(a) Dionysio Goshofredo, *Prax. Civil.* lib. 2. tit. 4. de *Pactis et Renuntiationibus* tom. 1. columna 2055. até columna. 2062.

ou contestação do R.; Sentença de quantidade ou coisa certa; excepto nos casos em que o Direito permittio a incerteza: fundamento da Sentença na prova dos Autos, e no Direito expresso; ser proferida por Juiz competente; publicada em Audiencia no Processo Ordinario; escripta e assinada pelo Juiz tanto em Processo Ordinario, como em Summario.

§. 167.

O Juiz que omittie, inverte, ou atropella qualquer acto da Ordem Judicial commette nullidade contra o Direito Público do Estado, a qual nunca passa em julgado.

§. 168.

A *Ordem Judicial* versa nos actos, que se fórmaõ entre a contestação da lide, e a Sentença Definitiva: taes são as produções de testemuhas, publicações de Instrumentos, Interlocutorias, renuncias, e confissões das partes, conclusões do feito, allegações de Direito e de Facto. Se o Juiz omittie esta ordem, ou a despreza, a Sentença subsiste = *mero Jure* =, e reputa-se proferida mais contra o direito privado do litigante do que contra o Direito Público do Estado.

§. 169.

Quando o Juiz omittie, despreza, ou não guarda a forma estabelecida na ordem Judicial, a parte prejudicada deve requerer ao superior por Aggravo ou Appellação, para que lhe seja reparada a Injustiça commettida contra seu direito. Se não recorre,

e

e acquiesce á Sentença, esta passa em julgado, e confere direito ao adversario.

§. 170.

As causas, que a Lei fez ordinarias não podem ser convertidas em summarias pelo arbitrio do Juiz, ou consentimento expresso das partes; porque nem a vontade do Juiz, nem a das partes pode contrariar, ou renunciar ao Direito Público do Estado, que as declarou ordinarias. (b)

§. 171.

No Processo Summario, ou Verbal por Escripto as causas que lhe são relativas, se as partes consentem que o Juiz processe em ordinario, vale o processado. Se alguma dellas reclama, deve seguir-se o Summario sobpena de nullidade nos actos, que se seguirem depois da reclamação. Quando ambas as partes expressamente consentem, que a causa seja tratada ordinariamente, assim deve praticar-se; e não he nullo o processo; porque a Lei estabeleceo o Processo Summario em beneficio das partes; e estas podem renunciar ao beneficio da Lei. (c)

Tom. I.

O

§. 172.

(b) He a Doutrina dos Interpretes Glossadores, que pôde ver-se no Abbade Panormitano, *Commentar. Ad Clementinam — Sape contingit — de Verbor. significat.* n. 41.

(c) Abbade Panormitan. em a citad. *Clementina* n. 36. 38. 39.

§. 172.

Quando o Juiz a seu arbitrio inverte, ou atropella a forma do Processo, que a Lei determinou, constitue-se destruidor da Lei em vez de seu Executor. Essa forma arbitraria não sendo a Legal, chama-se *Tumultuaria*, que passa a ser tyrannica, e detestavel no Estado Social; logo que despreza a citação do R.; abbrevia, ou impede sua defeza; e julga sem prova. Rotas assim as balizas do Process Natural, não ha segurança na administração da Justiça. (d)

TITULO XIV.

Justicio Voluntario, Necessario, Abusivo.

§. 173.

Interromper ou cessar o procedimento Forense, e com elle a administração da Justiça, he o que se chama *Justicio*. Divide-se em *Voluntario*, *Necessario*, *Abusivo*. Ao Voluntario pertencem as Férias Divinas, repentinas, e Humanas: ao Necessario as calamidades Públicas: ao Abusivo a obstinação dos Magistrados, que recusão administrar Justiça.

§. 174.

(d) Pascoal, *Inst. Jur. Civ. Lusit.* lib. 4. tit. 7. §. 14. Rigger, *Jurisprud. Ecclesiast.* Pars 2. §. 778. 779. 780.

§. 174.

Nas Férias Divinas ou ordenadas em louvor, e honra de Deos e dos Santos: nas Repentinhas, que o Soberano determina por occasiões extraordinarias de alegria, ou de tristeza, nada se demanda, nem sentença em Juizo Forense; e he nullo quanto se processa. (a) As Férias Humanas, destinadas por dous mezes em cada anno ao colhimento do pão e vinho, não impedem na primeira instancia as Causas Summarias, livramento de prezos; e até as causas ordinarias, consentindo expressamente os litigantes. (b)

§. 175.

A Legislação Patria não declarou expressamente os actos, que podião fazer-se nas Férias Divinas, e Repentinhas. Entretanto a experiencia mostra, que em taes Férias podem occorrer negocios, que exigem prompta providencia. O Direito Romano permittio até no dia de Pascoa actos da Jurisdicção voluntaria, como emancipações, e manumissões; e procedimentos contra ladrões de terra, e de Mar. (c) O Direito das Decretas consentio como em regra geral os actos instados pela necessidade, ou persuadidos pela piedade. (d) Não he sem inconveniente adoptar a varia, e numerosa multidão de causas, que os Decretalistas incluem naquella regra.

O II

A

(a) Ord. liv. 3. tit. 18. no *Proem.* e §. 1.

(b) Citad. Ord. §. 2. e seguintes.

(c) Lei 2. e 10. Cod. de *Feris*.

(d) Cap. 5. de *Feris*.

A que houvera de seguir a Pratica reduz-se aos actos, que pertencem ao Officio Nobre do Juiz; e que merecem prompta providencia, e protecção até sem requerimento de parte.

§. 176.

Quando a urgencia não permite invocar socorro; ou a calamidade Pública afflige de tal sorte huma Cidade, que a Lei não pôde ser observada em toda sua formalidade, ha *Justicio Necessario*. Mas logo que cessa a causa, cessa tambem o effeito; e legitima-se o procedimento em Juizo legal. (e) Daqui vem a defesa Natural na falta da protecção do Magistrado, ou do soccorro dos Cidadãos. Daqui vem a validade de actos, celebrados com pouca solemnidade no mar, na guerra, (f) no tempo da peste, em Cidade bloqueada. (g)

§ 177.

O Magistrado, que recusa administrar Justiça, forma *Justicio Abusivo* com desprezo da Soberania, e provocação dos Cidadãos ao Estado Natural. Vexando em nome da Lei, e impedindo o recurso com perpotencia da Jurisdicção, elle promove quanto

(e) Pascoal, *Instit. Jur. Civil. Lusitan.* lib. 1. tit. 2. nota ao §. 25., confrontado com *Daries Instit. Jurisp. Univers.* sect. 5. §. 733. até 735.

(f) Ord. do liv. 3. tit. 59. §. 2. e tit. 83. §. 5. e 6.

(g) Código Civil dos Francezes Artigo 981. até 1001.

to está em si a anarchia no Estado Social. Contra seu despotismo a Legislação Patria facultou Carta testemunhavel; (b) e à Praxe inventou condemnação nas custas sem clausula de poder embargar dentro de trinta dias. (i) Providencia tão moderada he diminuta para tamanho attentado.

DI-

(b) Ord. do liv. 2. tit. 45. §. 28., confrontada com a do liv. 3. tit. 69. §. 7. e tit. 74. no *Proem.*

(i) Costa, *Estylos mais praticados na Casa da Supplicação* pag. 188.

DIVISÃO III.

Ações, que formão o Processo.

TÍTULO I.

Distribuição, Citação, Perguntas.

§. 178.

NO Juizo, em que ha dois Escrivães o Reque-
rimento para primeira Citação do R. he mandado
distribuir pelo Juiz. O Distribuidor do Juizo faz a
distribuição; e sem ella he nullo quanto se proces-
sar. (a)

§. 179.

Pela primeira Citação chama-se a Juizo o R. O
Juiz a determina sobre divida, ou obrigação pes-
soal á vista da Escripura Pública, excedendo a di-
vida a sessenta mil réis: sem Escripura, sendo a
Causa deixada no juramento do R. (b) Qualquer
official do Juizo faz a Citação; porém se ella he
feita por Juiz Vintaneiro, ou Jurado, sua fé de-
ve ser instrumentada por Taballião. (c)

§. 180.

(a) Alvará de 3 de Abril de 1609, e de 23 de Abril de
1723. Coll. 1. ao liv. 1. tit. 24. n. 1. 2.

(b) Ord. do liv. 3. tit. 1. §. 1.

(c) Citad. Ord. §. 4. A *Ordenança de Luiz XIV.* de 1667.
exige, na citação a assinatura do R., e de duas testemunhas
conhecidas tit. 2. art. 2.

§. 180.

Contem a Citação os nomes de A. e R., seus
domicilios, o motivo, o Juizo, o tempo; e a obri-
gação de comparecer pessoalmente, ou por seu Pro-
curador. (d) Quando o R. se acha ausente, e se igno-
ra o lugar de sua residencia, forma-se auto de teste-
munhas, e julgado por Sentença, procede a Cita-
ção por Edictos. (e)

§. 181.

A Citação constitue o R. na obrigação de com-
parecer perante o Juiz para responder, ou declinar
sua Jurisdicção: interrompe a prescripção: faz liti-
giosa a coisa pedida para não ser alienada, ou tras-
passada: induz lide Pendente para não suscitarse no-
va causa sobre o mesmo assumpto, em quanto a pri-
meira não for decidida. (f)

§. 182.

No termo assinado não comparecendo o R., ou
seu Excusador, espera-se mais tres dias por costume
do Foro. Se assim mesmo falta, o Juiz o condena
á sua revelia. Quando he o A., que não compare-
ce, o Juiz absolve o R. (g) Quando ambos não
comparecem, a citação fica circumducta. (h)

§. 183.

(d) Ord. liv. 3. tit. 1. §. 5. Pela citação deve saber o R.
em que se funda o A. *Ordenança de Luiz XIV.* tit. 2. art.
2. Segue o mesmo o Foro d'Hispanha.

(e) Orden. do liv. 3. tit. 1. §. 18.

(f) Cavallari, *Instit. Jur. Can. Part.* 3. cap. 22. §. 11.

(g) Pascoal, *Instit. Jur. Civil. Lusitan.* lib. 3. tit. 9. §.
19. e 20.

(h) Ord. liv. 3. tit. 1. §. 18.

§. 183.

Presentes A. e R. na Audiencia, o Juiz os exhorta á concordia, se a Causa não he criminal, em que tenha parte a vindicta Pública. (i) Não havendo concordia, o Juiz por seu officio, ou a requerimento da parte, averigua dos litigantes o motivo da demanda; e por suas respostas ordena o feito absolvendo o R. da instancia, ou condenando-o por suas confissões; ou mandando seguir os termos, que são offerecer o A. o seu Libello. (k)

§. 184.

A liberdade de fazer perguntas, que tem o Juiz de Primeira Instancia no principio da demanda para decidir por ellas o litigio, não a tem depois da lide contestada, mais do que para a boa ordem do Processo. Porém os Juizes Superiores em Relação podem usar dessa liberdade até para decisaõ da causa em todo tempo, e estado della. (l)

T I.

(i) Ord. liv. 3. tit. 20. §. 1.

(k) Citad. Ord. §. 4.

(l) Ord. liv. 3. tit. 32. §. 3.

TITULO II.

Libello, Contrariedade, Contestação.

§. 185.

O Libello he huma Summula, que demonstra a intençaõ do A. em Juizo; e que além do seu nome, o do Réo, contem clara e distinctamente a narração do facto, o motivo em que se funda o direito do A., e conclusãõ do que pretende, que faça o R. Se elle não contem coisa certa, ou quantidade liquida: se a sua conclusãõ discorda da narração, e motivo do direito do A., he entãõ elcuro, inepto; e como tal inadmissivel pelo Juiz, ou declaravel a Requerimento do R. (a)

§. 186.

Não se admitte Libello concebido em generalidade, excepto quando se pede toda a herança, que estava no dominio, ou patrimonio de alguém: contas de administração de bens de menor, Conselho, Corporação, ou Companhia: territorio determinado com todos os predios que nelle se achão; casa com todos os seus moveis, arca, mala, e semelhantes com o que ellas contem (b) Sempre que o Libello

Tomo I.

P

se-

(a) Ord. liv. 3. tit. 20. §. 5. e 16.: Pascoal *Instit. Jur. Civil. Lusitan.* lib. 4. tit. 10. §. 1. e 2.(b) Afio e Rodrigues *Instit. del Derech. Civil. de Cast.* lib. 3. tit. 5. pag. 266.: Cavall. *Instit. Jur. Can.* Part. 3. cap. 21. §. 3.

seja mudado, ou emendado pelo A., concede-se ao R. tempo para deliberar. (c)

§. 187.

Assim como he nulla a citação sobre Aução Pessoal, quando não se apresenta a Escriptura Pública da obrigação; também no Libello sobre Aução Real deve offerecer-se a Escriptura ou titulo, em que o A. funda o seu Direito. De outro modo o R. o faz apontar em Audiencia por palavra ou por Escripto, e requer ser absolvido da instancia. (d) Mas se o A. junta esse titulo em quanto o Juiz examina o Requerimento do R., e o não decide, he tempo de purgar a mora. (e)

§. 188.

Ao Libello do A. oppõem-se a Contrariedade do R., contradizendo a intenção do A. em tudo, ou em parte. (f) No Foro Patrio Libello, e Contrariedade são por artigos, na forma introduzida pelos Glossadores das Decretaes desde o Seculo XII., para maior clareza, e certeza da questão controvertida. (g) Em causa ordinaria o espaço para contrariar

(c) *Pasc. Inst. Jur. Civ. Lus.* lib. 4. tit. 10. §. 4. : *Ord. liv. 3. tit. 20. §. 7. e 8.*

(d) *Ord. liv. 3. tit. 20. §. 22.*

(e) Assento de 23 de Novembro de 1769 na *Col.* n. 250.

(f) *Pascoal Inst. Jur. Civ. Lus.* lib. 2. tit. 11. §. 3.

(g) Abbade Panormitano in *Comment. ad Clementin. Sape contingit de verb. signif.* n. 22. André Alciato adverte na sua *Practica Civil*, que nos Juizes Seculares os Libellos, e contrariedades são narrativos; e nos Juizes Ecclesiasticos são articulados; mas que em todos os Juizes prevalecêra a forma dos Ecclesiasticos.

riar he de duas Audiencias. Querendo o A. Replicar, tem huma Audiencia; e o R. outra para Treplicar. Nas causas Summarias não ha Replica, nem Treplica. (h)

§. 189.

Offerecido o Libello na Audiencia o Juiz o recebe, quanto em Direito deve e pôde ser recebido; e por brevidade ha a lide por contestada. Similhantermente recebe a Contrariedade, Replica, e Treplica. (i) Pela contestação recebida pelo Juiz, quanto em Direito he de receber, ha contestação ficta, que produz o effeito de se contar por verdadeira, se o R. consente no Juizo, e não oppõe coisa porque decline a Jurisdicção. A contestação verdadeira he a que o R. faz pela sua Contrariedade; ou pela Excepção Dilatoria, ou Peremptoria, que não se oppõem ao Juiz, ou ao Juizo. (l)

§. 190.

Pela contestação da lide os fructos começam a ser devidos pelo R.: perpetua-se a aução: excluem-se as excepções dilatorias: (m) obriga-se as partes

P ii

a

(h) *Ord. liv. 3. tit. 20. §. 5. Pascoal Inst. Jur. Civ. Lus.* lib. 4. tit. 12.

(i) *Citad. Ord. e §.* No Foro d'*Hespanha* ha a mesma Practica: no de *França* não ha Replica, nem Treplica. *Ord. de Luiz IV.* tit. 4. Art. 3.

(l) *Ord. do liv. 3. tit. 51.* confrontada com a do tit. 20. §. 9. e 15.: *Pascoal Inst. Jur. Civ. Lus.* lib. 4. tit. 11. §. 5. 6.

(m) *Pascoal liv. e tit. citados §. 8.*

a ouvir a Sentença do Juiz: e o litigio passa aos herdeiros até ser decidido. (n)

TITULO III.

Reconvenção, Autoria, Opposição.

§. 191.

O R. demandado tendo que pedir contra o A. por obrigação pessoal, ou real, responde ao libello por sua contrariedade; e requer ao Juiz nos Autos, ou fóra delles, que o A. seja citado para se ver reconvido. Feita a citação offerece o R. a Reconvenção antes, ou logo depois da lide verdadeiramente contestada; e primeiro, que o A. tenha começado a dar sua prova. (a)

§. 192.

Offerecida a Reconvenção neste tempo, corre nos mesmos autos da Aução, seguindo os termos da Contrariedade, Replica, e Treplica, Dilações probatorias: até ser a Aução e Reconvenção julgadas pela mesma Sentença. (b) Se a Reconvenção he pro-

(n) Cavallari *Inst. Jur. Can.* Part. 3. cap. 24. §. 5. Qual he a contestação da lide, que faz haver a coisa litigiosa, e que interrompe a Prescripção, mostra a Ord. do liv. 4. tit. 10. confrontada com o tit. 79. §. 1.

(a) Ord. liv. 3. tit. 33. §. 1.: Cavallari *Inst. Jur. Can.* Part. 3. tit. 23. §. 7.

(b) Citad. Ord. e §.

proposta depois do A. começar a dar prova á sua Aução, ella corre no mesmo Juizo, mas em processo, termos, e sentença diversa. (c)

§. 193.

Na Aução de Esbulho, Guarda, Depósito, e Accusação Criminal, não se admite Reconvenção. (d) Nas outras causas Summarias, he ella admittida a correr nos mesmos Autos tendo a natureza de Summaria com a Aução do A. (e)

§. 194.

A Autoria he *Formal*, ou *Simple*. (f) *Formal* he a que se verifica sobre bens de raiz; que no Foro Patrio se conhece pelo nome de Autoria; a *Simple* verifica-se nas obrigações Pessoaes, como dividas, e semelhantes; e chama-se no Foro Patrio *Fiança Solidaria*, ou obrigação de Fiador como principal devedor, ou pagador.

§. 195.

(c) Citad. Ord. §. 2.

(d) Citad. Ord. §. 4. O Foro Patrio abraçou nas Reconvenções o disposto pelo *S. P. Clemente 5.^o*, emendado pelos Glossadores. Veja-se Cavallari *Inst. Jur. Can.* Part. 3. cap. 23. §. 10.. O mesmo segue o Foro *d'Hispanha*.

(e) Vindo-se com a Reconvenção ao tempo da Replica, he em Auto separado: Costa, *Estylos da Casa da Supplicação* Letra — R. —

(f) Citad. Ord. do liv. 3. tit. 33. §. 6. No Foro de *Francia* a Reconvenção chama-se *Compensação*; e do modo com que della se usa, traia Domat *Loix Civiles* liv. 4. tit. 2. sect. 1. e 2. tom. 2. pag. 499. e seguintes.

Ordonnance de Louis XIV. tit. 8. art. 1. e seu Commentario.

§. 195.

O R. demandado sobre coisa, que recebeu de outro por virtude de algum contrato, antes de contrariar pôde nomear para que o defenda aquelle de quem recebeu a coisa pedida. (g) Esta nomeação ou chamamento notifica-se ao A. ou garante por citação, em que além do nome do primeiro A. Réo garantido, Juizo, e tempo de comparecer, deve conter o libello, e seus documentos, como também o documento, em que o garantido funda a obrigação de ser defendido pelo garante. (h)

§. 196.

O garantido faz esta nomeação logo que he demandado, ou até ás Dilacões Probatorias, com tanto, que seja antes de abertas, e publicadas as provas. O garante que acode a defender o garantido segue com elle os termos do feito por hum, ou mais Procuradores, assinando-se-lhes o tempo como a hum só Procurador. (i) Havendo a nomeação da Auctoria no tempo determinado pela Ordenação, a Sentença final executa-se, satisfazendo o garante ao garantido o preço, os damnos, e as custas.

§. 197.

(g) Ord. do liv. 3. tit. 45. e tit. 20. §. 32.

(h) Ordonnance de Luiz XIV. tit. 8. art. 4.

(i) O terceiro oppoente, o terceiro assistente, o chamado a Auctoria podem constituir muitos Procuradores, mas dar-se-lhes-ha vista, ou se lhes assignará termo como a hum só Procurador, ainda que constitua dois, ou mais: ambos farão hum só Requerimento; e assim os mais actos, em que for necessario interpirem o seu ministerio. Ord. liv. 3. tit. 20. §. 41.

§. 197.

Quando o garantido nomea o garante depois de abertas, e publicadas as provas; não he este obrigado a compôr-he os damnos, interesses, e custas, ainda que extrajudicialmente fosse sabedor do litigio desde o seu principio. O garante nomeado em tempo competente segue o Foro do garantido, sem que lhe valha privilegio especial, excepto o Privilegio de bens da Coroa, ou Fazenda Real; porque então o litigio corre no Juizo dos Feitos da Fazenda. (l)

§. 198.

Se hum (m) terceiro tem direito sobre a coisa, que

(l) Ord. do liv. 3. tit. 45. §. 11. Mendes in *Prax. Secul.* lib. 3. cap. 5. §. 1. vers. — *Verum Auctor* — exceptua alguns casos mais em que o Garante não perde o seu Foro: 1.º Pôde o chamado deduzir a Incompetencia do Juizo entre os principais litigantes: 2.º pôde deduzir Suspeição contra a pessoa do Juiz: 3.º mostrando que a coisa he sua, porque então deve litigar perante o Juiz do seu Foro; e he como se entende a Ord. do liv. 3. tit. 45. §. 10. vers. — perante o Juiz do seu Foro. —

No Foro de França o garante que mostra evidentemente, que a Causa se moveo ao garantido para o chamar a auctoria com o designio de o fazer responder fóra do seu domicilio, não perde o seu foro; e deve responder no seu proprio domicilio. O garantido logo que o garante apparece em Juizo, requer ser posto fóra da Causa. *Projet du Code Judiciaire*. liv. 2. pag. 23.

(m) Tal he a mulher pelo seu dote: o credor de hypot

que se litiga; e pertende excluir della, e da Aução o A. e o R., oppõem-se como senhor, e possuidor: sua opposição he offerecida por artigos, os quaes se recebem ou regeitão por Sentença precedida de conhecimento de causa: tem replica, treplica, termo probatorio. Correm elles nos proprios autos da causa, quando na primeira Instancia são offerecidos antes de se achar em prova a causa primaria. Offerecendo-se depois desse tempo correm, e leguem Processo separado. (n) Offerecidos na Execução a fazem sobrestar provando a posse *saltem semiplene*, para cuja proya = *in continenti* = se assignão tres dias. (o)

§. 199.

Aquelle que presume ter prejuizo na causa, pôde requerer sua assistência no feito para ajudar ao A. ou R. com seu direito, ainda que o ajudado não queira sua assistência. Então esse assistente he obrigado a tomar o feito no estado em que elle se acha; e não tem Restituição á cerca dos actos processados, ainda que lhe competisse por direito. Mas se o assistente apparece depois de proferida a Sentença na Superior Instancia, bem a pôde embargar na Chancellaria com o seu direito; pedindo a Restituição *in integrum*, se esta lhe competir por algum ti-

recha especial privilegiada: o que obteve sentença, ou fihou já penhora: o que he verdadeiro senhor, e possuidor da coisa demandada, ou penhorada.

(n) Ord. liv. 3. tit. 20. §. 31. Da rejeição dos artigos da opposição compete Agravo de Petição, ou Instrumento.

(o) Estylo da Casa da Supplicação que entende a Ord. do liv. 3. tit. 86. §. 17.: Costa, *Estylos*, letra — E —

titulo, (p) ainda que na Chancellaria só pôde embargar, quem foi parte nos Autos. (q)

TITULO IV.

Procedimento das Excepções Dilatorias, Peremptorias.

§. 200.

Assinado o tempo ao R. para contrariar o Libello do A., antes de responder a elle offerece todas as Excepções Dilatorias, que podem impedir a Aução offerecida em Juizo. (a) As que o R. river contra a competencia da Jurisdicção, ou contra a pessoa do Juiz, são as primeiras, e separadamente offerecidas, sem mistura de outra alguma Excepção. (b)

§. 201.

Até á segunda Audiencia assignada ao R. para contrariar o Libello do A., offerece elle a Excepção
Tomo I. Q Di-

(p) Ord. do liv. 3. tit. 20. §. 32., confrontada com a Ord. do liv. 3. tit. 87. §. 2. vers. — *Porque estes taes.* — Que o prejudicado o não convencido pôde embargar a Sentença na Execução, he Ord. liv. 3. tit. 86. §. 17. confrontada com o tit. 87. §. 4.

(q) Costa *Estyl. da Cas. da Suppl.* letra — E — confrontado com Mendes *Prax. Secul.*

(a) Ord. liv. 3. tit. 20. §. 9., confrontada com o tit. 49.

(b) A da Incompetencia contra Jurisdicção *improrogavel* deduz-se a todo o tempo: Ord. liv. 3. tit. 49. no *Proem.* e §. 1. e 2.

Dilatoria. (c) Faz-se conclusa ao Juiz, que a recebe, ou despreza por seu despacho. Quando a recebe manda ao A. que a contrarie; e seguem-se os termos de Replica, Treplica, Dilação Probatoria de vinte dias, Conclusão, e Sentença: quando logo a despreza, assim o declara por seu despacho. Do desprezo não ha recurso para o R. contra a Sentença do Juiz, mais do que Aggravo no Auto do Processo; excepto na Excepção Declinatoria do Foro, e Incompetencia, em que o Aggravo he de Petição, ou Instrumento; e sempre suspensivo até final Decisão. (d)

§. 202.

Quando o Juiz recebe a Excepção Dilatoria do R., não dispoz a Lei qual he o Recurso, que compete ao A. *Leitão* segue, que essa Interlocutoria do Juiz tem força de Definitiva; e que por isso compete contra ella ao A. o recurso de Appellação. (e)

§. 203.

Offerecida pelo R. a Excepção Peremptoria, faz-se conclusa ao Juiz, que lhe affina logo dez dias para Prova. (f) Findos elles a rejeita, ou recebe. Se a rejeita, compete ao R. Aggravo no Auto do Processo; e póde tornar a deduzir sua materia na con-

(c) Veja-se Caminha *Forma das Excepções Declinatorias e Dilatorias*.

(d) *Affento* de 23 de Março de 1786. Collecção N. 291.

(e) *Traçat.* 1. *De Gravaminib.* Quæst. 5. n. 10. e seguintes.

(f) Ord. do liv. 3. tit. 20. §. 15. confrontada com o tit. 30. Caminha *Forma das Excepções Peremptorias*.

contrariedade. Se a recebe, ha Contrariedade, Replica, Treplica, e Dilação Probatoria; e o Juiz a julga provada, ou não provada. Quando a julga provada, compete ao A. Appellação, ou Aggravo Ordinario: quando a julga não provada, compete ao R. Aggravo no Auto do Processo. (g)

§. 204.

As Excepções Prejudiciaes; as de Nullidade, e Falsidade, que não são incidentes, seguem os termos das Excepções Peremptorias. (h) Porém as Sentenças, que decidem as ditas Excepções reputa-se mais como Definitivas do que como Interlocutorias; e por isso os Recursos contra ellas interpostos pelo Excepto, ou pelo Excipiente suspendem a continuação da Causa principal até decisão da Excepção á similitude das Declinatorias do Foro.

§. 205.

A Excepção Dilatoria de suspeição contra a pessoa do Juiz, tem forma especial, e diversa de todas as outras Excepções, (i) segundo os Juizes, e Juizos. Tomaremos para Exemplo a proposta pela Ordenação.

Q ii

§. 206.

(g) A Excepção Peremptoria póde pôr-se em qualquer estado do Processo; até mesmo no tempo de razoar a final: *Mendes Prax. Secul.* lib. 3. cap. 19. §. 1. n. 18. *in fin.*

(h) Ord. l. 3. tit. 50. §. 1. *in fin.*, tit. 20. §. 30. *in fin.*; confrontadas com o §. 15.: *Palcoal Inst. Jur. Civ. Lusit.* liv. 4. tit. 13. §. 4. *in fin.*

(i) Caminha *Forma da Ordem das Suspeições*: Ord. do liv. 3. tit. 21. e tit. 22. A Forma da Suspeição posta aos

§. 206.

Pela Parte ou por seu especial Procurador he averbado o Juiz de suspeito em Audiencia; e na seguinte offerecidos Artigos de suspeição affinados por Advogado. No fim dos Artigos junta-se o Rol das testemunhas, que haõ de fer perguntadas sobre elles. Deposita-se a cauçaõ determinada na Lei, que he maior ou menor, segundo a qualidade do Juiz recusado. (l) Das suspeições dos Juizes de Letras he Juiz o Chanceller da Comarca, e na sua falta o Juiz de Fóra mais visinho. Na Cidade do Porto e de Lisboa saõ Juizes os da Chancellaria nas suspeições, postas aos Juizes do Cível, Crime, e Orfãos. (m) Nas dos Juizes Ordinarios Leigos louyaõ-se as partes em homens bons.

§. 207.

Ministros dos Tribunaes declara o Alvará de 30 de Julho de 1611. Coll. 1. ao liv. 3. das Ord. tit. 22.: a Carta Regia de 2 de Agosto de 1611 na Coll. 2. ao mesmo tit.

A dos Desembargadores das Relações os Assentos de 9 de Outubro de 1659: de 3 de Novembro de 1672: o Decreto de 3 de Março de 1650: o Assento de 7 de Janeiro de 1642: o de 23 de Março de 1638: o de 9 de Julho de 1616. Coll. 2. e 3. ao tit. 21.

A do Conservador da Universidade os *Estatutos Antigos* liv. 2. tit. 25. no *Proem.* e §. 3. e 4.

A dos Juizes de Tombamentos o expresso em suas *Provisões*.

(l) Perante o Escrivaõ, que houver de escrever na Suspeição: Ord. liv. 3. tit. 22. no *Proem.*

(m) *Assento* de 9 de Junho de 1750. Coll. N. 224.

§. 207.

Perante o Juiz da suspeição he ella auctuada pelo Escrivaõ declarando no termo o dia, e hora. (n) O Juiz a declara procedente, ou improcedente. Sendo procedente o Juiz recusado responde no termo de tres dias, (o) sobpena de haver-se por suspeito. De sua resposta tem vista a parte para dizer se quer o inquerito de suas testemunhas. A Dilaçaõ Probatoria he improrogavel de tres dias na terra, e vinte para fóra della; e dentro de trinta se profere a Sentença.

§. 208.

Havendo justo embaraço para não ser julgada a suspeição dentro dos trinta dias peremptorios depois da sua auctuaçaõ, prorogaõ-se mais quinze dias. Da Sentença que julga o Juiz por suspeito ha Aggravo de Petição ou Instrumento para o Corregedor da Comarca, que julga entaõ a final. Se o Juiz da suspeição a declara improcedente, o Recusante não pôde ter Recurso de Aggravo ou Appellaçaõ. Finalizados os quarenta e cinco dias, não se admittem Embargos da qualidade alguma. (p)

§. 209.

(n) *Assento* de 24 de Julho de 1636. Coll. N. 51.

(o) Se o Juiz Recusado se ausenta da Cidade ou Villa faz-se superflua a sua Resposta: Mendes *Pract. Lusitan.* liv. 3. cap. 3. §. 1. n. 4.

(p) *Assento* de 10 de Janeiro de 1619. Coll. N. 28.

§. 209.

Os Magistrados Romanos davaõ sómente a Formula da Aução. Os Juizes, que julgavaõ do Facto e do Direito eraõ escolhidos a aprazimento do A. e R. entre quatrocentos e cincoenta Juizes, e tirados por sorte. Não podia por esta causa haver motivos de suspeição contra algum Juiz. Por tanto talvez não deveria o Direito Romano servir de regra para fazer tão difficeis as suspeições, implicando o seu procedimento com predileção dos Juizes Recusados, e odio das partes Recusantes. (q)

TITULO V.

Procedimento de Incidentes, Juramento de Calúnia, e Fiança de Custas.

§. 210.

Questão *Emergente* he a que versa sobre a tela judicial do Feito sem que tenha por objecto extinguir a Aução. Questão *Incidente* versa sobre o ponto principal da Aução, e delle tira a sua origem. Tanto a questão *Emergente*, como a *Incidente* devem ser da mesma qualidade, que o negocio principal sobre que são suscitadas. (a)

§. 211.

(q) No Foro de *Hespanha* he mais livre a Excepção de Suspeição: veja-se *Doni Derech. Pub. Gen. de Espana* tom. 6. p. 84. e seguintes. Também he mais livre no da *França*: *Projet du Cod. Judiciair*, pag. 47. e seguintes.

(a) Thomas de Roza de *Executoriis Litterarum Apostolicarum*. Part. 2. cap. 4. n. 81. e 82.

§. 211.

Quando qualquer das Partes deduz incidentalmente artigos de Suborno, Falsidade, Nullidade, Restituição *in integrum*: Embargos contra Sentença, Alvará, ou Carta Régia: Embargos de impedimento por Instrumento Público, fazem-se conclusos ao Juiz. Se este os recebe, ha Contrariedade, Replica, Treplica, e Dilação Probatoria, e seguem a forma das Excepções Dilatorias. Se o Juiz os rejeita, ha Aggravo no Auto do Processo, e condenação nas custas do retardamento. (b)

§. 212.

Antes que o R. deduz a Contrariedade pôde embargar o Libello por obscuro, inconcludente, arazoando contra elle, e pedindo ser absolvido. Ao A. dá vista o Juiz até á primeira Audiencia. Com sua resposta se faz concluso o Feito. Se o Juiz absolve o R., compete ao A. Appellação, ou Aggravo Ordinario; se despreza a razão embargante e manda ao R. que venha com sua Contrariedade, compete Aggravo no Auto do Processo. (c)

§. 213.

Na Excepção offerecida contra a inhabilidade do Procurador, ou insufficiencia da Procuração, se o Juiz absolve o R. dá Instancia, compete ao A. Appellação, ou Aggravo Ordinario. Se o Juiz julga habil o Procurador do A., ou sufficiente a Procura-

(b) Ord. liv. 3. tit. 20. §. 23.

(c) Ord. liv. 3. tit. 20. §. 16.

curaçãõ o feito continúa; o Juiz seria obrigado a custas, e perdas quando a final se decidisse na Causa a inhabilidade do Procurador, ou insufficiencia da Procuraçãõ. (d)

§. 214.

Logo que a lide he contestada o Juiz por seu Officio faz prestar ás Partes Juramento Geral de que não entraõ naquelle litigio caluniosamente; mas sim por estarem persuadidos da sua justiça. (e) Em qualquer incidente ou razaõ allegada por alguma das Partes pôde a outra pedir a prestaçãõ de Juramento especial, de que não usa de tal incidente ou razaõ por malicia. (f) Aquelle Juramento Geral he no Foro Patrio o de Calumnia, este he o especial de Malicia, que do Foro Ecclesiastico passou para o Secular. (g)

§. 215.

Em qualquer estado da Causa o R. pôde requerer por palavra na Audiencia, ou por Escripto, que o A. affiance as custas. (h) Tem lugar este requerimento ainda que o A. seja abonado em bens de raiz; e o Juiz deve mandar prestar a dita Fiança requerida. Não a prestando o A. he o R. absoluto da Instancia. (i)

TI-

(d) Ord. liv. 3. tit. 20. §. 10. 11. 12.

(e) Ord. liv. 3. tit. 43. no *Proem.*

(f) Citad. Ord. e tit. §. 1. 2. 3.

(g) Cavallari *Instit. Jur. Can.* Part. 3. cap. 25. §. 2. O Foro de *Hespanha* conhece a inutilidade, e immoralidade de taes Juramentos: no de *França* desapareceraõ.

(h) Ord. liv. 3. tit. 20. §. 6.

(i) *Ajento* de 14 de Junho de 1788. Coll. N. 295. O Di-

TITULO VI.

Dilações Probatorias.

§. 216.

NÃO tendo as partes que pedir declarações sobre os articulados, segue-se pôr a Causa em prova por meio da Dilaçãõ. Geralmente se chama *Dilaçãõ* hum certo espaço de tempo, que a Lei pelo ministerio do Juiz assina aos litigantes para satisfazerem a coisas, pertencentes ao Juizo. Divide-se a Dilaçãõ em *Citatoria*, *Deliberatoria*, *Probatoria*, e *Executoria*. He *Citatoria* a que se concede ao R. para comparecer em Juizo. *Deliberatoria*, a que he dada para resolver, o que no caso proposto quer ou não seguir. *Probatoria* a que he assinada para os litigantes provarem seus articulados; e mostrarem o seu direito. *Executoria* a estabelecida para satisfazer á Sentença do Juiz. Quando a Lei as determina, e declara peremptorias, e improrogaveis, o Juiz as faz executar exactamente: quando a deixa ao seu arbitrio o Juiz deve determina-la com prudencia, attendendo ao Estado dos autos, e ao bem das partes. (a)

Tom. I.

R

§. 217.

reito Romano exigia a Fiança. O Foro de *Hespanha* não a exige; mas na falta de satisfação subsiste a prizaõ: Dou lib. 3. tit. 2. cap. 1. §. 20. e seguintes tom. 6. pag. 65. e seguintes.

No Foro de *França* os estrangeiros prestaõ Fiança: *Projet du Cod. Judic.* P. 1. §. 116. e 117. pag. 22.

(a) Dou *Derech. Pub. Gen. de Espana* lib. 3. tit. 1. cap.

§. 217.

O S. P. Bonifacio VIII. havia autorizado o depoimento da parte aos articulados da outra, que o pedisse, quando não tivesse prova por documentos, ou testemunhas. (b) Esta disposição singular passou geralmente ao Foro Patrio em feito Cível com poucas modificações. (c) Quando alguma parte requer o depoimento da outra o Juiz o manda prestar antes de assinar a Dilação Probatoria. (d)

§. 218.

Não se contentando as partes com os depoimentos reciprocos, assim o declara, e requerem Dilação Probatoria, que passa a ser commun para ambos os litigantes. Em Causa Ordinaria a Dilação primeira he de vinte dias, e a segunda de dez. Sendo requerida para fóra da terra assina-se tempo racionavel, segundo a distancia, e a segurança do lugar. (e) Em Causa Summaria a Dilação he de dez dias, á similitude da Dilação Probatoria no Processo de assignação de dez dias; e no offerecimento de Excepção Peremptoria. A Dilação Probatoria afi-

2. §. 17. e 18. tom. 6. pag. 39.: Pascoal *Inst. Jur. Civ. Lus.*, lib. 4. tit. 19. Os *Decretalistas* nomearão 24 especies de Dilações. Acha-se em Anacleto ad lib. 2. §. tit. 8. de *Dilationib.* §. 1. n. 6. e seguintes.

(b) Dou no cit. liv. tit. 2. cap. 4. sect. 7. §. 21. pag. 120.: Cavallari *Inst. Jur. Can.* Part. 3. cap. 26. §. 7.

(c) Ord. liv. 3. tit. 53.

(d) Ord. de cit. liv. tit. 54 no *Proem.* in fin. He abuso no Foro pedir o depoimento na mão, e tira-lo dos Autos quando não agrada a parte, que o pedio.

(e) Ord. liv. 3. tit. 54. §. 1. e seguintes.

finada a cada parte no Processo Verbal Escripto não deve exceder a quatro dias. (f)

§. 219.

Em Causa Ordinaria quando não basta a primeira Dilação pede-se a segunda antes que finde a primeira, e presta-se Juramento de que se não pede por malicia para demorar a prova. (g) Em quanto dura a Dilação em Causa Ordinaria e Summaria não pôde o Juiz innovar na Causa. (h)

§. 220.

Nos dias assignados para Dilação desconta-se os Feriados repentinos; (i) mas não os de Ferias Divinas, excepto se ellas comprehendem a maior parte dos dias da Dilação. Também se não conta o dia,

R ii

em

(f) Ord. do liv. 3. tit. 58. §. 7.

(g) No tempo da Dilação para a terra he praxe protestar, e pedir tempo e caria para fóra: Mendes *Prax. Secul.* lib. 3. cap. 12. n. 4. Negada Dilação para a terra compete Aggravo no Auto de Processo: negada para fóra do Reino, compete Aggravo de Petição ou Instrumento: Mendes *Prax. Lusit.* lib. 3. cap. 12. n. 7.

(h) Ord. liv. 3. tit. 54. §. 15. O que acontece a este respeito na Dilação tem lugar em todos os termos, que são assignados ás partes para responderem, allegarem, ou fazerem quaesquer actos: Maranta *Speculum Aureum* Part. 4. *Judiciorum* Distinctio 16. n. 69. 70. 71. Pendendo a Dilação o Juiz nada deve innovar, segundo a Ordenação; mas vindo a Parte com Embargos a se pôr a Dilação, conhece e revoga sua Interlocutoria o Juiz: Costa *Estylos da Casa do Porto* N. 63. pag. 226.

(i) Lei 3. Cod. de *Dilationib.*

em que he affinada, excepto quando a Lei determina, que a Dilação corra de momento a momento. (1) Em todo o caso começa ella a correr depois de notificada a parte, que deve usar della: e se acaba em Feriado não se conta esse dia.

TITULO VII.

Provas Litteraes, Oculares, e Presumptivas.

§. 221.

O Juiz não profere Sentença Definitiva sem conhecer nos autos a verdade dos factos controvertidos. O A. que funda seu Direito em huma obrigação, de que o R. lhe he responsavel deve provar essa obrigação; o R. que se pretende livre de huma obrigação contrahida deve provar o facto, que a extinguiu. Prova-se pois os factos controvertidos pelo R., ou pelo A., e que se não funda na Presumpção de Direito. (a) A notoriedade de hum facto não se exime de prova nos Autos: o Juiz não de-

(1) Dou *Derech. Publ. Gen. de Espan.*, lib. 3. tit. 1. cap. 2. §. 19. e 20. tom. 6. pag. 39. Ainda que por Ord. do liv. 3. tit. 20. §. 44. os termos e dilacões são peremptorias, satisfaz-se entregando os autos, ou inquirições até ao outro dia às oito horas da manhã, e sendo dia Santo no dia seguinte até às oito horas dias; pois que era inconveniente entregalas de noite. He o *Estatylo 99. da Casa do Porto*: Costa.

(a) *Cavall. Inst. Jur. Can.*, Part. 3. cap. 16. §. 1. 3. e 5.

deve julgar notorio, e manifesto, o que como tal não apparece legitimamente provado. (b)

§. 222.

São prova a confissão da parte; a vistoria ou inspecção ocular: os documentos authenticos, ou havidos como taes pelas partes: o juramento Decisorio, ou Suppletorio: as testemunhas: as Presumpções de Direito. Todas estas diversas Provas reconhece o Foro Patrio.

§. 223.

A confissão da parte não sendo extorquida por violencia, suggestão, loucura, ou estupidez, he havida como Prova certa. (c) Mas nella devem concorrer 1.º ser feita por expressões claras e distinctas com animo de produzir obrigação: 2.º que seja verosimil, e não repugne ás circumstancias do facto, que se confessa: 3.º que seja feita em Juizo, e perante Juiz competente da Aução, e do R.: 4.º que a presencêe o Adversario, e acceite logo no mesmo Juizo: 5.º que aquelle que a faz tenha livre administração dos seus bens. (d) A confissão com estes requisitos he a prova confessoria, sobre a qual pôde recahir a condenação de preceito, de que falla a

(b) *Pascoal Inst. Jur. Civ. Lus.* lib. 4. tit. 16. §. 2. segue que o notorio não he necessario provar-se: *Edmundo Martin Institutiones Juris Canonici* tom. 2. lib. 3. tit. 10. §. 4. mostra com razão, que essa pratica nunca se admitto no Foro de França.

(c) *Domat Droit Public* cap. 4. tom. 5. pag. 225.

(d) *Pascoal Inst. Jur. Civ. Lus.* lib. 4. tit. 20. §. 2.

a Ordenação, em que á condemnação he sem custas, e em que se expede o Mandado de *solvendo*. (e)

§. 224.

Nos factos permanentes, ou que deixão vestígios certos rem lugar a inspecção ocular, a que se chama *Vestoria*. (f) O Juiz a determina de officio, ou a Requerimento de parte, (g) he presente a esse acto com arbitradores ajuramentados, eleitos pelas par-

(e) Ord. liv. 3. tit. 66. §. 4.

Quando o Depoimento da parte he de tal forte confessativo, que d'elle se agrada o seu adversario; pôde, querendo, contentar-se com elle, e lançar-se da Dilação Probatoria.

(f) A prova ocular ou vestoria, he de tanta importancia no Foro, que nunca pôde ser prohibida ou excluida na Causa antes, ou depois da Sentença definitiva: Mendes *Prax. Secul.* lib. 3. cap. 12. §. 4. Quando o Juiz a determina de officio, ambas as partes a preparão, isto he depositão a despeza: quando he determinada a Requerimento de parte, esta faz o preparo. Na Casa da Supplicação a Sentença final carrega a despeza da Vestoria ao vencido como parte das custas: Costa *Estylos da Casa da Supplicação* letra -- V. -- Na Casa do Porto a Sentença só carrega ao vencido a despeza da vestoria, a que se procede por officio do Juiz; e não a que se fez a requerimento da parte: Costa *Estylos da Casa do Porto* n. 92.

(g) Cavallari *Inst. Jur. Can.* Pars 3. cap. 26. §. 21.

A vestoria se requer nos Autos, ou por outro requerimento na mão, ou por palavra na audiencia; e o Juiz a determina mandando depositar, e depois assina dia, e manda citar as partes para assistirem, e presencarem. Ainda que as partes não a requerao o Juiz a pôde determinar de officio, se a reputar necessitar o caso, antes de julgar a final. Manda preparar, ou fazer o deposito, e depois assina dia e citação das partes para se louvarem e presencarem.

partes interessadas, ou pelo Juiz, quando as partes recusaõ elege-los. Neste acto se descreve o estado, em que se acha a coisa vestorisada; e se declara o que entendem áquelle respeito os vedores intelligentes. Sua indagação reduz-se a factos, e não a Direito. (b)

§. 225.

Os autos Judiciaes, feitos legalmente perante o Juiz pelo Escrivão competente: as Escripturas Públicas lançadas pelos Taballiães em suas notas: as certidões desses actos, ou Escripturas conformes em tudo a seus originaes, são prova provada contra a qual

(b) Ord. liv. 3. tit. 17. no *Proem.*

Os Arbitradores ou Louvados conhecem unicamente de coisas de facto permanente, ou sobre que restão vestígios. Se perante elles se allega alguma coisa, em que caiba dúvida de direito, devem remette-la ao Juiz, que a despache, e determine; entretanto suspende-se o arbitramento, ou louvação até haver a Sentença decisoria da dúvida, que occorria: Ord. liv. 3. tit. 17. no *Proem.* As partes são citadas para se louvarem, e verem a louvação: os Louvados assinao termo nos autos, e recebem juramento antes de procederem ao arbitramento: os eleitos pelas Camaras procedem pelo juramento, prestado na eleição do Cargo; e a louvação lança-se nos autos pelo Escrivão, assina-se pelo Juiz, louvados, e testemunhas; e julga se depois por Sentença pelo Juiz: citad. Ord. §. 1. e seguintes, confrontadas com o tit. 78. §. 2. Usa-se da vestoria sobre limites, e hemseitorias de predios Rusticos, e Urbanos: Denunciação de Nova Obra no Juizo de Almotacaria, Ord. do liv. 1. tit. 65. §. 37. : nas medições de predios em Aução de Tombamento: na factura de Canaes para conducção, repartição, e esgotamento de agoas, Alvará de 27 de Novembro de 18c4.

qual se não admittem regularmente testemunhas. (i) O Juiz, e Advogado convem, que usem de muita precaução, e critica sobre Instrumentos Antigos, apresentados como Públicos e sollemnes; porque a fraude, e a falsidade mil vezes os tem fabricado, e fabrica como verdadeiros, sendo inteiramente suppositicios. (l)

§. 226.

As Escripturas Privadas, ou Escriptos Particulaes, reconhecidos pela parte prejudicada, são prova como os Instrumentos Públicos. Se a parte os nega, recorre-se á vistoria por comparação de letras; (m) e a testemunhas, que vissem layrar a obrigação, e tenhaõ della conhecimento.

§. 227.

O Juramento Decisorio he prova certa, quando huma parte deixa a decisão no Juramento da outra; e desta qualidade de prova se tratou já na Augação de Juramento d'Alma. Admitte-se no Foro Patrio o Juramento suppletorio em causas até marco de prata, quando nos autos existe meia prova, (n) por parte da Augação do A., ou Excepção do R. Mas este Juramento suppletorio da prova, e decisorio da Cau-

(i) Pascoal *Inst. Jur. Civ. Lus.* lib. 4. tit. 18. Podem ser arguidos de falso, havendo causa para isso.

(l) Civalari *Inst. Jur. Can.* Pars 3. cap. 26. §. 17.

(m) Da comparação de letra, como sendo meia prova, falla a Ord. do liv. 3. tit. 52. no *Proem.* Como o Escripto Privado, sendo reconhecido pela parte forma prova inteira, mostrou-se na Augação de Assinacção de dez dias, e concorda o *Código Civil dos Francezes* §. 1322.

(n) Ord. liv. 3. tit. 52. §. 1.

Causa, não deve praticar-se quando o A. ou R. não sabem, ou não tem razão de saber a coisa, ou quantidade sobre que versá a Demanda, ou Excepção; ou quando he pessoa vil o Demandante, ou Excipiente. (o)

§. 228.

As Presumpções são as consequencias que a Lei, ou o Juiz deduz de hum facto conhecido para outro desconhecido: (p) são ellas ou *juris* = ou *juris et de Jure* = ou *Hominis*. A Presumpção *Juris* he quando a Lei de hum facto verdadeiro induz a existencia de outro. Se a Lei declara esta Presumpção incumbe ao Adversario a obrigação de provar o contrario: tal he por exemplo a Presumpção de que obrou com dolo o tutor, que não fez Inventario dos bens dos Orfãos. A Lei induz Presumpção da sua má fé em quanto elle não prova o justo motivo, que impedio a factura do Inventario, que elle era obrigado a fazer antes de administrar a tutela. (q)

Tom. I.

S

§. 229.

(o) Citad. Ord. e tit. §. 2. A Sentença que he dada por virtude deste juramento pôde ser revogada por Documentos apparecidos de novo depois della proferida: §. 3. *in princip.* No *Código Civil dos Francezes* §. 1368. este juramento deferido pelo Juiz a huma parte não pôde esta referir-se á outra parte.

Quando o Juiz manda á parte que preste o Juramento suppletorio, e que tornem os Autos para sentenciar, a parte gravada pôde Aggravar no Auto do Processo. Quando o Juiz condena segundo o que a parte jurar suppletoriamente, a parte gravada pôde Appellar; Costa nos *Estylos* pag. 107. letra — J —

(p) *Código Civil dos Francezes* §. 1349.

(q) Pascoal *Inst. Jur. Civ. Lus.* lib. 4. tit. 16. §. 7. e 8.

§. 229.

A Presumpção = *Juris et de Jure* = he aquella que a Lei especialmente une a certos actos, ou a certos factos, reputando-os de tal sorte certos, que não admite prova contra elles. Nesta classe entra por Exemplo a authoridade da coiza julgada entre as mesmas partes, pelo mesmo motivo, e com as mesmas qualidades. (r) O testamento, ainda que bem ordenado, feito por quem estava em continuo furor, a Lei o declara nullo: o que he feito por quem padece lucidos intervallos, achando-se razoavelmente ordenado, a Lei o presume formado em perfeito Juizo. (s)

§. 230.

Quando a Lei não estabeleceu a Presumpção, fica ella no arbitrio do Juiz; mas este arbitrio deve ser guiado pela prudencia; e excluir toda a Presumpção que não for grave, precisa, e concordante com a natureza do facto presumido. Assim mesmo não he livre ao Juiz admittir tal Presumpção mais do que nos casos, em que a Lei admite a prova por testemunhas. (t)

§. 231.

(r) *Cod. Civil dos Francezes* §. 1351.

(s) *Ord. liv. 4. tit. 81. §. 1. e 2. Pascoal Inst. Jur. Civ. Lus. lib. 2. tit. 16. §. 9.*

(t) *Cavall. Inst. Jur. Can. Part. 3. cap. 26. §. 18. Cod. Civ. dos Francezes. §. 1353.* As Presumpções, que os Praxistas dividem em *Leges, Graves, Violentas, de Direito, e Juris et de Jure*; o Foro de França reduz a *Leges, e Arbitrarias*: *Cod. Civ. 1349. até 1355.*

§. 231.

Se as Presumpções por parte do A. ou do R. são entre si encontradas, devem em pratica prevalecer as mais fortes, quer sejam de Direito, quer de Juiz. Em igualdade de circumstancias a Presumpção da Lei prevalece sobre a do Juiz: a mais conforme ao Direito Commum sobre a que he sómente ao Direito privado: a mais benigna em collisão da mais severa: a que favorece a subsistencia e validade do acto á que o annulla: a que favorece o R. á que favorece o A. (u)

TITULO VIII.

Provas Testimoniaes.

§. 232.

NÃO excedendo o contrato de bens moveis a sessenta mil réis; e o de raiz a quatro mil réis, póde admittir-se a prova por testemunhas. (a) Assignada que seja pelo Juiz a Dilação Probatoria a parte, que assistir á Audiencia entrega ao Escrivão o Rol das testemunhas dentro em dous dias. Senão está em Audiencia póde entregar o Rol no tempo da Dilação. (b)

S ii

§. 233.

(u) *Dou Derech. Pub. Gen. de Espan. lib. 3. tit. 2. cap. 10. sect. 5. §. 9. tom. 6. pag. 252.*

(a) *Ord. liv. 3. tit. 59. no Proem., confrontada com a do tit. 20. §. 25.*

(b) *Ord. liv. 3. tit. 55. no Proem.*

§. 233.

Logo que são nomeadas não devem fallar mais com a parte, que as nomeou, até haverem acabado seu depoimento. (c) São inquiridas pelo Juiz, ou Inquiridor assistido de Escrivão: prestaõ juramento: assinaõ seu depoimento; e devem ser habeis para testemunhar na causa, a que são nomeadas. (d) A cada artigo diverso póde a parte dar quinze testemunhas. Se o Articulado consta de hum só artigo, ou de muitos de huma mesma substancia póde offerecer vinte testemunhas. (e) Nas Injurias verbaes a cada artigo diverso sete testemunhas; e a hum só artigo, ou exposiçaõ dez. (f)

§. 234.

Quando as testemunhas, que haõ de ser perguntadas assistem fóra do lugar, em que se trata o feito, a parte requer Carta de Inquiriçaõ. Passada ella, e apresentada ao Juiz Deprecado a parte nomeia até ao outro dia as testemunhas, que haõ de ser perguntadas nesse lugar. (g) A parte contraria póde pedir perante esse Juiz Deprecado o Rol das testemunhas do seu adversario para ahi mesmo contradicta-las no tempo da Dilaçaõ assinada na Carta; e o Juiz Deprecado póde assinar para esse fim mais tempo além do contheudo na Carta de Inquiriçaõ. (h)

§. 235.

§. 235.

Tanto que a testemunha jurar, ou até ao outro dia, a parte presente no lugar em que ha de ser inquirida, diz ao Escrivão especificamente a contradicta, que tem contra a testemunha. Se a parte não he presente no lugar quando for perguntada a testemunha, póde até ao outro dia pedir o Rol dos nomes, e vir depois com as contradictas antes de abertas, e publicadas as Inquiriçoẽs. Desprezados os dias de pedir o Rol dos nomes, póde a parte pedi-lo em qualquer tempo com tanto, que seja antes de abertas, e publicadas: offerecer as contradictas, jurando primeiro que as sabe de novo; e que ignoraõ o que depozerão no feito. (i)

§. 236.

Findas as Dilaçoẽs, e lançadas as partes de mais provas; ainda ha lugar para offerecer Embargos de contradictas, sabidas de novo. Recebidos elles o Juiz assina cinco dias para sua prova, e admitte a cada Artigo tres testemunhas. Não ha reprovos contra estes artigos. (l) Se o Juiz os não recebe, ou julga não provados declara as Inquiriçoẽs por abertas e publicadas, e manda razeoar a final. (m) Do desprezo dos Embargos compete á parte Aggravado no auto do processo.

§. 237.

(c) Ord. liv. 3. tit. 57.

(d) Ord. liv. 3. tit. 56. no *Proem.* até §. 9.

(e) Ord. liv. 3. tit. 55. §. 2.

(f) Citad. Ord. §. 3.

(g) Ord. liv. 3. tit. 55. §. 2.

(h) Ord. liv. 3. tit. 58. §. 1.

(i) Ord. liv. e tit. citad. §. 2.

(l) Ord. liv. 3. tit. 58. §. 4. Excepto no caso de parentesco até 2.º grão inclusive; ou de inimidade: Ord. liv. 3. tit. 58. §. 4. verso — *salvo*. —

(m) Caminha *Forma das Allegações Judiciais* Anotação 43.

§. 237.

Admitte o Foro Patrio a Inquirição de testemunhas — *ad perpetuam rei memoriam* —, quando o A. antes de começar a demanda, as faz inquirir, citado o R., sendo ellas de provecta idade, enfermas, ou valerudinarias, ou proximas a ausentar-se por muito tempo. A mesma liberdade tem o R. quando em iguaes circumstancias receja ser demandado. Porém os depoimentos devem ficar cerrados, e occultos até o tempo da prova; e então podem ser contradictadas. (n)

§. 238.

A prova testimonial era a mais generalizada no Estado Semi-Barbaro das Nações pela falta de meios e de motivos para vulgarizar-se a sciencia de ler, e escrever. A' proporção que as Nações se civilisam, as Leis exigem no Foro a prova Documental nos litigios de alguma importancia; e deixaõ a testimonial para as de pouca valia. (a) Com effeito a prova por testemunhas não he prova se não quando ha

(n) Ord. liv. 3. tit. 55. §. 7. até 10. A Lei admite esta inquirição até sem citação da parte, quando ella está ausente do lugar; e o Juiz ou Escrivão conhecem a testemunha.

A Ordenança de Luiz XIV. de 1667. tit. 22. Artig. 1. prohibe quaesquer Inquirições antes da lide contestada; e esta disposição conforma-se com a razão, e Direito.

(a) A Ordenação Patria rejeitou a prova por testemunhas nos contratos excedentes a certa somma; porém esta disposição frustrou-se a cada instante pelas Provisões concedidas pelo Desembargo do Paço, concedendo a Prova de Direito Commum.

A Ordenança de Luiz XIV. de 1667. tit. 19. Art. 2.

ha certeza da capacidade, e imparcialidade das testemunhas, que depõem; e quando sua veracidade se acha de acordo com todas as circumstancias do facto controvertido. (p)

TITULO IX.

Conclusão da Prova, e do Feito; Allegações, e Sentenças.

§. 239.

A Conclusão em Causa he o acto Judicial, com que o Juiz ha por finalizado o pleito para o fim de não apresentar-se nem receber-se mais prova sobre as pertençaes do A. e R. Os Praxistas reputaõ este acto como substancial em Causa ordinaria. (a)

El-

não admite provas de testemunhas excedendo o valor de 100 libras. O Código Civil dos Francezes segue o mesmo systema, quando excede a 150 francos. Art. 1941. e seguintes.

(p) Bernardi *Nouvelle Theorie des Loix Civiles* chap. 23. pag. 150.

Quaes são os subornos, e inconvenientes que resultão na administração da Justiça da forma, com que são inquiridas mostra o mesmo Bernardi a pag. 148. A este respeito merecem consultar-se as obras: *Traité des Loix Civiles* par M. de P. de T. 2.^a Part. pag. 94. até 96. e pag. 99: *Considerations sur la Procedure Criminelle* par M. Pagano chap. 20. e 21. A facilidade com que no Foro Patrio se profittuem os testemunhos falsos conheceo a Ord. do liv. 1. tit. 66. §. 6. notando a respeito das testemunhas *d'enire Douro e Minho*, o que podia notar á cerca de todo o Reino.

(a) Cavallari *Inst. Jur. Can.* Part. 3. cap. 26. §. 24. Dou

Elle tem seu effeito principalmente para não se apresentarem, e receberem testemunhas, ainda achadas de novo. No Foro Patrio esta Conclusão em Causa declara-se por Sentença Interlocutoria do Juiz, que lança as partes de mais prova para se haverem as Provas por Abertas, e Publicadas.

§. 240.

O Juiz no Foro Patrio não declara por abertas, e publicadas as provas, em quanto as partes tem embargos para allegarem contra essa publicação, ou porque faltaõ depoimentos de testemunhas, que devião ser perguntadas em tempo; ou porque o Inqueredor, Escrivão ou Taballião, que escreveu seus depoimentos era suspeito; ou porque não foi dado Rol das testemunhas da parte contraria para serem contradictadas; ou por semelhantes outros motivos. (b)

§. 241.

Declaradas as provas por abertas, e publicadas, segue-se dar vista ao A. e depois ao R. para allegar de Facto, e de Direito, a que se chama no Foro *Razoar a Final*. Em Causa ordinaria corre esse termo o espaço de duas audiencias, em Causa Summaria huma. (c)

§. 242.

Derech. Pub. Gen. de Espana lib. 3. tit. 2. cap. 8. §. 5. e seguintes tom. 6. pag. 173. : *Mendes Prax. Secul.* lib. 3. cap. 16.

(b) *Ord. liv. 3. tit. 62. per totum.*

(c) Do Razoamento ou Allegação de Direito e de Facto sobre Embargos trata a *Ord. liv. 3. tit. 20. §. 39.* Da Allegação a final no Feito o §. 40. em que he notavel proferever do Foro a Eloquencia de viva voz.

§. 242.

Os Advogados em suas Allegações de Direito e de Facto, cumprem este dever 1.º expondo breve e claramente o facto com todas as circumstancias attendiveis: 2.º mostrando como elle se prova concludentemente pelos Documentos, testemunhas, ou presumpções legitimas: 3.º que ao facto provado corresponde expressamente a Lei, transcrevendo a parte mais terminante da mesma Lei. (d)

Tom. I.

T

§. 243.

Da Allegação, em que são muitos os Procuradores do A. R. ou Oppoente o §. 41.

Da Allegação, em que o Procurador tem que requer a bem do feito antes de razoar a final o §. 42. e 43.

(d) O Formulario das Allegações a Final mostra Caminha *Annoiação* 43. e 44. : *Mendes Prax. Lusit.* lib. 3. cap. 15. per tot.

A forma de compôr huma Allegação Juridica no Foro ensina Mr. Gin na Obra *Eloquence du Barreau* Paris 1767. in 8.º

Em Hespanha citaõ-se as partes para ouvirem a Sentença em dia certo em Audiencia Pública. Alli os Advogados, ou os proprios Clientes expõem de viva voz, ou por escripto as suas observações; depois do que o Juiz lavra a Sentença; e a profere em voz alta, e intelligivel.

Em França nunca hum só Juiz decide em Primeira Instancia; e por isso ha sempre Relator. As partes são citadas como em Hespanha para ouvirem a Sentença em dia certo. Os Advogados, depois do Relatorio do Juiz, podem dirigir ao Presidente do Tribunal notas declaratorias dos factos em que pertendem, que elle he incompleto ou inexacto. Na mesma Audiencia se profere a Sentença, ou he deferida para a seguinte, quando assim se julga necessario. *Projet de Cod. de Procedur. Civil.* art. 111. e 116.

§. 243.

Instruída a Causa com os Articulados, Provas, e Allegações das Partes, o Escrivão faz o Feito concluso ao Juiz para proferir a Sentença. (e) A esta final conclusão do Feito compete o privilegio de não poder mais abrir-se, excepto por alguma razão Juridica, e de receber, que tivesse nascimento depois do Feito ser concluso; ou por motivo da Excepção de Nullidade tal, que annulle todo o Processo. (f)

§. 244.

A este termo segue-se a Sentença do Juiz. He ella a Decisão que faz o Juiz competente com conhecimento de causa pondo fim ao negocio principal, ou a algum incidente. Daqui procede ser a Sentença Interlocutoria, ou Definitiva. Suas differenças são caracterisadas em todas as Legislações. (g)

§. 245.

A Sentença Definitiva conforma-se ao Libello, ou Contrariedade segundo a prova existente nos Autos e Lei, que lhe he applicavel. Contem os fundamentos porque he dada, julga sobre coisa certa, con-

(e) Em quanto o Feito com o termo de conclusão está em poder do Escrivão, e não do Juiz, não ha verdadeira conclusão na causa. *Mend. Prax. Secul.* lib. 3. cap. 16.

(f) Ord. liv. 3. tit. 20. §. 30.

(g) Ord. liv. 3. tit. 65., confrontada com o tit. 66.: *Cavallari Inst. Jur. Can.* Part. 3. cap. 31. §. 1. e 2.

condenando ou absolvendo. (h) Quando a Lei Patria diz que o Juiz a profira segundo o que achar provado nos Autos; he o mesmo que dizer que effa prova ha de ser conforme ao que se articulou; porque sem articulaçã he inattendivel a prova para a Sentença. (i)

(h) Ord. liv. 3. tit. 66. no *Proem.* e §. 1. e 2.

Julgar *ultra vel prater petita* no Libello admite hum Estylo da Relação do Porto se a materia vem plenamente discutida nos autos, e nenhuma das partes protestou no Possessorio: Costa *Estylos da Casa do Porto* nas palavras — *Sentença e execução* — n. 86. pag. 229. Mas o apontado *Estylo* he contrario a letra da Lei.

(i) Ord. liv. 3. tit. 63. no *Proem.*

Hum Estylo da Casa da Supplicação entende o §. 6. desta Ord. declarando, que o Juiz da Superior Instancia não pôde julgar pelo que se acha discutido no Processo quando não estiver articulado; pelo que tendo o Author razão pela prova para formar novo Libello, manda primeiro articular, e he ouvido o R.; e depois se julga o Feito: Costa *Estylos da Casa da Supplicação* pag. 207. Letra — F —

Como o Juiz deva formar a Sentença dispoz a Ord. do liv. 3. tit. 66. no *Proem.*; e consulte-se *Cavallari Inst. Jur. Can.* Part. 3. cap. 31. §. 3. até 7.: *Falcoal Inst. Jur. Civ. Lus.* lib. 4. tit. 21. §. 4. até ao §. 10.

Fim do Tomo I.

T II

IN-

INDICE

DAS

MATERIAS DO TOMO I.

*O*ração Inaugural. - - - - - Pagina 1.

ELEMENTOS.

DIVISÃO I.

CONHECIMENTOS COMMUNS AO EXERCICIO DA JURISDIC-
ÇÃO CONTENCIOSA, E VOLUNTARIA.

TITULO I. <i>Da Pratica Formularia, e objecto de sua theorica.</i> - - - - -	Pag. 1.
TIT. II. <i>Inconvenientes, e Causas da Incerteza da Pratica.</i> - - - - -	3.
TIT. III. <i>Officios Praticos do Professor, e do Interprete.</i> - - - - -	5.
TIT. IV. <i>Officios Praticos do Juiz.</i> - - - - -	6.
TIT. V. <i>Officio Nobre, e Mercenario do Juiz.</i> - - - - -	8.
TIT. VI. <i>Officios do Relator, e Adjuntos.</i> - - - - -	10.
TIT. VII. <i>Officios do Advogado.</i> - - - - -	11.
TIT.	

TIT. VIII. <i>Utilidade Pratica do conhecimento das Acções.</i> - - - - -	Pag. 13.
TIT. IX. <i>Uso das Acções Pessoaes, Reaes, Mixtas, Prejudiciaes, Cambiaes, e que não podem ceder-se a outrem.</i> - - - - -	16.
TIT. X. <i>Uso das Excepções.</i> - - - - -	19.
TIT. XI. <i>Formulas, e Formalidades.</i> - - - - -	22.
TIT. XII. <i>Clausulas.</i> - - - - -	25.
TIT. XIII. <i>Cautelas.</i> - - - - -	27.

DIVISÃO II.

PROCESSOS, E SUAS DIVERSIDADES.

TIT. I. <i>Processo Natural,</i> - - - - -	30.
TIT. II. <i>Processo Conciliatorio, e Arbitral.</i> - - - - -	32.
TIT. III. <i>Conformidade do Processo Natural com o Social.</i> - - - - -	35.
TIT. IV. <i>Diversidades no Processo Judicial; e qual he o Processo Ordinario.</i> - - - - -	38.
TIT. <i>Processo Summario.</i> - - - - -	40.
TIT. VI. <i>Processo Summarissimo ou Verbal por Escripto, e simplesmente Verbal.</i> - - - - -	43.
TIT. VII. <i>Processo de Affinação de dez dias.</i> - - - - -	47.
TIT. VIII. <i>Processo Executivo Mercantil por divida ao Thesouro Geral.</i> - - - - -	51.
TIT. IX. <i>Processo Executivo nas Primeiras</i>	

<i>ras Instancias por divida á Real Fazenda,</i>	- - - - -	Pag 56.
TIT. X. <i>Processo Executivo por divida Privilegiada como Fazenda Real.</i>	- - -	60.
TIT. XI. <i>O Processo Executivo he odioso em Direito; e delle abusa o Foro para cobrança de pensões prediaes.</i>	- - -	63.
TIT. XII. <i>Processo no Juramento Decisorio, chamado no Foro Aução d'Alma.</i>	- -	70.
TIT. XIII. <i>Ordem Judiciaria, Judicial, Tumultuaria.</i>	- - - - -	73.
TIT. XIV. <i>Justicio Voluntario, Necessario, Abusivo.</i>	- - - - -	76.

D I V I S A Õ III.

ACTOS , QUE FORMAO O PROCESSO.

TIT. I. <i>Distribuição, Citação, Perguntas.</i>	- - - - -	80.
TIT. II. <i>Libello, Contrariedade, Contestação.</i>	- - - - -	83.
TIT. III. <i>Reconvenção, Autoria, Opposição.</i>	- - - - -	86.
TIT. IV. <i>Procedimento das Excepções Dilatorias, e Peremptorias.</i>	- - -	91.
TIT. V. <i>Procedimento de Incidentes, Juramento de Calumnia, e Fiança de Custas.</i>	- - - - -	96.
		TIT.

TIT. VI. <i>Dilações Probatorias.</i>	-	Pag. 99.
TIT. VII. <i>Provas Litteraes, Oculares, e Presumptivas.</i>	- - - - -	102.
TIT. VIII. <i>Provas Testimoniaes.</i>	-	109.
TIT. IX. <i>Conclusão da Prova, e do Feito; Allegações, e Sentenças.</i>	- - - - -	113.

ERRATAS PRINCIPALES.

ORAÇÃO INAUGURAL.

<i>Pag.</i>	<i>Linh.</i>	<i>Erros.</i>	<i>Emendas.</i>
2	6	possível	possível
22	19	daquelle sabio ;	daquelle sabio ,
29	14	consummidos	consummados
29	23	comprir	cumprir

ELEMENTOS.

14	14	adestricta	adstricta
17	nota	de l'Ordenance	de l'Ordonnance
20	nota (d)	tit. 5. no proem.	tit. 50. no proem.
26	7	pecuniæ	pecuniæ ;
29	21	agnados	assignados
52	nota	No du Commerce	No Cod. du Com- merce
61	5	té	fé
68	16	a Direito	o Direito
85	nota (i)	Luiz IV.	Luiz XIV.
101	nota (f)	Ord. liv. 3. tit. 58. §. 7.	Ord. l. 4. tit. 58. §. 1.